

**O Arquitecto Paisagista em Portugal: a construção do grupo
profissional e o seu regime justificativo de acção perante a
legislação que o “regula”**

Odete Parreira Nunes

**Dissertação de Mestrado
Em Sociologia do Território, da Cidade e do Ambiente**

(SETEMBRO, 2011)

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Sociologia do Território, da Cidade e do
Ambiente, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor José
Manuel Resende

**Dedico este trabalho a todos os amigos,
que comigo colaboraram e me fizeram
acreditar que a sua realização seria possível.**

AGRADECIMENTOS

Embora correndo o risco de por lapso de memória, me esquecer de referir alguém, dos muitos que de alguma forma deram o seu contributo à realização deste trabalho, chega o momento de inscrever aqui algumas palavras de agradecimento, que perpetuam o meu reconhecimento a todos quantos directa ou indirectamente me ajudaram a construir a dissertação aqui apresentada.

Aqui fica expresso, um gesto de gratidão ao meu orientador, Professor Doutor José Resende, foi ele que me colocou no patamar de acesso à escadaria, que degrau a degrau tenho vindo a subir até este ponto, ao incutir-me a ideia de dar este salto no meu percurso académico.

Às Professoras Doutoradas, Conceição Castro, da Universidade de Évora e Paula Farrajota, da Universidade do Algarve, pela resposta pronta às minhas solicitações, assim como à Professora Doutora Margarida Cancela D'Abreu, Presidente da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, pelas facilidades concedidas na APAP que me permitiram obter informações relevantes, assim como a consulta de documentos na fase de pesquisa.

Uma palavra de agradecimento à Professora Doutora Maria do Rosário Dias, pela coragem que me deu em momentos de quase desistência, à Lena, minha amiga de longa data, ao convencer-me de que era capaz de subir mais este degrau.

Um agradecimento muito forte e envolvente a todos os Arquitectos e Arquitectas Paisagistas que aceitaram responder à entrevista, importantes fontes de informação, verdadeiros canais abertos ao meu objecto de estudo.

Uma palavra de agradecimento muito especial ao arquitecto paisagista João Carlos, pelos contactos que desenvolveu com colegas, no sentido de me abrir o caminho à concessão das entrevistas.

O meu reconhecimento à Ana Isabel, por ter podido contar com ela, no que se refere ao apoio informático. E agora, à Doutora Leonor Sampaio, a Leonor, minha amiga, para quem me estão a faltar palavras à altura da sua disponibilidade, no apoio

incondicional que me concedeu na revisão do trabalho, nas dicas e conselhos, na generosa partilha do seu saber, nos impulsos positivos que me foram encorajando.

Por último, um grande abraço extensivo a todos, num gesto amigo de reconhecimento e intemporal gratidão.

O Arquitecto Paisagista em Portugal: a construção do grupo profissional e o seu regime justificativo de acção perante a legislação que o “regula”

Resumo:

Este estudo incide sobre o corpo profissional dos Arquitectos Paisagistas. Interessa-nos conhecer quais os requisitos necessários ao exercício dessa profissão; como se encontram definidas as suas competências relativamente a profissionais de outras áreas com quem interagem em contexto de trabalho; como decorre a prática profissional numa área em que cotejam e partilham tarefas e decisões com outros profissionais; havendo conflitos inter-profissionais, desejávamos compreender em que tipo de regime se inserem as suas justificações e, consequentemente, qual das partes em conflito apresenta uma justificação mais justa. Assim, verificámos que o ensino da Arquitectura Paisagista em Portugal se iniciou nos anos quarenta do Séc. XX, no Instituto Superior de Agronomia, sendo ministrado, actualmente, em cinco estabelecimentos de ensino público e um estabelecimento de ensino particular. Trata-se de uma profissão com competências para intervir em espaços exteriores ao nível do território, da cidade e do ambiente, cuja estrutura curricular da sua formação apresenta uma vasta área de disciplinas no âmbito das artes e das ciências. Profissão dos tempos modernos, foi com a Revolução Industrial que surgiu a necessidade de desenvolver esta área do conhecimento para resolver problemas complexos trazidos pela Modernidade, nascendo assim uma nova profissão a partir do ofício de jardineiro.

Exercendo a sua actividade normalmente inseridos em equipas pluridisciplinares, apesar da especificidade e abrangência do seu *curriculum*, no ano de 2009 foi criada legislação que retira competências que lhes cabiam, colocando-os numa posição de subalternidade face a outros técnicos com quem interagem o que provoca constrangimentos e mal-estar profissional, podendo originar, igualmente, conflitos.

Analisando esse mal-estar à luz da sociologia dos regimes justificativos da acção, verificámos que os nossos entrevistados apresentam justificações que são susceptíveis de enquadramento em diferentes *cités*. Assinalámos alguns depoimentos que, engrandecendo a componente artística da arquitectura paisagista, se inscrevem numa *cité* inspirada. Em outras observações, registámos afirmações que evocam, entre outros, a defesa do ambiente através de soluções que protegem os solos, inserindo-se pois numa *cité* ecológica.

Indagando sobre eventuais focos de conflito, verificámos que a legislação constituída no ano de 2009, veio criar à classe algum mal-estar ao nível das relações interprofissionais. Por esse motivo, verificamos que os seus discursos apresentam uma consciência des-singularizada, coincidente com o discurso da Associação de classe onde se colectivizam e de quem esperam uma acção em prol do bem comum. Tal justificação obedece aos requisitos de uma *cité* cívica, opondo-se à *cité* industrial em que se baseiam os dispositivos legais que, no seu entender, limitam a sua actividade enquanto profissionais. Em outros pontos do seu discurso apresentam-se em oposição à *cité*

mercantil dos que pretendem a rentabilidade económica do solo em detrimento de uma prática ecológica sustentável, no seu entender mais justa.

Finalmente, exibem a sua contrariedade e dão sinais de uma identidade magoada, quando, enquadrados numa *cité* industrial, exaltam a especificidade da sua formação, opondo-se   legislação que os coloca numa posição subalterna relativamente a profissionais de outras áreas com quem trabalham em equipa.

Palavras-Chave: modernidade, profissão, *cité*, regime justificativo de ac  o, bem comum, identidade magoada, grandeza, sociologia da crítica.

Abstract:

This study is about the professional group of Landscape Architects. We are interested in knowing what the requirements to this profession are; how their competencies are defined towards other professionals areas with which they interact in the workplace; how their work occurs in areas in which they share tasks and decisions with other professionals; in case of inter-professional conflicts, we want to understand which justifications they follow on their judgment guiding to action, and therefore which of the parties in conflict has a more equitable justification.

Thus, we found that the teaching of Landscape Architecture in Portugal began in the forties of last century, at the Institute of Agronomy, being taught nowadays in five public schools and in a private institution. It is a profession with skills to intervene not only in the environment of the cities but of all the territory. The structure of their training curriculum offers a wide field of disciplines within the arts and sciences. Being an occupation of modern times, it was with the Industrial Revolution that the need of developing this area of knowledge to solve complex problems posed by Modernity appeared, with the improvement of the office of the ancient gardeners.

Their practice is usually inserted in multidisciplinary teams. Despite the specificity and scope of their curriculum, the legislation created in 2009 ignored their skills and put them in a subordinate position compared with other professionals with whom they interact. This causes constraints and professional discomfort as well as conflicts.

Analyzing this professional issue according to the sociology of judgment which guides action regimes, we found that our respondents have justifications that we classify in different *cit s*. We noticed that some testimonies follow the inspired *cité*, magnifying the artistic component of landscape architecture. In other observations, we recorded statements that evoke the environment, through solutions that, among other things, protect the earth, by inserting their speech in an ecological *cité*.

Having inquired about possible sources of conflict, we found that the individual speeches show a group conscience that coincides with the speech of the professional Association that they hope will defend their common good. Such kind of justification meets the requirements of a civic *cité*, opposing to the industrial *cité* of the law based on legal provisions that limit their activities as professionals. Elsewhere in their speeches they are in opposition to those who by using the commercial *cité*, prefer the profitability

of the soil at the expense of a sustainable ecological practice that in their opinion is more fairly.

Finally, they show their displeasure and give signs of a wounded identity, when embedded in a industrial *cité*. They exhort the specificity of their academic background, as opposed to the legislation that puts them in a subordinate position in relation to professionals from other areas with whom they work.

Keywords: modernity; profession; *cité*; judgment which guides action; common good; wounded identity; orders of worth; sociology of critics.

INDICE

Introdução	1
Primeira Parte – Construção do objecto de estudo	5
Capítulo I - Da Arquitectura Paisagista.....	6
1.1 Breve história da profissão de Arquitecto Paisagista	6
1.2 Natureza do trabalho e áreas de intervenção.....	10
1.3 Emergência do ensino da Arquitectura Paisagista em Portugal.....	15
1.4 Formação académica dos profissionais.....	20
1.5 Arquitectos Paisagistas: morfologia do corpo	21
1.6 Situação dos Arquitectos Paisagistas nos Centros Territoriais do Emprego	26
1.7 Organizações Profissionais dos Arquitectos Paisagistas	30
1.8 O desígnio da “Ordem” dos Arquitectos Paisagistas	32
1.9 Do <i>Estudo de Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal</i>	34
Capítulo II – Construção teórica do estudo	45
2.1 Da Sociologia das Profissões: a emergência das profissões e do profissionalismo	45
2.2 Das Profissões: em busca de uma definição	50
2.3 Da perspectiva Funcionalista: o modelo profissional	55
2.4 Da perspectiva Interaccionista: a profissão como processo	58
2.5 Da Classificação Nacional das Profissões: C.N.P. – 94.....	62
Capítulo III – Enquadramento Teórico do Estudo: A Sociologia do regime pragmático da acção	65
3.1 Da Conceptualização dos Regimes Justificativos da Acção: a pluralidade de mundos ou <i>Cités</i>	67
Segunda Parte – Aplicação empírica	75

Capítulo IV – Metodologia.....	76
4.1 Métodos e Técnicas de Observação.....	76
4.2 A organização do trabalho de investigação	77
4.3 Os diferentes níveis de orientação da análise de conteúdo.....	82
Capítulo V– Análise e discussão dos resultados	83
5.1 A pluralidade de actividades dos Arquitectos Paisagistas.....	83
5.2 As origens do conflito	85
5.3 A (in)definição das fronteiras de competências dos Arquitectos Paisagistas como origem de mal-estar	86
5.4 Dos Arquitectos Paisagistas: indícios de uma “identidade magoada”	91
5.5 Os regimes justificativos da acção presentes nos discursos	93
5.5.1 O regime justificativo da acção que se insere na <i>cité</i> industrial	95
5.5.2 O regime justificativo da acção que se insere numa <i>cité</i> inspirada	97
5.5.3 O regime justificativo da acção que se insere numa <i>cité</i> mercantil.....	98
5.5.4 O regime justificativo da acção que se insere numa <i>cité</i> ecológica.....	100
5.5.5 O regime justificativo da acção que se insere numa <i>cité</i> cívica	102
Capítulo VI – Conclusão	108
Referências Bibliográficas.....	116
Anexos.....	121

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO -Nº	TÍTULO	PÁGINA
Nº 1	Ensino Público	19
Nº 2	Áreas da Formação em Arquitectura Paisagista	21
Nº 3	Instituto Superior de Agronomia - Distribuição dos Licenciados em A. P. por ano e por género	22
Nº 4	Universidade de Évora - Distribuição dos Licenciados em A. P. por ano e por género	23
Nº 5	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Distribuição dos Licenciados em A. P. por ano e por género	24
Nº 6	Universidade do Algarve - Distribuição dos Licenciados em A. P. por ano e por género	24
Nº 7	Universidade do Porto - Distribuição dos Licenciados em A. P. por ano e por género	25
Nº 8	Arquitectos Paisagistas desempregados, inscritos nos CTE	26
Nº 9	Quadro comparativo do nº de Licenciados em Arquitectura Paisagista, no arco temporal compreendido entre 1997 e 2009 e sua relação com o nº de inscritos no IEFP no mesmo período	27
Nº 10	Arquitectos Paisagistas desempregados, inscritos nos CTE - distribuídos por grupos etários	28
Nº 11	Arquitectos Paisagistas desempregados, inscritos nos CTE distribuídos por Região	29
Nº12	Arquitectos Paisagistas desempregados, inscritos nos CTE distribuídos por Género	30
Nº13	Distribuição dos inquiridos por faixa etária	35
Nº14	Distribuição dos inquiridos por Género	35
Nº15	Distribuição dos inquiridos por género e faixa etária	36
Nº16	Evolução do número de alunos diplomados	36
Nº17	Média final obtida - Licenciatura pré Bolonha	37
Nº18	Nível académico dos inquiridos	37

Nº19	Adequação do 1º emprego à área de educação	38
Nº20	Tempo de espera para o primeiro emprego	38
Nº21	Situação profissional dos inquiridos	39
Nº22	Regime contratual dos inquiridos	39
Nº23	Situação de desemprego segundo o género no momento do inquérito	40
Nº24	Situação de desemprego, segundo a idade dos inquiridos	40
Nº25	Tempo de desemprego no momento do inquérito	41
Nº26	Sector de Actividade Profissional	42
Nº27	Identificação codificada da profissão de Arquitecto Paisagista	63

SIGLAS	SIGNIFICADO DAS SIGLAS
AP	Arquitecto Paisagista
AP's	Arquitectos Paisagistas
APAP	Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas
CAD	<i>Computer-aided design</i>
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CEAP	Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista
CITP	Classification Internationale Type des Professions
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CNIG	Centro Nacional de Informação Geográfica
CNP	Classificação Nacional das Profissões
CTE	Centro Territorial de Emprego
DL	Decreto-Lei

EFLA	European Federation of Landscape Architecture
EIA	Estudos de Impacte Ambiental
EUA	Estados Unidos da América
GEO	Gabinete de Estudos Olisiponenses
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
ICN	Instituto das Ciências da Natureza
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IFLA	International Federation of Landscape Architecture
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISA	Instituto Superior de Agronomia
MECTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
PDM	Plano Director Municipal
PO	Planos de Ordenamento
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional

Introdução

A dissertação, que apresentamos nas páginas seguintes, insere-se no âmbito do Mestrado em Sociologia do Território, da Cidade e do Ambiente, ministrado pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, com o título de *O Arquitecto Paisagista em Portugal: a construção do grupo profissional e o seu regime justificativo de acção perante a legislação que o “regula”*.

Devido à nossa actividade profissional, há largos anos que nos relacionamos diariamente com profissionais de diversas áreas do conhecimento de alguma forma ligadas aos espaços verdes urbanos, ao território e ao ambiente. O trabalho destes profissionais desenvolve-se com frequência numa cadeia interdependente, em que todos são elos da mesma corrente e o resultado final reflecte a coerência entre os membros destas equipas.

Esta experiência colocou-nos uma questão, ou seja, tratando-se de uma equipa formada por técnicos de diferentes áreas disciplinares com alguns pontos tangenciais no desenvolvimento das suas actividades, sentimos curiosidade em conhecer como se desenvolvia essa interacção numa prática igualmente susceptível de intercepção no espaço profissional de uns e de outros e, por isso, passível de gerar algum mal-estar no seio destas categorias profissionais.

Dependendo da escala do trabalho em questão, estas equipas multidisciplinares são constituídas frequentemente por engenheiros agrónomos, engenheiros civis, arquitectos, arquitectos paisagistas ou, mesmo, uma diversidade ainda maior de áreas do saber.

Ao parecer-nos existirem semelhanças em algumas destas áreas, todas elas relacionadas com o território, a cidade e o ambiente, elegemos como objecto de estudo a categoria profissional dos arquitectos paisagistas que se prende de perto com a nossa área de especialização. Assim, ao pensar num tema a desenvolver na nossa dissertação de mestrado, debruçámo-nos sobre esta profissão e colocámos a centralidade do nosso trabalho nas questões que nos pareceram mais pertinentes. Deste modo, este estudo procura dar resposta a algumas interrogações, entre as quais se destacam:

1. Quais os requisitos necessários ao exercício da profissão de arquitecto paisagista?
2. Como se encontram definidas as competências desta profissão relativamente a profissionais de outras áreas com quem interagem em contexto de trabalho?
3. Como decorre a prática profissional numa área em que os arquitectos paisagistas cotejam e partilham tarefas e decisões com outros profissionais?
4. Havendo conflitos inter-profissionais, em que tipo de regime se inserem as suas justificações?

Com estas questões de partida como preocupação permanente, desenhamos a estrutura do trabalho que se inicia com uma referência socio-histórica da profissão, seguindo o fio condutor que nos levará a encontrar respostas para as nossas preocupações.

Este trabalho é constituído por duas partes. A primeira parte é formada por três capítulos: o primeiro capítulo, procura conhecer a génese da profissão de arquitecto paisagista, pedra angular sobre a qual assenta o processo evolutivo da nossa investigação. Interessa-nos observar o historial subjacente à construção social da profissão, assim como a amplitude das suas áreas de intervenção e a relação destes profissionais com o território, a cidade e o ambiente.

Num segundo momento, investigamos como surgiu esta profissão em Portugal, a formação académica dos arquitectos paisagistas assim como a morfologia do corpo constituído por estes profissionais e também a forma como se encontram juridicamente organizados. A partir de um estudo de caracterização da arquitectura paisagista em Portugal, desenvolvido pelo Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista “Prof. Caldeira Cabral” (CEAP), já na fase final da nossa investigação, apresentamos uma análise interpretativa de alguns dados que nos parecem relevantes para o tema do nosso trabalho.

A estes pontos que constituem o primeiro capítulo, segue-se o segundo capítulo, dedicado à construção teórica do estudo.

Neste momento, ancoramos a nossa investigação a diferentes perspectivas de olhar as profissões, recrutando alguns conceitos que nos servem de base à sustentação do nosso trabalho e outros que consideramos elos significativos ao encadeamento do

presente estudo. Fazemos em sequência, algumas reflexões sobre a emergência das profissões e desenvolvemos o nosso estudo apoiados, em alguns dos autores que trabalharam estas questões, como, Freidson, Abbott, Hughes, entre outros e lançamos um olhar sobre duas diferentes perspectivas de abordar as profissões: a perspectiva funcionalista, que vê as profissões como modelo, sendo as profissões classificadas de acordo com as suas características, quanto à forma como funcionam e modo como se encontram organizadas e assim é aferido o grau de proximidade ou afastamento do modelo pré definido, enquanto a perspectiva interaccionista, vê as profissões como um processo.

Apoiados em Boltanski e Thévenot passamos ao terceiro capítulo, dedicado à sociologia dos regimes pragmáticos da acção. Entramos, assim, na pluralidade de mundos, ou *cités*, com uma breve alusão a cada um destes mundos, encerrando assim, a primeira parte do presente estudo.

A segunda parte do trabalho, dedicado à aplicação empírica, abre com o quarto capítulo, dedicado à Metodologia. Este capítulo desenvolve-se ao longo de três pontos e neles daremos conta dos métodos e técnicas de observação utilizados na realização deste estudo, seguidos da explanação da forma como organizámos o trabalho de investigação. Num terceiro ponto, apresentamos resumidamente os tópicos que vão ser objecto da análise de conteúdo.

No capítulo cinco fazemos a análise e discussão dos resultados da pesquisa efectuada, sobre a profissão que estudamos. Num primeiro ponto fazemos algumas referências à pluralidade de actividades desempenhadas pelos arquitectos paisagistas, apoiados, sobretudo, na informação recolhida junto dos nossos entrevistados. Num segundo ponto, apresentamos alguns testemunhos que mostram o descontentamento dos profissionais, provocado por alguns aspectos da legislação que regula as suas competências.

Em seguida, apresentamos um novo ponto sobre a (in)definição das fronteiras de competência da profissão, que também pode causar conflitos, embora nem sempre declarados. Interessa-nos ainda analisar se através dos seus discursos se encontram indícios de uma identidade magoada no âmago do exercício da actividade profissional.

No ponto seguinte, debruçamo-nos sobre os regimes justificativos da acção presentes nos discursos dos nossos entrevistados ou em documentos *on line* produzidos

por arquitectos paisagistas. Delineamos, assim, o enquadramento teórico que sustentará o processo de investigação, definindo os modelos justificativos propostos que serão posteriormente aplicados à análise das entrevistas realizadas.

Neste trabalho, são objecto de análise a bibliografia seleccionada sobre o tema, os documentos *on line*, assim como os discursos produzidos pelos entrevistados, cuja colaboração nos abriu horizontes sobre as problemáticas a tratar neste estudo.

Terminamos este trabalho académico com uma breve síntese conclusiva, que nos dá conta do resultado da nossa investigação sobre a profissão de arquitecto paisagista e responde às questões que nos guiaram no trabalho.

Primeira Parte
Construção do objecto de estudo

Capítulo I - Da Arquitectura Paisagista:

1.1 Breve história da profissão de Arquitecto Paisagista

“A Arquitectura Paisagista procura realizar, em cada momento, com a maior perfeição, a paisagem humanizada” (Cabral, 1957:59).

No decurso da pesquisa realizada, apurou-se que o termo “arquitectura paisagista” aparece pela primeira vez, em 1828, no título de um livro do autor escocês, Gilbert Laing Meason “*A arquitectura paisagista dos grandes pintores italianos*”. Posteriormente o termo foi adoptado por outros actores, a pretexto de um concurso à concepção do Central Park de Nova York¹, em 1858, podendo ser esta a origem da designação pela qual é conhecida, hoje, esta actividade profissional, como afirma a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (APAP) (2008:14).

Porém, a “arquitectura paisagista”, propriamente dita, emergiu do ofício de jardineiro nas escolas de horticultura e jardinagem nos primórdios do Séc. XIX.

“É fora de dúvida que o moderno arquitecto paisagista era antigamente um jardineiro, que entre outros artífices era mais dotado para o projecto, mais sensível à beleza, mais interessado nos caminhos abstractos do pensamento. É por isso que a nossa profissão é uma arte e, a meu ver, deve continuar a ser uma arte, nos seus objectivos – modelar o ambiente do homem – quer seja o pequeno jardim, um grande parque urbano, ou mesmo a paisagem rural” (Cabral, 1993:56).

De acordo com o documento da APAP atrás referido, a formação académica de arquitecto paisagista, teve o seu início nos Estados Unidos da América (EUA) em 1899, na Universidade de Harvard². Na Europa, foi a Alemanha o país pioneiro em 1926, na

¹ Este primeiro grande parque público americano, com 341 hectares, foi desenhado por Frederic Law Olmstead e a sua construção iniciada em 1858 (Saraiva, 2005).

² O Professor Caldeira Cabral, entrevistado em 1/Abril/1992 pela Prof. Arq. Paisagista Manuela Raposo Magalhães, refere que o ensino universitário começou no séc. XIX no Japão e nos Estados Unidos e, só

Universidade Técnica em Berlim. Segundo Caldeira Cabral, só em 1929 foi criado em Inglaterra o 1º Curso superior europeu de Arquitectura Paisagista, na Faculdade de Agronomia da Universidade de Reading, com a colaboração da Faculdade de Belas-Artes, da mesma Universidade (Cabral, 1993:34).

Em 1930 ou 1931, é criado na Alemanha o Instituto de Arquitectura Paisagista da Universidade de Berlim, na Faculdade de Agronomia, com a colaboração da Secção de Arquitectura do Instituto Superior Técnico de Charlottenburgo, onde se formou Caldeira Cabral³, primeiro Arquitecto Paisagista Português e precursor deste ensino em Portugal.

Para este autor, “... é Le Nôtre⁴ o fundador da profissão de arquitecto paisagista – embora com o título de “Ingénieur des Jardins” – porque foi nele que, pela primeira vez, se reuniram numa só pessoa e de forma bem vincada a ciência hortícola e a arte de projectar” (idem:41).

Em 1943, durante uma Conferência no Instituto Superior de Agronomia, onde era professor, Caldeira Cabral, dizia, que a Arquitectura Paisagista é uma “Profissão do nosso tempo, bem marcada com a preocupação do bem-comum, defende a primazia dos valores espirituais sobre os económicos, das soluções permanentes sobre a estreita visão do actual, sem antes nem depois” (Cabral, 1957:57).

Com o advento da Modernidade⁵ alteraram-se profundamente os modos de vida e de organização social, ou como nos diz Giddens:

“Os modos de vida que a modernidade fez nascer arredaram-nos de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma forma sem precedentes. Tanto em extensividade como em intensividade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do que a maior parte das mudanças características dos períodos anteriores” (Giddens, 2005:3).

na primeira metade do séc. XX, surgiu na Inglaterra com carácter universitário, em Londres e, dois ou três anos depois, na Alemanha, em Berlim, na Faculdade de Agronomia. (APAP, 2009:67).

³ Professor Catedrático Jubilado do Instituto Superior de Agronomia (ISA), falecido em 10 de Novembro de 1992, aos 84 anos de idade.

⁴ André Le Nôtre foi jardineiro do rei Louis XIV entre 1645 e 1700.

⁵ De acordo com Giddens “Modernidade” pode entender-se como o equivalente tosco de “mundo industrializado”, desde que se reconheça que o industrialismo não é a única dimensão institucional” (Giddens, 2001:13).

A complexidade característica das grandes metrópoles modernas, a excessiva densificação da malha urbana e a crescente mobilidade dos indivíduos, requer a consciencialização da urgência na tomada de medidas ecológicas, capazes de mitigar os efeitos devastadores produzidos pela crescente urbanização.

“... as paisagens humanizadas começam a precisar de Ordenamento, quando começa a haver sobrecarga do Homem na paisagem [...] há que ordenar: a cidade fica aqui, ali é o parque de campismo, ali a área Industrial [...] isso é o Ordenamento, mas, já não se ordenam cidades, planeiam-se cidades” (Entrevista nº 4).

Numa lógica protectora do ambiente, cada vez mais ameaçado pela impermeabilização do solo e pelos diversos tipos de poluição (visual, sonora, atmosférica), associados a meios de afirmação social da era moderna, é crescente a necessidade de encontrar soluções adequadas aos desafios impostos pelas novas formas de estar, viver, sentir e pensar dos indivíduos modernos, como se sublinha no recorte seguinte:

“Essas mudanças foram estabelecidas pelo próprio evoluir da sociedade. A Revolução Industrial, os movimentos ecológicos, a aceleração dos processos construtivos e o crescimento exponencial das urbes foram os aspectos exógenos determinantes nestas alterações / ramificações de rumo” (Entrevista nº 5).

Ao intervir na paisagem humanizada, que de acordo com Caldeira Cabral “é aquela que o Homem modelou para satisfação das suas necessidades primárias” (Cabral, 1957:59), a Arquitectura Paisagista desempenha um importante papel social, sendo chamada a inverter tendências desregradadas, com impactes negativos na paisagem, que se repercutem no bem-estar da população actual e, quem sabe se mais ainda, nas gerações futuras.

São exemplos do que foi dito, a sua acção na recuperação de zonas devastadas pela exploração mineira ou industrial devolvendo-lhes a estética através de revestimentos florestais ou criação de parques e diferentes zonas de lazer onde o olhar pode descansar sem ser agredido pela imagem visual de um monte de entulho ou um

buraco deixado no solo, depois de lhe ter sido extraído algo, economicamente valorizado⁶.

A criação de espaços verdes urbanos e os parques ecológicos periféricos, são talvez a vertente mais conhecida, do trabalho destes profissionais, mas, o arquitecto paisagista pode intervir a vários níveis, como por exemplo:

“... fazer Planeamento do Território, portanto, distribuir as diferentes actividades ou utilizações do solo pelo espaço disponível” (Entrevista nº 3).

A Arquitectura Paisagista tem assim uma relevante função social, estudando os problemas da paisagem humanizada, tanto do ponto de vista estético como ecológico, contrariando a propensão associada a situações de especulação fundiária.

“... os saberes trazidos por estes profissionais são imprescindíveis e insubstituíveis. Os aspectos mais importantes, são a abordagem ecológica aos problemas humanos: a visão ecossistémica da cidade ...” (Entrevista nº 5).

A Arquitectura Paisagista pode intervir na escolha do melhor local para um parque de estacionamento subterrâneo, assim como na construção de estradas, integrando-as na paisagem, e procura soluções que permitem a melhoria da higiene sanitária da população residente nos aglomerados urbanos, assim como da população pendular que acorre diariamente aos grandes centros para exercício da sua actividade profissional, ou ainda, dos turistas que procuram os sítios mais agradáveis, como espaços de cultura e de lazer.

Com o tempo, a profissão foi evoluindo, foram introduzidos novos materiais, novas técnicas de desenho e novos modos de exercício da profissão.

⁶ No parque urbano de Casal de Cambra (Belas – Sintra) “a intervenção consistiu em regenerar uma pedreira desactivada, após o rebentamento do lençol de água ter inundado o espaço. Depois de selar a “ferida”, criou-se uma lagoa de recreio. Resolvidos os problemas de segurança e qualidade da água, o lago constitui-se como um espaço atractivo de descompressão, contemplação e recreio que refresca o parque” (Manso, 2009: s/l e s/nº de pág.).

Da horticultura à jardinagem, da arte à valorização do conceito de beleza, das preocupações ambientais à ecologia e bem-estar social, a profissão foi-se afirmando, merecendo o lugar que hoje se lhe reconhece, não obstante, ao que parece, a ideia ter emergido da pintura, como está patente no seguinte excerto de uma das entrevistas:

“Ao que parece os primeiros paisagistas eram “Pintores de Paisagens” e Jardineiros. Trabalhava-se com as plantas e com a terra, ou trabalhava-se com pincel e óleo. Durante o século XX tornaram-se Arquitectos: usar o papel, o vegetal, a caneta de tinta-da-china, a aguarela, o lápis de cera e o de pastel. No final do século XX sobretudo com a evolução das ferramentas de desenho assistido, passou a projectar-se no computador, muitas vezes recorrendo a simulações 3 D e a simulações evolutivas no tempo. Claro que houve muita mudança ao nível do Projecto.

Relativamente ao plano, também se evoluiu muito, desde as técnicas de levantamento de campo, agora assistidas por satélite, às técnicas de cartografia da fisiografia (desde as célebres bitolas até aos desenhos feitos por integração automática), desde as sobreposições de vegetais [...] até à vectorialização de um muito maior número de componentes, às análises de componentes principais e à própria solução final.

Também os materiais evoluíram muito: praticamente no passado só se trabalhava com engenharia natural ...” (Entrevista nº 5).

1.2 Natureza do trabalho e áreas de intervenção

A profissão de arquitecto paisagista pauta-se pelo ordenamento e planeamento da paisagem, estabelecendo a ordem dos elementos, respeitando o equilíbrio ecológico, mediante o estudo dos aspectos biofísicos, estéticos, sociais e económicos.

“O arquitecto paisagista actua em variadíssimos campos, nomeadamente ao nível da análise biofísica e cultural do lugar e do território; do jardim e do parque; dos espaços e corredores verdes urbanos de protecção, produção e recreio; dos cemitérios, dos percursos lúdicos e culturais; dos campos de jogos, lazer e recreio; da protecção e enquadramento do espaço exterior de monumentos; da recuperação e regeneração dos valores culturais ecológicos; da integração paisagística das infra-estruturas do território e dos projectos de

novas paisagens (sistema fluvial, compartimentação e ordenamento); integração do desenvolvimento rural; das quintas de recreio; planeamento; ordenamento do território; gestão ambiental; gestão da conservação da natureza; investigação; ensino; projecto de espaços verdes; projectos de viveiros...” (APAP, 2008:18).

Por sua vez, a Classificação Nacional das Profissões, diz-nos que o Arquitecto Paisagista “... estuda o planeamento da paisagem ordenando os diversos elementos de modo a favorecer a existência de equilíbrio ecológico, tendo em consideração aspectos estéticos, sociais e económicos e projecta espaços e estruturas verdes em meio urbano ou rural ...” (CNP, 1994:61).

Até meados do Séc. XIX, a actividade do paisagista, desenvolveu-se praticamente, apenas no jardim particular e no parque, exercida por jardineiros e orientada pelos mestres jardineiros⁷.

No âmbito da pesquisa efectuada, além destas áreas, no arco temporal atrás referido, apenas foi encontrada uma leve referência da intervenção da arquitectura paisagista em trabalhos de urbanização na Alemanha, cumulativamente com obras de engenharia, na construção de canais e de uma das estradas de Berlim a Potsdam, de que resultaram notáveis alterações no aspecto da paisagem (Cabral, 1993: 32-33).

Como referido, fazem parte do perfil profissional dos arquitectos paisagistas, o planeamento e ordenamento do território, criando infra-estruturas adequadas à funcionalidade e beleza do espaço, de acordo com as suas características, o tipo de uso e perfil dos seus utilizadores.

Consta ainda do perfil profissional dos arquitectos paisagistas, a concepção de projectos de espaços exteriores em áreas residenciais, industriais ou comerciais, parques infantis, espaços de lazer e convívio nos jardins públicos, apresentando soluções e disposições de mobiliário urbano, adequadas a cada espaço.

⁷ Recordemos a título de exemplo, o então chamado “Passeio da Estrela” nascido em 1842 em Lisboa, actual “Jardim Guerra Junqueiro”, vulgarmente conhecido por “Jardim da Estrela”:

Da pesquisa efectuada, salientam-se na sua construção os nomes de dois homens que foram solicitados às Obras Públicas para trabalharem com os engenheiros municipais. Estes nomes consagrados, eram o francês Jean Bonard e o português João Francisco, mestres jardineiros, que passaram a exercer a sua actividade profissional ao serviço da Câmara Municipal de Lisboa e foram eles, os jardineiros artistas que fizeram nascer este Jardim Histórico, num terreno rústico, que antes, fizera parte da cerca do convento beneditino da Estrelinha (pesquisa efectuada no Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO).

Quando se fala de “Projecto”, podemos estar a referir-nos ao plano de recuperação de um espaço degradado ou uma intervenção de raiz, implicando sempre um estudo prévio das condições existentes no local, relacionadas com os elementos naturais (tipo de solo, clima, ventos dominantes, linhas de água) e observação da massa humana (organização social, interesses, hábitos), a que se segue um levantamento topográfico e um desenho preliminar (esquízo), sujeito a alterações, que será posteriormente apresentado ao cliente. Sobre o “Projecto”, diz-nos um entrevistado:

“A primeira coisa é ir ao espaço e ver o que é que sentimos relativamente àquele espaço; entretanto, pede-se um levantamento topográfico, não é feito por nós normalmente e vamos, à medida que o levantamento está a ser feito, vamos pensando que tipo de usos é que podem ser associados àquele espaço, depois consultamos o Plano Director Municipal (PDM), ou consultamos cartas relativas àquilo, para ver se estamos numa zona de cheias, se é uma zona seca, se temos vistas, enfim, toda a envolvente que caracteriza aquele espaço, para ver que tipo de projecto é que podemos fazer: se vamos criar uma zona de linhas de água, de bacias de retenção, o tipo de projecto resulta muito daquilo que caracteriza aquele espaço, depois começamos a desenhar. Começamos a criar formas dentro daquilo que estipulámos para o espaço, se é uma zona de bacias de retenção, ou se é uma zona de recreio, que tipo de usos é que aquilo tem, se é para receber muitas pessoas ou se é para receber poucas, se é um espaço de contemplação ou se é um espaço de recreio activo, depende muito da localização onde está, digamos, recolher o máximo de informação. Entretanto, chega o levantamento topográfico e as nossas ideias e os nossos esquízos, começam a entrar para dentro do levantamento e ver se é possível; porque às vezes temos desníveis grandes não podemos fazer ali uma plataforma, se calhar temos de fazer ali uma coisa diferente, começamos a adaptar ao terreno, cada vez mais e depois por tentativa e erro, vamos chegar a uma solução que é a melhor que nós conseguimos para aquele espaço, naquele momento.” (Entrevista nº 3).

Numa 2ª fase, o desenho preliminar é aperfeiçoado e as peças, desenhadas à escala conveniente, em alguns casos pode mesmo ser construída uma maquete.

Do Projecto, fazem parte, as peças desenhadas, a memória descritiva, o caderno de encargos, medições e orçamentos.

Depois do Projecto concluído, sucedem-se alguns procedimentos burocráticos a que se segue a fase de execução da obra, normalmente acompanhada pelo autor, para garantir que o trabalho está a ser executado de acordo com o Projecto.

Alguns destes profissionais trabalham em vários tipos de projectos, outros especializam-se numa determinada área, outros ainda, dedicam-se a Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Nas entrevistas efectuadas, encontrámos um leque ainda maior de áreas de competência destes profissionais.

“Trabalho na elaboração de relatórios sobre Paisagem, uso do solo e ordenamento do território, a integrar em Estudos de Impacto Ambiental; participo em Planos de Ordenamento (PO), como especialista em paisagem e em vegetação; ocasionalmente faço projecto de espaços exteriores, em conjunto com uma colega” (Entrevista nº 11).

As novas tecnologias, nomeadamente no campo da informática, são um recurso largamente utilizado por estes profissionais, principalmente programas específicos para o desenho, como o CAD (*computer-aided design*) e programas de cálculo como o Excel.

“Sim, os computadores foram uma ajuda inestimável, eu ainda aprendi a desenhar com canetas “Rotring” e cada vez que era preciso uma alteração, tinha que se raspar com uma lâmina, desenhar por cima... enfim, era extremamente complicado. Neste momento no computador, é só mudar uma linha, imprimo e já está! E não só... a nível de bases de dados que se podem criar para determinada situação... é tudo muito mais facilitado. A Internet é maravilhosa para obtermos também informação sobre plantas, sobre terrenos, enfim, as comunicações em geral mudaram radicalmente a nossa área de trabalho, para melhor” (Entrevista nº 3).

O rápido crescimento das cidades em finais do Séc. XIX, abriu novos campos de actividade à arquitectura paisagista. À medida que a industrialização avançava,

aumentavam os movimentos migratórios rumo às cidades⁸ que continuavam a crescer não raras vezes com excessiva densidade populacional.

Com o êxodo rural, os parques e jardins públicos, distribuídos mais ou menos aleatoriamente, ganhavam cada vez maior importância para a nova população urbana, que transportava consigo a imagem do meio rural de origem.

Devido à inexistência de infra-estruturas, a componente ecológica ficava cada vez mais atrofiada, chegando mesmo a pontos de ruptura insustentáveis, obrigando a um planeamento de localização dessas infra-estruturas, de acordo com as necessidades e bem-estar da população.

Era urgente a tomada de medidas profiláticas para tornar as cidades mais abertas e arejadas permitindo a entrada do Sol; beneficiá-las com redes de esgotos e de abastecimento de água e libertá-las dos pântanos insalubres, favoráveis à proliferação de micro organismos patogénicos respondendo à preocupação dos médicos, que desejavam aplicar os seus conhecimentos ao serviço do bem comum no cumprimento da sua responsabilidade social: “estas melhorias urbanísticas tiveram um impacto notável na esperança de vida, fazendo baixar a mortalidade infantil” (World Development Report, 1992, citado por Saraiva, 2005:304).

De igual modo, as condições sociais que se sucederam à Guerra de 1914-1918, impulsionaram as actividades desportivas, registando-se um incremento notável na construção de campos de jogos nos parques públicos, tendo sido mais tarde criados parques, exclusivos para essas actividades.

Fizeram-se alguns estudos no sentido de adaptar as cidades às novas realidades sociais, promovendo o contacto com a natureza, requisito fundamental ao bem-estar físico e psíquico dos seus habitantes. Entre esses estudos, destacou-se o *Green Belt* que consistia na construção de uma cintura verde, periférica aos aglomerados populacionais.

Tendo-se revelado ineficaz, esta medida foi então substituída pelo Sistema Radial que permitia a penetração da cidade no campo e do campo na cidade.

⁸ “Para dar uma ideia do aumento da população das cidades nessa época, lembre-se que Lisboa passou de 160 mil habitantes em 1864 para 391 mil em 1890” (Saraiva, 2005:304).

Mas a onda crescente da industrialização, constituía uma ameaça, cada vez mais agressiva, à paisagem natural que rapidamente se tinha transformado em paisagem humanizada.

Todos estes fenómenos e manifestações, que potenciaram a emergência e crescimento da Arquitectura Paisagista, são contemporâneos da aparição de novas visões do conceito de cidade, designadamente o paradigma da *cidade-jardim*⁹ de Ebenezer Howard, consagrado em 1902.

Criaram-se, assim, em Inglaterra, a *British Association for the Preservation of rural England*, seguida da *Roads beautifying Association*; na Alemanha surge o movimento de Heimatschutz e do Naturschutz, acontecendo o mesmo na América.

Foi através destas associações aliadas ao acelerado crescimento das cidades, que a Arquitectura Paisagista, iniciou a sua actividade na intervenção da paisagem (Cabral, 1993:33).

Actualmente, a construção de campos de jogos e os estudos de impacto ambiental, constituem importantes bolsas de emprego e talvez, dois dos mais importantes ramos da Arquitectura Paisagista:

“... comecei por trabalhar em estudos de impacto ambiental, em apoio a um projecto com implementação a nível nacional, coordenado por uma empresa de referência na respectiva área de conhecimento ...” (Entrevista nº 9).

1.3 Emergência do ensino da Arquitectura Paisagista em Portugal

O ensino da Arquitectura Paisagista em Portugal, teve o seu início em 1942, no Instituto Superior de Agronomia¹⁰, através de um curso fundado pelo Prof. Francisco

⁹ O modelo de cidade-jardim apresentado em 1898, pelo inglês Ebenezer Howard pretendia associar as vantagens da cidade, às vantagens do campo e era constituída por vários círculos concêntricos de moradias delimitados por grandes avenidas atravessadas por estradas que ligavam a cidade a amplos parques e novas florestas (Saraiva, 2005).

¹⁰ Com sede neste Instituto, sob direcção do Prof. Caldeira Cabral, foi fundado por Despacho ministerial de Outubro de 1953, o Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista.

Caldeira Cabral, licenciado em Agronomia em 1936 por aquele Instituto e, em 1939, em Arquitectura Paisagista, na Alemanha, como anteriormente referido.

A Caldeira Cabral se deve o esforço desenvolvido para introduzir em Portugal o ensino de uma profissão desconhecida¹¹ - a Arquitectura Paisagista - fazendo do País um dos pioneiros a nível da Europa.

Em 1940, Caldeira Cabral foi contratado pelo Instituto Superior de Agronomia, como regente da disciplina de “Desenho Organográfico” e, em Outubro desse mesmo ano, passa a reger a disciplina de “Construções Rurais”, ao mesmo tempo que, era autorizado a iniciar um “curso experimental” de Arquitectura Paisagista, de acesso livre, que teve o seu início no ano lectivo 1941-1942 (Portal do Jardim, Internet).

Em 1942, o Ministério da Educação Nacional aprovou o Curso¹², assim como o seu Regulamento, com o estatuto de Curso Livre nome dado a um grupo de disciplinas de frequência facultativa, aberto aos alunos dos cursos de Agronomia ou Silvicultura, fortalecendo desde o início, os seus curricula com disciplinas de Arquitectura Paisagista, que correspondiam então, a uma especialização (idem).

Inaugura-se desta forma uma nova época no meio universitário, pautada pelas novas ideias da arte e da estética, pela via do conhecimento científico institucionalizado.

No momento do arranque, o Curso Livre foi quase uma provocação, mas após a sua aprovação oficial, foi uma importante escola de (in)formação técnica e humanista.

Nascia assim, o corpo profissional dos arquitectos paisagistas, formados em Portugal¹³.

¹¹ Julgamos interessante reproduzir, aqui, mais estas palavras, que marcam a ideia do fundador da Arquitectura Paisagista em Portugal: “... porque já tive tempo para meditar e para saber que, para que a minha missão na Alemanha seja proveitosa, é preciso que eu não vá dirigir uma Repartição para o que não me sinto vocacionado, mas sim criar uma escola que nos dê colegas para trabalhar connosco”. Isto foi uma atitude que foi julgada um pouco estranha. Lembro-me que um outro professor, que tinha sido meu professor também, uma vez me chamou e disse: ‘Mas, Caldeira Cabral, para quê é que você quer arranjar concorrentes?’ Eu disse: ‘Não, eu quero arranjar colaboradores, que é uma coisa completamente diferente.’ E assim começou” (APAP, 2009:75-76).

¹² Criado ao abrigo de despachos ministeriais, do Subsecretário de Estado de Educação Nacional de 14 de Abril de 1942 e de 21 de Dezembro de 1955. D.R. - I Série - Nº 242 – 21-10-1981.

¹³ Do Curso Livre de Arquitectura Paisagista saíram as primeiras “fornadas” de Arquitectos Paisagistas formados em Portugal, que na época se impuseram pela sua postura frontal na forma de olhar o território, denunciando situações aberrantes na gestão do espaço portugueses.

Manuel Azevedo Coutinho, Edgar Fontes, Gonçalo Ribeiro Telles, Ilídio de Araújo, António Campello, Viana Barreto, Álvaro Dantininho, Manuel Sousa da Câmara, são os primeiros discípulos seguidores do grande mestre Francisco Caldeira Cabral (Portal do Jardim, Internet).

Diz-nos Caldeira Cabral que, por um lado, os jardineiros, com o seu saber prático, habituados a criar o jardim de acordo com o seu gosto, sem intervenção de profissionais portadores de competência técnica e científica; por outro, o paisagista com os seus conhecimentos teóricos no domínio da jardinagem e arboricultura e uma longa aprendizagem no sentido da ordem e da organização estética. A mistura foi explosiva, a reacção inevitável:

“... os architectos vendo a desordem das formas em que se debate o jardim resolvem lançar-se nesse campo e começa uma luta, hoje felizmente quase terminada, em que o jardineiro ri da ignorância técnica do architecto, e este despreza a incapacidade architectónica do jardineiro. Mas logo aparecem num e noutro campo indivíduos com qualidades reais que estudando o que lhes faltava [...] criaram uma nova profissão, a architectura paisagista e com ela o jardim entra numa nova fase pelo estudo dos elementos formais de sempre, adaptados às novas condições do meio social” (Cabral, 1993:78).

Não obstante as diligências desenvolvidas pelo seu fundador, decorreram algumas dezenas de anos, sem que o seu estatuto avançasse para o nível de licenciatura, o que no Instituto Superior de Agronomia, só veio a acontecer em 1981.

Com o advento da Architectura Paisagista, definida pelo seu fundador em Portugal, como sendo “a arte de ordenar o espaço exterior em relação ao homem” (idem:25), inicia-se um novo olhar sobre o planeamento e ordenamento do território, passa a falar-se de planeamento integrado e foram criadas as primeiras equipas interdisciplinares para encontrar as melhores soluções no domínio do urbanismo, da conservação da natureza e das zonas industriais e assim a arte se foi desenvolvendo, apresentando várias formas, conforme o gosto e as características culturais da época histórica a que pertence. Para melhor explicar a sua definição, Caldeira Cabral diz-nos que, “...enquanto na architectura há um aspecto exterior e interior da obra [...] na architectura paisagista o espaço circunda a obra e é-lhe, por isso mesmo, sempre exterior”, (Cabral, 1993:26).

A autora deste trabalho, ainda teve o privilégio de trabalhar sob a direcção de Edgar Fontes, na Câmara Municipal de Lisboa, onde exerceu o cargo de Director dos Serviços de Espaços Verdes.

De acordo com o autor, numa lição proferida no Instituto Superior de Agronomia, em 20 de Janeiro de 1943, Eliot, da Universidade de Harvard, teria definido arquitectura paisagista como sendo, “... em primeiro lugar um ramo das Belas-Artes, e como tal a sua função mais importante é criar e conservar a beleza em torno das habitações humanas e na paisagem; e, além disso, procurar o conforto, as conveniências e a saúde das populações urbanas” (Cabral, 1993:25).

A arquitectura paisagista, enquanto arte e ciência eminentemente integradora, chama a si outros ramos científicos de que são exemplos a agronomia e a silvicultura, como fundamentos da cultura biológica.

Apesar das ligações existentes com a Arquitectura na sua componente artística, a estrutura curricular da sua formação integra uma extensa área de conhecimento no âmbito de outras ciências, o que as torna significativamente distintas do ponto de vista da formação académica e posterior aplicação do saber adquirido¹⁴.

Ao arquitecto paisagista não basta desenhar uma obra de arte. Quando se trata de um jardim ou de um parque, essa obra além de bela tem de ter vida própria, sendo as espécies vegetais definidas de acordo com as condições existentes ou criadas, para que se desenvolvam em perfeita harmonia com a paisagem, cuja modelação pelo homem deve ter presente os aspectos sociais, numa lógica construtiva de conforto e um futuro sustentável.

¹⁴ De acordo com Teresa Andresen “pode-se considerar que a prática da Arquitectura Paisagista em Portugal se iniciou com o projecto do Estádio Nacional. Embora o trabalho de Caldeira Cabral e de Konrad Wiesner não tenha sido levado a cabo até ao fim, a sua marca naquilo que é hoje o vale do Jamor é incontornável. O seu desenvolvimento entre 1937 e 1939 está bastante bem documentado” (Andresen, Internet).

QUADRO Nº 1

ENSINO PÚBLICO

LICENCIATURA	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	IMPLEMENTAÇÃO
Arquitectura Paisagista	Universidade Técnica de Lisboa Instituto Superior de Agronomia ¹⁵ Centro de Estudos Paisagísticos Prof. Francisco Caldeira Cabral	1981 ¹⁶
	Universidade de Évora Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico ¹⁷	1981 (Decreto nº 36/81, de 7 de Março; Portaria nº 340/81 de 14 de Abril e Despacho nº 80/ES/82) ¹⁸
	Universidade do Algarve Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais	1998. Deliberação 369/99 de 24 de Junho de 1999 ¹⁹
	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro Departamento de Arquitectura Paisagista – Área de Ciências Agrárias	1998 O Curso foi oficialmente acreditado pela APAP (Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas) em despacho de 12 de Junho de 2005 ²⁰
	Universidade do Porto Faculdade de Ciências - Departamento de Botânica	2001

FONTE: Quadro organizado por nós, segundo dados colhidos nos documentos referidos.

¹⁵ “Decreto nº 128/81, de 21 de Outubro, sob proposta da Universidade Técnica de Lisboa: Ao abrigo do disposto no artigo 16º do Decreto-Lei nº 769-B/76, de 23 de Outubro: O Governo decreta nos termos da alínea g) do artigo 202º da Constituição, o seguinte: Artigo 1º (Criação) é criado no Instituto Superior de Agronomia, da Universidade Técnica de Lisboa, o curso de licenciatura em Arquitectura Paisagista. Artigo 2º (Extinção) É extinto o Curso Livre de Arquitectura Paisagista, que vinha sendo ministrado no Instituto Superior de Agronomia ao abrigo de despachos ministeriais de 14 de Abril de 1942 e de 21 de Dezembro de 1955”.

¹⁶ Apesar do Curso Livre de Arquitectura Paisagista se ter iniciado em 1942, só em 1981 passou a Licenciatura naquele estabelecimento de ensino superior.

¹⁷ Decreto nº 36/81, de 7 de Março; Portaria nº 340/81, de 14 de Abril e Despacho nº 80/ES/82.

¹⁸ Posteriormente sujeitos a alguns acertos através da Portaria nº 643/87, de 22 de Junho (planos de estudos fixados através do Despacho nº39/SEES/87).

Em 2003, a estrutura curricular da licenciatura em Arquitectura Paisagista foi novamente alterada, tendo como objectivo adaptar a estrutura curricular e o plano de estudos em vigor desde 2001, aos princípios definidos pelas Recomendações de Bolonha (Deliberação nº 1302/2003 da Universidade de Évora, publicada no DR nº 199 de 29/08/2003. (Informações gentilmente cedidas pela Universidade de Évora).

¹⁹ Reformas curriculares sofridas pelo Curso: Deliberação 1125/2003 de 4 de Agosto/2003 – alteração no plano curricular para reconhecimento do Curso pela Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas e EFLA. Deliberação 1176/2009 de 21 de Abril – Adaptação da Licenciatura a Bolonha. (Informações gentilmente cedidas pela Universidade do Algarve).

²⁰ Informação retirada da página electrónica da UTAD – SAPO ON LINE – em 10/08/09.

Apesar de ser o Instituto Superior de Agronomia, o pioneiro em Portugal do ensino da Arquitectura Paisagista, a primeira licenciatura foi criada em Évora em 1978, sendo o Arquitecto Paisagista Gonçalo Ribeiro Teles²¹ o seu fundador.

A formação académica deste grupo profissional foi sistematizada numa licenciatura de cinco anos, passando a três após a aplicação do protocolo de Bolonha.

Actualmente em Portugal, a licenciatura em Arquitectura Paisagista pode ser obtida nos estabelecimentos de ensino superior público que constam no Quadro Nº 1.

1.4 Formação académica dos profissionais

O curso de licenciatura em Arquitectura Paisagista habilita os futuros profissionais numa vasta área de competências no âmbito do Projecto, do Ordenamento do Território e do Planeamento.

A sua formação académica abrange áreas de estudo bastante diversificadas, que vão desde as artes, às ciências biofísicas, sociais e humanas, como podemos observar nos planos de estudo das disciplinas constituintes do *curriculum* dos cursos, nas diferentes Universidades em que é leccionado.

A base de intervenção do arquitecto paisagista é a arte e as técnicas do jardineiro²² na agricultura, horticultura e o uso de inertes acessórios à obra, numa lógica humanista do produto final.

A formação académica do Arquitecto Paisagista poderá ser agrupada nas áreas referidas no Quadro Nº 2.

²¹ O arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles foi um dos primeiros alunos do Curso Livre de Arquitectura Paisagista.

²² “Como ofício, somos jardineiros, como artistas, somos arquitectos paisagistas. Aliás, esta designação tem sido muito discutida, mas a verdade é que ainda ninguém encontrou melhor” (APAP, 2009:68).

QUADRO 2

Áreas da Formação em Arquitectura Paisagista

ÁREA	DISCIPLINAS
TÉCNICA	<ol style="list-style-type: none">1. Construção de Jardins2. Horticultura básica3. Plantas dos Jardins e da Paisagem4. Fundamentos de Agricultura5. Silvicultura
ARTÍSTICA	<ol style="list-style-type: none">1. O desenho e reconhecimento das qualidades estéticas da obra: unidade, equilíbrio, proporção2. A História da Arte Geral, dos Jardins e da Paisagem3. As diferentes traduções da imagem da ideia concebida: fotografia, informática, pintura, desenho técnico e arquitectónico
CIENTÍFICA	<ol style="list-style-type: none">1. Botânica Sistemática2. Fitossociologia3. Ecologia, Princípios4. Geologia e Pedologia Prática5. Climatologia Aplicada6. Hidrologia
HUMANIDADES	<ol style="list-style-type: none">1. História da Arte Geral2. História de Arte dos Jardins3. História do Mundo Rural e dos Sistemas Tradicionais de Cultivo da Terra4. Urbanologia
INTER-DISCIPLINARIDADE	<ol style="list-style-type: none">1. Urbanismo e Arquitectura2. Ruralismo3. Sociologia
ARQUITECTURA PAISAGISTA	<ol style="list-style-type: none">1. Estudo das Paisagens Tradicionais e sua evolução2. Arquitectura Paisagista3. Ordenamento do Território4. Recuperação da Paisagem5. Projectos: desde o espaço do jardim, íntimo ao público, ao parque, à transformação da paisagem e ao Ordenamento do Território

FONTE: Informação da APAP presente na Internet, por nós adaptada.

1.5 Arquitectos Paisagistas: morfologia do corpo

Fizemos inicialmente alguns contactos, no sentido de obter dados estatísticos sobre o número de arquitectos paisagistas existentes em Portugal, no entanto, não conseguimos alcançar esse propósito, conforme explicaremos no Capítulo 3 -

Metodologia. Soubemos apenas que de acordo com as estatísticas oficiais, de 2003 a 2009, se licenciaram em Portugal, 723 arquitectos paisagistas²³.

Para uma melhor visualização, organizámos a informação recolhida, nos quadros que apresentamos²⁴:

QUADRO Nº 3
Instituto Superior de Agronomia
Distribuição dos Licenciados em A. P. por ano e por género

Ano Académico	Nº total de licenciados	Masc.	Fem.
2002-2003	20	3	17
2003-2004	25	9	16
2004-2005	51	15	36
2005-2006	29	7	22
2006-2007	27	5	22
2007-2008	23	6	17
2008-2009	24	10	14
TOTAL	199	55	144

Fonte: GPEARI, Internet

Da leitura do quadro referente aos licenciados em Arquitectura Paisagista, no Instituto Superior de Agronomia (Quadro Nº 3), entre 2003 e 2009, verificamos que o número de efectivos femininos, quase triplica o número dos efectivos masculinos, verificando-se em qualquer dos anos lectivos, uma forte feminização do sector, embora essa tendência tenha diminuído no ano 2008-2009, em que a diferença é apenas de 4 efectivos.

Verifica-se ainda que, desde 2003 a 2005, o número de licenciados aumentou em cada ano, sendo que o ano 2006 regista uma quebra significativa em relação ao ano anterior (menos 22 diplomados), continuando em decréscimo até 2008, verificando-se em 2009, mais um licenciado que no ano anterior.

²³ Em 16/09/2010, havia 958 sócios activos inscritos na APAP (informação obtida directamente na APAP).

²⁴ Quadros Nº 3, 4, 5, 6 e 7.

No período considerado, a média anual situa-se em cerca de 28 licenciados (\bar{X} 28,4).

QUADRO Nº 4

Universidade de Évora

Distribuição dos Licenciados em A. P. por ano e por género

Ano Académico	Nº total de licenciados	Masc.	Fem.
2002-2003	19	4	15
2003-2004	22	3	19
2004-2005	27	9	18
2005-2006	26	9	17
2006-2007	53	17	36
2007-2008	40	11	29
2008-2009	32	7	25
TOTAL	219	60	159

Fonte: GPEARI, Internet

Da análise do grupo de licenciados na Universidade de Évora (Quadro Nº 4), durante o período análogo, verifica-se que a tendência de feminização da profissão, se mantém.

Podemos ainda verificar que entre 2003 e 2005, existe uma subida gradual do número de diplomados anualmente, tendo ocorrido uma descida muito ligeira em 2006, voltando a subir quase para o dobro em 2007 a que se seguiu novamente uma descida significativa até 2009. A média anual situa-se em cerca de 31 licenciados (\bar{X} 31,2).

QUADRO Nº 5

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Distribuição dos Licenciados em A. P. por ano e por género

Ano Académico	Nº total de licenciados	Masc.	Fem.
2002-2003	13	3	10
2003-2004	9	5	4
2004-2005	12	2	10
2005-2006	23	10	13
2006-2007	18	9	9
2007-2008	25	11	14
2008-2009	17	4	13
TOTAL	117	44	73

Fonte: GPEARI, Internet

Na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Quadro nº 5), no período analisado, apenas no ano lectivo 2003-2004 a tendência de feminização se inverteu ligeiramente com mais um indivíduo do sexo masculino. No ano lectivo 2006-2007 verificou-se o mesmo número de indivíduos em ambos os géneros. Nos restantes anos lectivos, o número de mulheres superou o número de homens, mantendo-se assim, a tendência de feminização da profissão. A média anual situa-se em cerca de 17 licenciados (\bar{X} 16,7).

QUADRO Nº 6

Universidade do Algarve

Distribuição dos Licenciados em A. P. por ano e por género

Ano Académico	Nº total de licenciados	Masc	Fem
2003-2004	4	1	3
2004-2005	11	5	6
2005-2006	30	11	19
2006-2007	30	8	22
2007-2008	14	7	7
2008-2009	20	8	12
TOTAL	109	40	69

Fonte: GPEARI, Internet

Na Universidade do Algarve (Quadro Nº 6), os primeiros alunos do curso de Arquitectura Paisagista, terminaram a licenciatura no ano lectivo 2003-2004 e da análise dos dados, verifica-se que apenas no ano lectivo 2007-2008, o número de indivíduos é igual em ambos os géneros. Nos restantes anos, o número de mulheres é sempre superior ao número de homens registado, confirmando-se assim, a tendência de feminização no grupo dos profissionais em Arquitectura Paisagista.

A média anual situa-se em cerca de 18 licenciados (\bar{X} 18,1).

QUADRO Nº 7

Universidade do Porto

Distribuição dos Licenciados em A. P. por ano e por género

Ano Académico	Nº total de licenciados	Masc	Fem
2005-2006	16	6	10
2006-2007	24	5	19
2007-2008	21	4	17
2008-2009	18	7	11
TOTAL	79	22	57

Fonte: GPEARI, Internet

Relativamente à Universidade do Porto, onde o curso foi implantado mais tarde, os primeiros alunos foram licenciados no ano lectivo 2005-2006 e da análise dos dados (Quadro Nº 7) conclui-se que, em qualquer dos anos lectivos, o género feminino superou, em número de efectivos, o género masculino tendo o número de mulheres licenciadas, no final dos quatro anos analisados, ultrapassado o número dos homens.

A média anual de diplomados situa-se em cerca de 20 (\bar{X} 19,7).

A média anual do número de licenciados por Estabelecimento de Ensino público é (por ordem decrescente), na Universidade de Évora - Departamento de Planeamento Biofísico: cerca de 31 (\bar{X} 31,2); na Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Agronomia: cerca de 28 (\bar{X} 28,4); na Universidade do Porto - Departamento de Botânica Faculdade de Ciências: cerca de 20 (\bar{X} 19,7); na Universidade do Algarve -

Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais: cerca de 18 (\bar{X} 18,1); na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Departamento de Arquitectura Paisagista – Área de Ciências Agrárias: cerca de 17 (\bar{X} 16,7).

Em síntese, concluímos que, no período compreendido entre 2003 e 2009, obtiveram em Portugal o grau de licenciatura em Arquitectura Paisagista 723 indivíduos, sendo 221 do sexo masculino e 502 do sexo feminino, verificando-se assim, uma forte tendência para a feminização da profissão.

Seria interessante tentar compreender se a procura por esta profissão por parte do sexo feminino tem unicamente a ver com a massificação do ensino superior e, por isso, com a reprodução nas universidades da mais elevada taxa de mulheres existente na sociedade, ou se terá a ver com algum factor associado ao género. Desviando-se esta questão do nosso objecto de estudo, não a desenvolvemos, ficando-nos contudo o interesse de, mais tarde, a ela voltarmos nesse sentido.

1.6 Situação dos Arquitectos Paisagistas nos Centros Territoriais de Emprego

O desemprego é um fenómeno social contextual, a que a categoria socioprofissional dos arquitectos paisagistas também não está imune.

De acordo com os dados registados no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), o número de arquitectos paisagistas desempregados, inscritos nos Centros Territoriais de Emprego (CTE), entre 1997 e 2009, é o seguinte:

QUADRO Nº 8

Arquitectos Paisagistas desempregados, inscritos nos CTE

ANO ²⁵	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Arquitectos Paisagistas	6	20	9	10	11	14	20	15	33	62	74	91	113

FONTE: IEFP (por nós adaptado)

²⁵ Os dados apresentados referem-se ao mês de Dezembro de cada ano. Em Abril de 2010, estavam inscritos 121 arquitectos paisagistas.

Da análise dos dados (Quadro 8), verifica-se que no ano de 1998, houve uma subida exponencial de inscritos no IIEFP, registando-se novo pico em 2003, descendo ligeiramente em 2004 e retomando uma subida exponencial de 2005 a 2009.

Tentámos perceber se houve uma relação directa entre o número de licenciados e o número de desempregados. Para o efeito, construímos a matriz que inserimos no Quadro Nº 9 e verificamos que não existe relação entre o número de licenciados e o número de desempregados, pois a taxa superior de inscritos (75,83 %) regista-se em 2008, com 120 novos diplomados, sendo os anos de 2006 e 2007 aqueles em que houve maior número de diplomadas (139 e 150, respectivamente), apresentando estes anos um menor número de inscritos nos CTE do IIEFP.

QUADRO Nº 9

Quadro comparativo do nº de Licenciados em Arquitectura Paisagista, no arco temporal compreendido entre 1997 e 2009 e sua relação com o nº de inscritos no IIEFP no mesmo período

LICENCIADOS		INSCRITOS NOS CTE DO IIEFP	%
ANO	DIPLOMADOS		
1997	32	6	18,75
1998	33	20	60,6
1999	38	9	23,68
2000	38	10	26,31
2001	35	11	31,41
2002	50	14	28,00
2003	40	20	50,00
2004	47	15	31,91
2005	82	33	40,24
2006	139	62	44,6
2007	150	74	48,00
2008	120	91	75,83
2009	111	113	101,80

FONTE: Dados por nós organizados, com base em dados estatísticos do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IIEFP), Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), Universidade de Évora (UE) e Instituto Superior de Agronomia (ISA)²⁶

²⁶ Do GPEARI, apenas obtivemos dados a partir do ano académico 2002-2003, pelo que, os dados referentes ao arco temporal 1997-2002, foram cedidos pelo Instituto Superior de Agronomia e Universidade de Évora.

Contudo, na falta de informação mais específica, não podemos afirmar que o número de inscritos no I EFP em cada ano corresponda aos novos licenciados ou se integra também um número residual de inscritos em anos anteriores.

Tentámos ainda observar a distribuição de diplomados em Arquitectura Paisagista inscritos nos CTE do IEFPP de acordo com o escalão etário (Quadro Nº 10), tendo concluído que o grupo etário “25–34 Anos” é o que apresenta maior número de efectivos em qualquer um dos anos analisados.

Julgamos que tal facto se pode explicar por ser esse o escalão etário em que é maior o número de indivíduos que concluíram as licenciaturas não o podendo, no entanto, provar por não dispormos de dados no que respeita à variável idade desses indivíduos.

A faixa etária “< de 25 Anos” apresenta fraca expressividade de 1997 a 2004, ganhando relevância no ano de 2005 e seguintes.

QUADRO Nº 10

Arquitectos Paisagistas desempregados, inscritos nos CTE do IEFPP distribuídos por grupos etários

Ano²⁷	Grupo etário				Total
	< 25 anos	25 – 34 anos	35 – 54 anos	55 anos e +	
1997	1	5	0	0	6
1998	3	17	0	0	20
1999	1	8	0	0	9
2000	1	9	0	0	10
2001	4	5	2	0	11
2002	4	8	2	0	14
2003	3	12	5	0	20
2004	3	8	4	0	15
2005	10	18	4	1	33
2006	26	33	2	1	62
2007	23	43	7	1	74
2008	18	67	5	1	91
2009	25	83	4	1	113

FONTE: Dados do IEFPP, por nós adaptados.

²⁷ Os dados apresentados referem-se ao mês de Dezembro de cada ano.

Ainda referindo-nos ao Quadro N° 10, consideramos o grupo “35-54 Anos” pouco expressivo, tendo apenas no ano de 2007 ultrapassado a meia dezena de inscritos.

O grupo constituído por indivíduos de “55 Anos e +”, é residual e só a partir de 2005 até 2009, aparece um indivíduo registado.

Na distribuição por Região (Quadro N° 11), verificamos que a Região de Lisboa e Vale do Tejo é de todas, aquela que, no somatório dos 13 anos, apresenta maior número de indivíduos inscritos nos CTE (166), seguindo-se a Região Norte (163) e, com muito menor expressão, a Região Centro (67), sendo as Regiões do Algarve (40) e Alentejo (24) as que apresentam uma taxa mais reduzida.

QUADRO N° 11
Arquitectos Paisagistas desempregados, inscritos nos CTE
distribuídos por Região

Ano²⁸	REGIÃO					Soma
	Alentejo	Algarve	Centro	Lisboa VT	Norte	
1997	0	0	0	6	0	6
1998	1	2	4	12	1	20
1999	0	0	0	9	0	9
2000	0	0	1	9	0	10
2001	1	0	2	5	3	11
2002	0	2	3	7	2	14
2003	0	3	0	11	6	20
2004	1	1	1	7	5	15
2005	2	4	0	16	11	33
2006	8	2	12	18	22	62
2007	4	7	13	17	33	74
2008	9	6	14	22	40	91
2009	16	13	17	27	40	113

FONTE: Dados do IIEFP, por nós adaptados.

²⁸ Os dados apresentados referem-se ao mês de Dezembro de cada ano. Em Abril de 2010, a soma dos inscritos era de 121.

Na distribuição por Género (Quadro Nº 12) prevalecem, em todos os anos observados, os indivíduos do sexo feminino, o que pode estar relacionado com o facto de, em qualquer dos anos analisados, o número de Mulheres diplomadas ser superior ao número de Homens.

QUADRO Nº 12
Arquitectos Paisagistas desempregados, inscritos nos CTE
distribuídos por Género

Ano²⁹	F	M	Soma
1997	4	2	6
1998	16	4	20
1999	6	3	9
2000	8	2	10
2001	8	3	11
2002	10	4	14
2003	17	3	20
2004	11	4	15
2005	24	9	33
2006	47	15	62
2007	46	28	74
2008	70	21	91
2009	80	33	113

FONTE: Dados do IEFP, por nós adaptados.

1.7 Organizações Profissionais dos Arquitectos Paisagistas

A organização profissional dos Arquitectos Paisagistas iniciou-se nos EUA, em 1899, com a criação da Sociedade Americana de Arquitectos Paisagistas.

A nível internacional, nasceu no *Kings College* com o empenho de profissionais de diversas nacionalidades, a Federação Internacional dos Arquitectos Paisagistas (IFLA) presidida por Caldeira Cabral entre 1964 e 1968.

²⁹ Os dados apresentados referem-se ao mês de Dezembro de cada ano. Em Abril de 2010, a soma dos inscritos, era de 121, dos quais, 89 do sexo feminino e 32 do sexo masculino.

Em 1989, devido ao alargamento da Comunidade Económica Europeia, os doze estados-membros constituintes, através das organizações nacionais de Arquitectos Paisagistas existentes, reuniram-se na Bélgica e criaram a *European Federation of Landscape* (EFLA) alargada actualmente a todos os países da Comunidade Económica Europeia, presidida actualmente, por um membro da APAP, a Professora Teresa Andresen, actual Directora do Curso de Arquitectura Paisagista na Universidade do Porto.

Em Portugal, a instituição que representa estes profissionais é a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (APAP), criada em 3 de Março de 1976 por 14 sócios fundadores³⁰ e os seus estatutos foram publicados na III série do D. R. de 14 de Dezembro seguinte, trinta e quatro anos após a fundação da Arquitectura Paisagista em Portugal.

A APAP foi reconhecida como instituição de utilidade pública em 1995³¹, encontra-se sedada em Lisboa³² e já teve delegações ou secções regionais em vários pontos do país. Em Janeiro de 2010, contava 922 sócios efectivos³³.

Embora a inscrição dos arquitectos paisagistas na APAP, não tenha carácter obrigatório, apenas os arquitectos paisagistas associados à instituição que os representa, estão autorizados a assinar os Projectos produzidos. Anualmente, são solicitadas à APAP, mais de 3 000 declarações de inscrição na APAP, para efeitos de elaboração de projectos de arquitectura paisagista (Marinho, 2008, Internet).

Estes profissionais terão que ter uma formação académica de nível superior, igual a um mínimo de 5 anos, pelo que, não são aceites na APAP os licenciados com apenas três anos de formação.

³⁰ Sete elementos do sexo masculino e sete do sexo feminino.

³¹ A relevância da APAP no âmbito da sua função social conduziu à “declaração de utilidade pública”, por despacho do Primeiro Ministro, de 19 de Julho de 1995 (APAP: Agosto/2008:25).

³² Calçada Marquês de Abrantes, N° 45 – 1° Dt° - 1200-718 - Lisboa. A primeira sede foi provisoriamente instalada na Rua Bernardo Lima, 47 – 5° Dt° em Lisboa.

³³ Informação facultada pelos Serviços Administrativos da APAP, em 15/01/10.

1.8 O desígnio da “Ordem” dos Arquitectos Paisagistas

Um dos desígnios da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (APAP), refere-se à criação de uma Ordem³⁴ própria, cujo processo foi iniciado em 27 de Julho de 2006, com a apresentação na Assembleia da República de uma primeira proposta de criação da Ordem dos Arquitectos Paisagistas³⁵.

Em Agosto de 2008, a APAP elaborou novo documento³⁶ em que apresenta os seus motivos justificativos da necessidade de criação da Ordem, tendo em anexo o projecto de estatutos respectivo, de acordo com o estatuído na Lei-Quadro das Associações Públicas Profissionais (Lei nº 6/2008, de 13 de Fevereiro).

A APAP continua a desenvolver esforços, no sentido da criação da tão desejada Ordem Profissional dos Arquitectos Paisagistas, justificando a sua pretensão com razões que se prendem com as características da profissão, que a APAP considera enquadradas nos requisitos exigidos pelo Estado e alega que,

“...somente a criação de uma Ordem Profissional permitirá traçar as fronteiras do “acto próprio” da profissão de Arquitecto Paisagista, reservando a sua execução aos Arquitectos Paisagistas e, ainda, regular o acesso e disciplinar o exercício da profissão garantindo, assim, a qualidade técnica e científica dos profissionais (obrigatoriamente inscritos” (Marinho, 2007: catálogo s/l e s/nº de pág.).

A APAP reconhece a relevância que o Ordenamento Jurídico Nacional tem vindo a atribuir a estes profissionais, mas alega que ainda não foram criadas as condições para a regulação do “reconhecimento técnico e científico” dos arquitectos

³⁴ Ordens Profissionais são “as associações públicas formadas pelos membros de certas profissões livres, com o fim de regular e disciplinar o exercício da respectiva actividade profissional por devolução de poderes do Estado” (Freitas do Amaral, curso de Direito Administrativo *in* “Proposta de Criação da Ordem dos Arquitectos Paisagistas” (APAP, 2008:9).

³⁵ Informação gentilmente cedida pela APAP.

³⁶ No referido texto, a APAP conclui que o perfil das profissões que justificam a criação de uma associação pública profissional se resume do seguinte modo: “(i) livres, privadas e independentes; (ii) com um radicado espírito de corporação entre os seus membros; (iii) dotadas de autonomia técnica e exigindo elevado grau de formação científica; (iv) cujo exercício concretize uma função socialmente relevante em que se exige confiança social” (APAP, 2008:24).

paisagistas. Aponta nesse sentido aquilo que considera serem “as limitações e incongruências do sistema legislativo actual” que de forma avulsa, tão depressa dá poder aos profissionais, como de certo modo o retira, na medida em que reconhece competências a profissionais de outras áreas de formação, que lhes permite interferir em campos que a APAP considera da esfera de competências dos arquitectos paisagistas³⁷.

Neste contexto, e no momento da pesquisa, as mais recentes controvérsias entre a APAP e os legisladores prendem-se com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho e Portaria nº 1379/2009 de 30 de Outubro, legislação que determina as qualificações exigidas aos técnicos responsáveis pela elaboração de projectos, direcção e fiscalização de obras.

De facto, a referida Lei e Portaria suscitaram junto do corpo profissional constituído pelos arquitectos paisagistas, atitudes de crítica e manifestações de indignação e repúdio, aumentando o desejo de constituição de uma Ordem própria, uma vez que a sua associação de classe (APAP) pouca força apresenta na defesa dos seus interesses, como podemos ver no testemunho que aqui deixamos.

“A criação da Ordem poderá contribuir para nos darem maior relevância, para sermos ouvidos de forma igualitária relativamente a outras profissões, como os arquitectos e engenheiros, veja-se o que aconteceu com a aprovação da recente legislação para a qual a APAP pouco ou nada contribuiu, não por falta de empenho, mas por não ser chamada a participar nas alturas devidas” (Entrevista nº 14).

Uma das prioridades do nosso estudo será, pois, tentar compreender esta situação de constrangimento por parte quer dos arquitectos paisagistas individualmente quer colectivamente reunidos na APAP e analisar as suas justificações neste contexto de conflitualidade desencadeada pela legislação promulgada.

³⁷ “Decreto-Lei nº 292/95, de 14 de Novembro – exigindo que os projectos de arquitectura paisagista sejam coordenados por arquitectos paisagistas (...); o Decreto 73/73, de 28 de Fevereiro (...) reconheceu, transitoriamente, a competência para subscrever projectos de obras sujeitas a licenciamento municipal a arquitectos, engenheiros civis, agentes técnicos de engenharia e de minas, construtores civis e mesmo em certas circunstâncias, a outros profissionais sem qualquer qualificação, continua em vigor (...), não obstante ter sofrido ao longo dos tempos, pontuais mas importantes derrogações (D. L: 205/88, de 16 de Junho; D. L. 292/95, de 14 de Novembro e D. L. 167/97, de 4 de Julho)” (APAP, 2008:22).

1.9 Do estudo de *Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal*³⁸

Na sequência das diligências efectuadas pela APAP para criação da Ordem dos Architectos Paisagistas e dando cumprimento à Lei nº 6/2008 de 13/2, art. 2º, 3, que exige um estudo produzido por “... uma entidade de reconhecida independência e mérito sobre a sua necessidade em termos de realização do interesse público e sobre o seu impacte sobre a regulação da profissão”³⁹, o Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista, Prof. Caldeira Cabral (CEAP), realizou em Outubro de 2010, por encomenda da APAP, um estudo de *Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal*.

Para o efeito, em Abril do mesmo ano foi enviado um Inquérito para caracterização destes profissionais, a todos os associados da APAP, sendo o mesmo colocado *on line* a fim de que todos os architectos paisagistas pudessem responder.

As respostas ao questionário foram recolhidas entre o início do mês de Maio e o mês de Julho sendo a amostra constituída por 235 inquiridos, o que corresponde a cerca de 17% do Universo (1385 architectos paisagistas)⁴⁰.

Por gentileza da APAP, em resposta a um pedido por nós formulado, foi-nos permitida a consulta do referido estudo, onde verificámos que a caracterização dos inquiridos se realizou a partir das variáveis seguintes: Faixa etária, género, distribuição por género e faixa etária, evolução do número de alunos diplomados, média final obtida em licenciatura pré Bolonha, nível académico dos inquiridos, adequação do primeiro emprego à área de educação, tempo de espera para o primeiro emprego, situação profissional dos inquiridos, regime contratual dos inquiridos, situação de desemprego segundo o género no momento do inquérito, situação de desemprego segundo a idade dos inquiridos, tempo de desemprego no momento do inquérito, sector de actividade profissional, instituição em que obteve a licenciatura, ano de licenciatura, média final e grau académico mais elevado.

³⁸ Estudo realizado em 2010 pelo Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista – Prof. Caldeira Cabral – Instituto Superior de Agronomia/ Universidade Técnica de Lisboa, a pedido da APAP.

³⁹ Excerto extraído da página electrónica da APAP (em 26/05/10), intitulado “*Inquérito aos architectos paisagistas no âmbito de estudo de caracterização profissional*”

⁴⁰ Fonte: CEAP, 2010.

No que se refere à variável “faixa etária”, a amostra apresenta a distribuição que inserimos no Quadro N° 13:

QUADRO N° 13

Distribuição dos inquiridos por faixa etária

IDADE	<25	25-30	30-35	35-40	40-45	45-50	50-55	55-60	60-65	s/r
%	4%	33%	20%	15%	9%	12%	3%	1%	3%	1%

FONTE: CEAP, 2010, por nós adaptado

O estudo conclui que cerca de 72% dos inquiridos tem idade inferior a 40 anos e explica esses valores com o facto do número de cursos de Arquitectura Paisagista ter aumentado em Portugal no final dos anos noventa do séc. XX e início do séc. XXI, visto que até 1998, o curso apenas era leccionado no Instituto Superior de Agronomia em Lisboa e na Universidade de Évora.

QUADRO N° 14

Distribuição dos inquiridos por Género

GÉNERO	PERCENTAGEM
MASCULINO	33%
FEMININO	67%

FONTE: CEAP, 2010, por nós adaptado

No referente à variável “Género”, prevalecem os indivíduos do sexo feminino com uma representação de 67%, enquanto o género masculino é representado por apenas 33% dos inquiridos, como podemos observar no Quadro N° 14.

QUADRO Nº 15

Distribuição dos inquiridos por género e faixa etária

IDADE	GÉNERO	
	MASCULINO	FEMININO
<25	20%	80%
25-30	28%	72%
30-35	31%	69%
35-40	24%	76%
40-45	57%	43%
45-50	83%	17%
55-60	33%	67%
60-65	33%	67%

FONTE: CEAP, 2010, por nós adaptado

A tendência de feminização da profissão é efectivamente notória, com prevalência em todas as faixas etárias, excepto nas faixas constituídas pelos indivíduos entre os “45 e os 50 anos” assim como na faixa etária dos “50-55 anos” de idade, em que a incidência recai nos indivíduos do género masculino, como nos mostra o Quadro Nº 15.

QUADRO Nº 16

Evolução do número de alunos diplomados

ANO	PERCENTAGEM
1975-1980	1%
1980-1985	3%
1985-1990	9%
1990-1995	7%
1995-2000	11%
2000-2005	16%
2005-2010	47%
Sem/resposta	6%

FONTE: CEAP, 2010, por nós adaptado

No que se refere ao número de diplomados, verifica-se um crescimento progressivo até 1990, com um ligeiro decréscimo no quinquénio 1990-1995, verificando-se o maior incremento durante a última década, com 63% da amostra, conforme a evolução registada no Quadro N° 16.

QUADRO N° 17
Média final obtida
Licenciatura pré-Bolonha

VALORES	PERCENTAGEM
10-11	1%
12-13	46%
14-16	48%
s/resposta	5%

FONTE: CEAP, 2010, por nós adaptado

Quanto à Média final obtida na Licenciatura pré-Bolonha, verifica-se que 1% da amostra se situa entre 10 e 11 valores; 94% entre 12 e 16 valores; e 5% não responderam, como podemos observar no Quadro N° 17.

QUADRO N° 18
Nível académico dos inquiridos

NÍVEL ACADÉMICO	PERCENTAGEM
Doutoramento	7%
Licenciatura pré Bolonha	71%
Mestrado pré Bolonha	11%
Mestrado Bolonha	1%
Pós graduação	9%
s/resposta	1%

FONTE: CEAP, 2010, por nós adaptado

O estudo (CEAP, 2010), revela ainda, que 7% dos inquiridos têm doutoramento, 71% são detentores de Licenciatura pré Bolonha, 11% têm o grau de Mestre obtido em

Mestrado pré Bolonha, 1% tem Mestrado pós Bolonha e 9% têm pós-graduação e 1% não responde, como podemos ver no Quadro N° 18.

QUADRO N° 19

Adequação do 1º emprego à área de educação

Trabalho adequado	87%
Trabalho não adequado	10%
S/resposta	3%

FONTE: CEAP, 2010, por nós adaptado

Na análise da variável “adequação do 1º emprego à área de educação” o estudo mostra-nos que a maioria dos inquiridos, encontrou trabalho adequado à sua área de formação, com uma taxa de representação de 87%. Não encontraram trabalho adequado à área de educação 10%, e 3% não responderam, como sintetizamos no Quadro N° 19.

QUADRO N° 20

Tempo de espera para o primeiro emprego

Nº MESES	0-2	2-4	4-6	6-8	8-10	10-12	12-24	+ de 24	s/resposta
PERCENT.	55%	14%	6%	6%	2%	1%	5%	3%	8%

FONTE: CEAP, 2010, por nós adaptado

O mesmo estudo revela que relativamente ao “tempo de espera para o 1º emprego”, 75% dos inquiridos estiveram seis meses ou menos nessa situação, tendo a maioria encontrado trabalho dentro dos primeiros dois meses (55%). Apenas 17% estiveram mais de seis meses sem colocação e destes, apenas 3% aguardaram mais de dois anos, como podemos verificar pela análise do Quadro N° 20.

QUADRO Nº 21

Situação profissional dos inquiridos

Empregados c/ remuneração	Empregados s/ remuneração	Desempregados	s/resposta
87%	3%	8%	Cerca de 3%

FONTE: CEAP, 2010, por nós adaptado

De acordo com o estudo referido, no momento em que responderam ao inquérito, 90% dos inquiridos encontravam-se empregados, mas destes, 3% afirmaram não auferir remuneração, 8% encontravam-se desempregados e cerca de 3% dos inquiridos, não responderam, conforme se observa no Quadro Nº 21.

QUADRO Nº 22

Regime contratual dos inquiridos

Estágio	Contrato	Prestação de Serviços	Trabalho por conta própria	Bolseiro de investigação	s/resposta
2%	56%	8%	20%	2%	12%

FONTE: CEAP, 2010, por nós adaptado

No que se refere ao “regime contratual dos inquiridos” no emprego, o “contrato” apresenta a tipologia mais representada, com 56% dos inquiridos, seguindo-se o “trabalho por conta própria” em 2º lugar com 20% da amostra. A situação designada por “prestação de serviços” aparece representada em 3º lugar com 8% dos inquiridos, registando-se a situação de estágio e os bolseiros de investigação *ex-equo*, com 2% em cada categoria, conforme resumido no Quadro Nº 22.

QUADRO Nº 23

Situação de desemprego segundo o género no momento do inquérito

GÉNERO	PERCENTAGEM
Masculino	19%
Feminino	81%

FONTE: CEAP, 2010, por nós adaptado

Relativamente à “situação de desemprego segundo o género no momento do inquérito”, o estudo refere que 81% dos diplomados são do género feminino e apenas 19% dos inquiridos pertencem ao género masculino, como se resume no Quadro Nº 23.

Quadro Nº 24

Situação de desemprego, segundo a idade dos inquiridos

ESCALÃO ETÁRIO	PERCENTAGEM
< 25	8%
25 – 30	54%
30 – 35	23%
35 – 40	4%
40 – 45	4%
55 – 60	4%
s/resposta	4%

FONTE: CEAP, 2010, por nós adaptado

O estudo a que vimos fazendo referência (CEAP, 2010), analisou ainda a “situação de desemprego, segundo a idade dos inquiridos”.

Observando o Quadro Nº 24, verifica-se que a maioria dos desempregados tem idades compreendidas entre os “25-30 anos” com uma representatividade da ordem dos 54% da amostra, seguida da faixa etária “30-35 anos” com uma incidência de 23 %.

Da análise da variável “Idade” em situação de desemprego, conclui-se que a faixa etária “25-30 anos” é a mais fortemente representada com 54% dos inquiridos, seguindo-se a faixa dos “30-35 anos” com 23% das respostas.

Os grupos etários “45-50”, “50-55” e “60-65 anos”, não se encontram representadas.

De entre os desempregados, o estudo constata ainda que o tempo de desemprego no momento do inquérito apresenta a distribuição referida no Quadro N° 25:

Quadro N° 25

Tempo de desemprego no momento do inquérito

TEMPO (meses)	PERCENTAGEM
0-3	29%
3-6	18%
6-9	12%
9-12	18%
12-18	18%
18-24	5%

FONTE: CEAP, 2010, por nós adaptado

Da análise dos dados organizados neste Quadro “Tempo de desemprego no momento do inquérito”, constata-se que a maior parte dos inquiridos que se encontra desempregada, está nessa situação há menos de 3 meses, com uma representatividade de 29% da amostra, registando-se uma taxa de 18% dos inquiridos na situação de desemprego nos intervalos “3-6 meses”, “9-12” e “12-18 meses”, pelo que se conclui que 47% dos inquiridos estavam nesta situação havia menos de 6 meses. O *desemprego de longa duração*⁴¹, situava-se assim, em 23% dos inquiridos e o *desemprego de muito longa duração*, no momento do inquérito, não se encontrava representado na amostra.

⁴¹ O Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) classifica de *desemprego de longa duração*, o desemprego verificado durante um período igual ou superior a 1 ano e *desemprego de muito longa duração*, o desemprego verificado durante um período igual ou superior a 2 anos (IEFP, 2010, referido no estudo, CEAP, 2010).

Quadro N° 26

Sector de Actividade Profissional

Sector de Actividade	PERCENTAGEM
Público	34%
Privado	44%
Ambos	11%
s/resposta	11%

FONTE: CEAP, 2010, por nós adaptado

Quanto ao “sector de actividade profissional” em que se encontram a trabalhar, o mesmo estudo (CEAP, 2010), mostra-nos que a maioria dos Arquitectos Paisagistas que participaram no inquérito exerce a sua actividade profissional no sector privado, com uma representação de 44%. Declaram trabalhar no sector público 34% da amostra e 11% dos inquiridos dizem desenvolver a sua actividade profissional em acumulação do sector público com o sector privado. De notar o índice de “s/resposta”, com uma taxa de representatividade de 11%, como se verifica observando o Quadro N° 26.

Em resumo, conclui-se do estudo de caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal, que 72% dos inquiridos tem idade inferior a 40 anos, com predominância dos indivíduos do género feminino, com uma representação de 67%.

Da análise da variável da “Distribuição por género e faixa etária”, verifica-se que apenas no grupo constituído pelos indivíduos entre os “45-50 anos”, o sexo masculino se apresenta mais fortemente representado, com 57% dos inquiridos, enquanto o sexo feminino tem uma representação de 43%.

Situação semelhante, mas mais significativa, se verifica na faixa etária “50-55 anos”, representada por 87% de indivíduos do sexo masculino e apenas 17% do universo são do sexo feminino, o que não invalida no cômputo geral a tendência de feminização da profissão, visto constatar-se nos restantes escalões etários um número superior de mulheres relativamente aos indivíduos do género masculino.

Da observação dos resultados obtidos, relativamente ao “número de diplomados”, apenas no quinquénio 1990-1995 se registou um decréscimo de 2%

relativamente ao período 1985-1990, verificando-se um aumento do número de alunos graduados, em todos os outros quinquênios observados.

Quanto à “média final obtida na licenciatura pré Bolonha”, regista-se a média mais baixa, em 1% dos inquiridos com classificação de “10-11 valores” e a mais elevada, entre “14-16 valores” em 48% da amostra, sendo a restante percentagem distribuída nas classificações compreendidas entre “12-13 valores” representada por 46% dos inquiridos e uma percentagem residual de 5% na categoria de “s/resposta”.

No que se refere ao “nível académico dos inquiridos”, registam-se 7% com grau de doutoramento, 71% com grau de licenciatura pré Bolonha, 11% detentores de Mestrado pré Bolonha., apenas 1% declara possuir o grau de Mestrado Bolonha e 9% da população inquirida afirmam ter uma pós graduação.

Da análise das respostas dadas à variável “adequação do 1º emprego à área de educação”, o “Sim” prevalece com 87% dos respondentes, registando-se o “Não”, em apenas 10% dos inquiridos e ainda uma franja de 3% de “não resposta”.

Quanto ao “tempo de espera para o 1º emprego”, 75% dos inquiridos declaram ter estado 6 meses ou menos; 17% afirmam ter estado mais de 6 meses e 8% não respondem à questão.

Da análise da “situação profissional dos inquiridos no momento do inquérito”, 90% estavam empregados, mas destes, 3% declaram não ser remunerados. Desempregados estavam 8% e cerca de 3% não respondem.

No que se refere ao “regime contratual no emprego”, a tipologia mais representada é o “Contrato”, com 56% dos inquiridos, o “trabalho por conta própria” aparece representado em 2º lugar com 20% da amostra. A “prestação de serviços” surge em 3º lugar com 8% dos inquiridos, registando-se as situações de “estágio” e os “bolseiros de investigação”, ambas com 2% em cada categoria.

Relativamente à “Situação de desemprego segundo o género”, no momento do inquérito, o estudo refere que 81% dos diplomados são do género feminino e apenas 19% dos inquiridos pertencem ao género masculino.

Da análise da “situação de desemprego segundo a idade dos inquiridos”, agregando as situações de desemprego e emprego sem remuneração, verifica-se que os

escalões etários com maior número de desempregados, são os indivíduos entre “25-30 anos” representados por 54% dos desempregados, seguindo-se o grupo dos “30-35 anos”, com uma representação de 23%.

Quanto ao “Tempo de desemprego no momento do inquérito”, 77% situam-se no arco temporal compreendido entre os “0-12 meses”; apenas 23% se situam entre os “12 -24 meses”.

No referente ao “Sector de Actividade Profissional”, prevalece o sector privado, representado por 44% dos inquiridos, seguido pelo sector público com 34% de respondentes e 11% dos inquiridos dizem desenvolver a sua actividade profissional cumulativamente no sector público com o sector privado, verificando-se uma percentagem de “s/respostas”, na ordem de 11%.

Em linhas gerais, o estudo evidencia que o corpo profissional formado pelos arquitectos paisagistas apresenta uma constituição bastante jovem, em que a maioria dos inquiridos tem idade inferior a 40 anos ao mesmo tempo que nos mostra, como dissemos, uma forte tendência de feminização da profissão, pois apenas o grupo situado no intervalo “45-50 anos” apresenta maior número de indivíduos do género masculino, situação que não se verifica em nenhum outro escalão etário. A mesma conclusão se pode extrair, da análise dos dados estatísticos do GPEAR, pois em todos os estabelecimentos de ensino público no total dos anos observados, se verifica um número superior de mulheres diplomadas, relativamente aos elementos masculinos.

Sendo o desemprego um fenómeno social transversal às diversas áreas de actividade, lançámos no nosso estudo um breve olhar à situação dos arquitectos paisagistas, tendo verificado que também nesta profissão existem diplomados inscritos no IEFP, maioritariamente na faixa etária situada entre os “25-34 anos”. No entanto, o estudo desenvolvido pelo CEAP regista que entre os arquitectos paisagistas que responderam ao inquérito, 90% declaram que estão empregados.

O estudo do CEAP é, como já referimos, o único que encontrámos sobre a Arquitectura Paisagista, porém, desenvolvido já na fase final da nossa investigação.

Considerámos, contudo, importante considerá-lo, visto a APAP como organização representativa da classe, beneficiar de meios privilegiados de acesso a informação relevante, nomeadamente através da base de sondagem constituída pelos associados.

Capítulo II – Construção teórica do estudo

2.1 Da Sociologia das Profissões: a emergência das profissões e do profissionalismo

Um olhar retrospectivo, mostra-nos que o fenómeno das profissões se encontra ligado de algum modo, a um arco temporal conturbado da era moderna, registado na história dos povos como a Grande Depressão, de 1929 (Dubar, 1997:28).

Nos USA, o governo de H. Hoover o presidente em exercício, solicita a colaboração dos sociólogos no sentido de “compreender a evolução da sociedade e ajudar a definir a sua política” (idem). Desta estreita relação entre o poder e os cientistas, surge uma estratégia de profissionalização.

Estes sociólogos deram especial ênfase às profissões e associações profissionais, decrescendo paralelamente o interesse pelos sindicatos, até que em 1947, no Senado, foi implementada uma lei⁴² que impunha a distinção entre associação profissional e sindicato e separava juridicamente, as profissões das ocupações. Estava criado o modelo de referência a partir da qual, os sociólogos vão estudar as profissões.

Até à II Guerra Mundial, o estudo que atinge maior relevância no âmbito das profissões, é o dos britânicos Carr-Saunders e Wilson (1933), intitulado *The Professions* (Gonçalves, 1998) que reúne metodicamente as principais características das profissões e considera o profissionalismo⁴³ como um importante fenómeno social do Séc. XX.

Neste modelo analítico, os autores realçam as características ou atributos das profissões, que vão servir de base à perspectiva taxionómica, desenvolvida posteriormente pelos funcionalistas e estruturo-funcionalistas, que irá dominar a sociologia das profissões até à década de 60. Ao defenderem o “ideal de serviço à

⁴² “A lei aponta que só podem ser considerados profissionais aqueles que estejam munidos de uma certificação. Tal certificação só pode ser obtida por quem tiver um curso universitário. Por outro lado, a transformação de uma ocupação em profissão, que ocorre perante o tribunal, só se concretiza desde que a “profissão seja socialmente necessária” e os profissionais sigam um código deontológico” (Gonçalves, 1998:15).

⁴³ Apontam-se como elementos desse profissionalismo “a especialização dos serviços; criação de associações profissionais definidoras de códigos de ética e de deontologia profissional e, por conseguinte, controladoras do comportamento dos profissionais; existência de um saber teórico obtido através de uma formação específica, permitindo a criação de uma cultura profissional” (Gonçalves, 1998:16).

comunidade” rejeitam a ideia da comercialização dos conhecimentos, por oposição aos empresários cujo objectivo principal é a obtenção de lucro.

Mais tarde, as teorias da sociologia das profissões são enriquecidas com o trabalho de Talcott Parsons, *The Professions and Social Structure* (1939). Na linha de Max Weber, sobre a burocracia (Gonçalves, 1998), Parsons reflecte sobre os pontos que caracterizam os “profissionais” e os “não-profissionais”, dentro da estrutura organizacional. Os profissionais pautam-se pela antítese da burocracia e pelo altruísmo, por oposição às lógicas desenvolvidas pelas modernas organizações, unificadoras e hierarquizadas. Na esteira de Durkheim, Parsons considera as profissões como estruturas fundamentais para a coesão social, necessárias à actividade democrática e liberal das sociedades capitalistas.

No rasto estruturo-funcionalista, ao questionar-se sobre os atributos das profissões, que lhes outorgam estas capacidades, T. Parsons aponta as competências científicas adquiridas ao longo de uma formação universitária, assim como a existência de meios institucionais capazes de certificar e validar as competências científicas e técnicas. Esses meios poderiam assegurar o exercício das funções, de acordo com princípios de responsabilidade social, referindo ainda o autor, o altruísmo, no exercício da actividade profissional, orientada para o bem, ao serviço da humanidade (idem).

Na perspectiva de Parsons, não é através do poder político que as profissões adquirem e fortalecem a sua legitimidade, mas sim pelo domínio dos conhecimentos científicos, técnicos e culturais e da sua aplicação em contexto social.

É a partir destes contributos, que no período que se seguiu à II Guerra Mundial, um grupo de sociólogos norte-americanos da corrente funcionalista, se interessa por aprofundar a investigação empírica sobre o fenómeno das profissões, sobretudo, na função social das profissões, suas estruturas, formas de organização, o modo como evoluíram e, principalmente, o que as distingue das ocupações. Assim despontam os “tipos-ideais” de profissão, ancorados ao modelo das profissões liberais, fundamentados nos médicos e os advogados.

Vários autores estudaram esta temática e, da revisão da literatura produzida, embora se encontrem algumas diferenças, Gonçalves (1998) conclui que, analisando comparativamente os atributos, verifica-se uma certa concordância em algumas características, como a constituição de “comunidades onde os indivíduos se encontram

unidos pelos mesmos valores e pela ética de serviço [...] e por possuírem um saber científico obtido após a frequência de uma instituição de ensino especializado durante um longo período de tempo” (Gonçalves, 1998:19), segundo o autor, da análise dos vários trabalhos produzidos, resultou um “ideal-tipo” de profissão, que Gonçalves sintetiza do seguinte modo:

- “ocupação da profissão em plena dedicação, destacando a ética do trabalho como valor estruturante das práticas profissionais, o que remete para a adesão ao modelo protestante de concepção do trabalho. A dedicação em pleno funciona como atributo distintivo entre o profissional e o amador;
- ideal de serviço a favor da sociedade em geral e do problema humano, em particular, que se pretende resolver. A realização de um ideal nobre, como este, assenta na responsabilidade do profissional pelos seus actos e conduz à resistência aos princípios produtivistas e lucrativos das organizações empresariais. A prática da profissão de modo altruísta;
- posse de conhecimentos científicos e técnicos sobre um determinado domínio do saber e de uma preparação especializada e longa adquirida em instituições vocacionadas para esse efeito, em particular na Universidade;
- autonomia perante o cliente, o que conduz à resistência face à burocratização e funcionalização das actividades profissionais;
- relação profissional-cliente pautada pela não afectividade, pelo não mercantilismo e pela autoridade científica e técnica do primeiro, expressa em comportamentos, opiniões e na própria linguagem usada de carácter esotérico;
- compromisso vocacional como orientador da escolha da profissão e posteriormente do seu exercício;
- organização em associações profissionais específicas, fundamentalmente de natureza corporativista e cujo objectivo principal é o controlo do acesso e do exercício da profissão;
- existência de um código deontológico regulador das práticas dos profissionais, em que estão expressos alguns dos atributos anteriores, bem como a permanência de uma cultura profissional corporizada em modos de vida próprios” (idem, 20-21).

A corrente ideológica funcionalista utiliza o “tipo-ideal” assim formado, como modelo classificatório das chamadas “profissões” distinguindo-as assim, das ocupações e criando o conceito de “semi-profissões” ou “quasi-profissões”.

À luz da Sociologia, a emergência das profissões e do profissionalismo representa uma característica das sociedades modernas.

Com efeito, na modernidade e, mais acentuadamente no período pós moderno, o fenómeno das profissões, revela-se de grande importância social, começando na identificação dos indivíduos e avançando até aos mais variados assuntos apresentados na arena pública, quer sob a forma de manifestações e greves, quer nos órgãos de comunicação social, trazendo o debate ao espaço público.

Neste domínio, desde finais do Séc. XIX, que alguns filósofos, sociólogos e economistas como Spencer, Saint-Simon, Weber, Durkheim, Beatrice e Sidney Webb, entre outros (Rodrigues, 2002:2), se interessaram pelo fenómeno das profissões. Destas reflexões resultaram importantes contributos para o estudo deste campo, ao qual foi atribuído “um valor positivo [...] formas “superiores” de organização social” sinal de “desenvolvimento e modernidade”, (idem). No entanto, só um século mais tarde (finais do Séc. XX), o fenómeno das profissões despertou a atenção dos sociólogos de então, para o estudo deste sub-domínio da Sociologia. (idem). Também Freidson sublinha que, “As profissões vêm sendo consideradas há pelo menos um século, merecedoras de especial atenção no mundo de língua inglesa” (Freidson, 1998: 34).

Alguns sociólogos anglo-saxónicos consideram um marco histórico a obra de Carr-Saunders e Wilson (1933), intitulada *The Professions*, a que já fizemos referência. Estes autores sustentam que, “... uma profissão emerge quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica definida, baseada numa formação especializada” (Dubar, 1997:128) e definem profissão “[...] como uma ocupação cujo objectivo é fornecer a outrem serviços ou conselhos altamente qualificados a troco de determinados honorários ou salários”⁴⁴ (Gonçalves, 1998:16).

Na lógica de Carr-Saunders, as profissões constituem uma alternativa ao empresário que busca apenas o lucro, enquanto os profissionais encarnam o “ideal de serviço” fundado numa competência especializada e constituem “um progresso da *expertise* ao serviço da democracia” (Dubar, 1997:129). Por sua vez, Weber considera que as profissões representam uma forma moderna de organização social, não estando assim, na dependência de “particularismos” através de transmissões hereditárias

⁴⁴ Carr-Saunders e Wilson, *The Professions*, London, Oxford University Press, 1933, in Gonçalves, 1998:16.

características das “ocupações”, mas sim, “universalismo” resultante de critérios de competência e especialização, nas actividades que desempenham. (Maria de Lurdes Rodrigues, citada por Freire, 2004:262).

A este propósito, Freidson observa que muitos estudiosos reflectiram sobre a teorização de um conceito de “profissão” capaz de as distinguir de outras ocupações e em encontrar “regularidades no processo histórico pelo qual uma ocupação atinge o status de profissão” (Freidson, 1998:35). Entre esses autores, contam-se na década de 60 e 70, os americanos Wilensky (1964), Goode (1969) e Moore (1970) e os britânicos Jackson (1970) e Elliott (1972). Como nos diz Freire “A sociologia das profissões desenvolveu-se numa primeira fase, no quadro das teorias sociológicas funcionalistas através de figuras destacadas como Carr-Saunders, Parsons (sobretudo “via” Goode) e Merton. Aos olhos destes, os “profissionais” (correspondendo ao que em Portugal se designa habitualmente por “profissões liberais”) constituíram um modelo superior e completo – com pontos de contacto com o modelo do ofício, para as actividades produtivas - a que as restantes “ocupações” não conseguiam alcandorar-se. Mas contemporaneamente Hughes, entre outros, analisava os mesmos profissionais a partir de uma abordagem interaccionista, que constituiu o primeiro contraponto sério àquelas concepções iniciais” (Rodrigues, 2002:viii).

Foi desta dinâmica que emergiram novos conceitos e perspectivas de análise, passou a falar-se de profissionalização e desprofissionalização, “... de poder e de saber; das questões de inserção dos profissionais nas organizações e do seu papel no desenvolvimento; e da emergência das análises sistémicas, históricas e comparativas” (idem).

Na sua obra *Sociologia das Profissões*, a autora faz uma revisão da literatura sobre esta temática e conclui que, a maioria dos autores que antes dela também a fizeram, crê ter havido no historial da sociologia das profissões dois períodos, sendo, o primeiro, anterior a 1970, de pendor funcionalista e o segundo, após “... o movimento crítico de emergência de uma pluralidade de paradigmas” (Rodrigues, 2002:3).

Com o despertar da Sociologia como disciplina em Portugal, no período que se seguiu à Revolução de 25 de Abril de 1974, a problemática da sociologia das profissões também não entusiasmou os estudiosos da matéria. Prevaleciam em Portugal as influências da Sociologia francesa e dos seus autores, para quem a Sociologia das

Profissões e das Ocupações também não tinha à época, suscitado o interesse que já se verificava nos sociólogos norte-americanos, situação que se foi progressivamente alterando e de uma forma mais acentuada, na última década.

2.2 Das Profissões: em busca de uma definição

Como já referimos anteriormente a sistematização do estudo das profissões no campo da Sociologia, é relativamente recente na Europa, tendo em conta os países anglo-saxónicos em que desde há muito se faz a distinção entre *professions* e *occupations*.

Nos Estados Unidos da América as categorias consideradas profissões gozam de um estatuto legal próprio das actividades liberais, com alguns direitos próprios, como o de se organizarem em associações autónomas e reconhecidas pelo Estado, que lhes permite impedir o exercício da actividade aos não-membros, por oposição às “ocupações” que se organizam através de sindicatos.

Na Europa, dum modo geral, designadamente em França e também em Portugal, a designação de profissão tem características mais genéricas.

No Ocidente, ofícios e profissões, têm a sua génese nas corporações, organizações que tiveram o seu apogeu no séc. XV, cujo direito de pertença não era comum a todos os indivíduos. Dubar reforça esta tese quando defende que, oficiais (dos ofícios) e profissionais participam do mesmo modelo de origem: as corporações.

De acordo com Dubar (1997), tanto os trabalhadores intelectuais como os que exerciam a sua actividade em trabalhos manuais, pertenciam ao mesmo tipo de corporação que perfilhava a configuração de “ofício juramentado” nas “cidades juramentadas” onde se “professava uma arte”.

A profissão exigia reconhecimento da sociedade, validado por rituais configurados num juramento religioso, marcado usualmente, por três compromissos: “Observar as regras”, “guardar os segredos” e “prestar honra e respeito aos jurados, controladores eleitos e reconhecidos pelo Poder Real.” “O termo profissão deriva desta profissão de fé consumada nas cerimónias rituais de entronização nas corporações”

(Dubar, 1997:124). Daí que alguns autores associem o termo profissão ao acto da “profissão de fé”.

À medida que as Universidades cresciam e se fortaleciam as “artes liberais e artes mecânicas” (idem) começaram a separar-se, conduzindo à distinção ” ... entre as “profissões” ensinadas nas Universidades, “cujas produções, pertenciam mais ao espírito que à mão”. (Grande Encyclopédie, cit. por Dubar, 1997:124) e as profissões manuais, ou “artes mecânicas”.

Os ofícios próprios do trabalho manual ou artes mecânicas “onde as mãos trabalham mais do que a cabeça” (Rousseau, cit. por Dubar, 1997:124), desvalorizam-se na sociedade do Antigo Regime a ponto da Enciclopédia no século XVIII as definir como “ocupações que exigem a utilização dos braços e que se limitam a um dado número de operações mecânicas” (Dubar, 1997:124).

Apoiado em Boudon-Bourricaud, sublinha Dubar (idem:127), que, na sociologia anglo-saxónica predominante, uma das fundamentações clássicas que caracterizam a diferença entre ofício e profissão está na oposição entre a transmissão hereditária dos costumes e dos ofícios e a escolha individual independente da formação e da profissão, apresentando-se ainda, como um dos argumentos mais frequentes da superioridade atribuída às profissões, no entanto, esta oposição não impede que alguns sociólogos transportem para as profissões de hoje, algumas das suas representações dos ofícios do passado.

Entre os autores que deram o seu contributo ao estudo da Sociologia das Profissões, conta-se Freidson,⁴⁵ para quem o conceito de profissão se refere principalmente a um tipo de trabalho específico, fundamentado em teorias que o suportem. No seu entendimento, para que uma actividade seja reconhecida como profissão, é necessário que detenha um conhecimento “delimitado, complexo e institucionalizado” e os seus interesses têm de ser organizados em “associações profissionais que padronizem a conduta dos pares, realizando uma autorregulação” (in “Aspectos da Profissionalização”)⁴⁶. O controlo interno das profissões é exercido

⁴⁵ Eliot Freidson é considerado um autor da 2ª geração de interaccionistas simbólicos da escola de Chicago do pós guerra. Dessa escola fazem parte alguns autores conhecidos, como, Erving Goffman, Howard Becker e, ainda, Joseph Gusfield, Fred David, Ralph Turner, Robert Habenstein, Lewis Killian, Helena Lopata, Hans Mauksch e Gregory Stone (Freidson: 1998:27).

⁴⁶ Disponível em http://www.mouralacerda.edu.br/boletim/leia.php?id_noticia=30

através de fiscalização das condutas profissionais, por meio de dispositivos formais, entre os quais merecem especial relevo, os códigos de ética.

As profissões devem mobilizar todos os seus esforços para que a sua importância seja reconhecida como fundamental pelo Estado, através da respectiva regulamentação legal do exercício profissional e pela sociedade, que as considera úteis e necessárias. Na sua definição de “profissões”, Freidson apoia-se nos princípios seguintes:

- “Exposição à educação superior e ao conhecimento formal abstracto que ela transmite;
- Na capacidade de a profissão exercer poder e ser uma forma de ganhar a vida;
- Em ser uma ocupação cuja educação é pré requisito para obter posições específicas no mercado de trabalho, excluindo aqueles que não possuem tal qualificação” (Freidson, 1998:24).

Freidson salienta a diferença entre dois usos do conceito de *profissão* que por vezes se confundem:

“Primeiro há o conceito de profissão que se refere a um amplo estrato de ocupações prestigiosas mas muito variadas, cujos membros tiveram todos algum tipo de educação superior e são identificados mais por sua condição de educação do que por suas habilidades ocupacionais específicas. Segundo, há o conceito que diz ser profissão um número limitado de ocupações com traços ideológicos e institucionais particulares mais ou menos comuns” (Freidson, 1998:50-51).

De acordo com o autor, o conhecimento e a autonomia profissionais são os factores apresentados que garantem o poder das profissões (Freidson, 1998:22), que considera as profissões como “abrigos no mercado de trabalho ocupacional criados através de sistemas de credenciamento” (idem, 24) e acrescenta que,

“O sistema de credenciamento apoia-se num tripé em que as universidades, as associações e o Estado se aliam para garanti-lo. Os profissionais estabelecem e sustentam lugares no mercado de trabalho diferenciados em praticantes, administradores e intelectuais. Essa é uma característica central das profissões que lhes garante o poder nas áreas em que esse poder é exercido” (Freidson, 1998:24-25).

Abbott, (1988) por sua vez, considera o conjunto das profissões como um *sistema de interdependência*, solidário e dinâmico, uma estrutura que relaciona as profissões entre si, de tal modo que o movimento de uma afecta outras. Neste sistema, cada profissão ocupa um espaço definido, uma jurisdição (Cunha, Internet). As profissões são internamente estruturadas e lutam entre si pela exclusividade do seu espaço, assim como pela disputa de novos campos. No seu modelo sistémico o autor apresenta a forma como as profissões se integram e interagem num sistema dinâmico e interdependente, considera profissionais aqueles que prestam um serviço com o propósito de resolver problemas humanos, pelo que na sua teoria defende que nas actividades profissionais se distinguem três dimensões, que são, o diagnóstico, a inferência e o tratamento de um problema humano. Estas dimensões só estão devidamente consolidadas quando inscritas e garantidas pela maquinaria cultural da jurisdição. Mas mesmo havendo uma garantia jurídica (sancionada pelo Estado), as fronteiras permanecem vulneráveis, tanto por razões internas, devido a uma cada vez maior segmentação, correspondente a especializações adquiridas pelos profissionais, como por razões externas, como por exemplo, a mudança de legislação (Galdo, Internet), ou a invasão de profissionais de outras áreas (idem), porque nas sociedades modernas existe uma forte concorrência entre as profissões.

Para Abbott (1988) o universo das profissões, é um campo competitivo, onde existe concorrência na disputa por espaços ocupados por determinados domínios, que são pretendidos por novos ocupantes. Estas disputas surgem quando os limites de uma profissão não estão nitidamente definidos, dando oportunidade a que outros profissionais ocupem esta zona de indefinição, surgindo assim, disputas competitivas por um mesmo espaço. As profissões como estruturas dinâmicas vão-se reajustando à medida que surgem novos espaços desocupados, até que se reestruturam com nova jurisdição. A evolução do sistema depende dos ajustes, em consequência da forma como os grupos profissionais controlam os seus conhecimentos e as suas competências. O

desenvolvimento das profissões depende em grande parte, das relações e da competição que existe entre si, pois o controlo do espaço e da actividade profissional, são geradores de conflito. O controlo do campo profissional é determinado pelo domínio do sistema abstracto, que fundamenta a prática profissional. Na teoria de Abbott, a jurisdição é um conceito importante, enquanto direito à exclusividade da prática por um determinado grupo profissional.

“A capacidade de uma profissão manter a sua jurisdição apoia-se parcialmente no poder e prestígio do seu conhecimento académico. Este prestígio reflecte a convicção pública errónea de que o conhecimento profissional é contínuo como o conhecimento prático da profissão e, portanto, o prestigiado saber abstracto implica trabalho profissional efectivo. De facto, o verdadeiro uso do saber profissional académico é menos prático do que simbólico. O conhecimento académico legitima o trabalho profissional através da clarificação das suas fundamentações e traça os mais elevados valores culturais. Na maioria das profissões modernas, estes são os valores da racionalidade, da lógica e da ciência. Os profissionais académicos demonstram o rigor, a clareza e o carácter cientificamente lógico do trabalho profissional, legitimando, portanto esse trabalho no contexto de valores mais amplos” (Abbott, 1988:53-54, citado por Rodrigues, 2002:96).

No pensamento do autor, existem energias internas e externas que provocam mudanças na jurisdição e na forma de exercer a actividade profissional. As forças externas podem ainda estar relacionadas com nova legislação ou com a introdução de novas tecnologias que modificam o modo de fazer profissional. Podemos ilustrar o pensamento do autor com o exemplo da informática, que veio revolucionar a forma de projectar e apresentar o trabalho, dos arquitectos paisagistas. As perturbações internas podem também estar relacionadas com mudanças na estrutura profissional ou com o desenvolvimento de novos conhecimentos, que trazem alterações à aplicação do saber profissional.

2.3 Da perspectiva Funcionalista: o modelo profissional

A perspectiva funcionalista constrói a sua problemática em torno da dicotomia profissão/ocupação. Aos funcionalistas interessa, sobretudo, definir o que é uma profissão e a partir daí construir um modelo, um ideal-tipo de profissão, sendo as profissões existentes classificadas quanto às suas características, modelo de funcionamento e organização, a fim de examinar a sua aproximação ou afastamento do modelo pré-definido.

Deste modo, próximas do conceito de profissão apareceram “... novas noções, como “semiprofissão”, “quase profissão” e “não profissão”, para classificar grupos ocupacionais que se afastam do tipo idealmente definido, bem como escalas para medir quanto profissionalismo possuíam determinadas ocupações (Rodrigues, 2002:7).

Nos trabalhos de Carr-Saunders e Wilson (1934), a principal preocupação foi reconhecer as particularidades que diferenciam “as profissões tomadas como factos naturais, do conjunto das ocupações”, (Rodrigues, 2002:8). Diz-nos a autora que uma profissão surge quando um determinado número de pessoas começa a efectuar uma técnica alicerçada sobre uma formação especializada, dando resposta a necessidades sociais. A constituição das profissões decorreria de:

- “(i) uma especialização de serviços, permitindo a crescente satisfação de uma clientela;
- (ii) a criação de associações profissionais, obtendo para os seus membros a protecção exclusiva dos clientes e empregadores requerendo tais serviços, isto é, estabelecendo uma linha de demarcação entre pessoas qualificadas e não qualificadas, fixando códigos de conduta e de ética para os qualificados;
- (iii) o estabelecimento de uma formação específica fundada sobre um corpo sistemático de teorias, permitindo aquisição de uma cultura profissional” (idem).

Apoiada em alguns autores, Lurdes Rodrigues, reforça ainda, dizendo que:

“Em todos os países civilizados o Estado regula a prática do direito e da medicina. A razão para tal é que os profissionais de direito e medicina prestam serviços que, sendo vitais ou fiduciários no mais alto grau, podem ser requeridos em qualquer altura por

qualquer membro do público mesmo ignorante na matéria”, (Saunders e Wilson, (1934:479), citado por Rodrigues, 2002:8)⁴⁷.

Na sua distinção entre profissões e ocupações, os funcionalistas, atribuíam às profissões, o conhecimento complexo *expertise* e a ética profissional, justificando assim, um conjunto de privilégios, que as ocupações não podiam reclamar para si.

Inicialmente, o conceito de profissão esteve muito ligado à ideia de vocação, uma espécie de chamamento que incitava o indivíduo ao exercício de uma determinada actividade. Tinha a par de uma conotação religiosa, uma carga política; quando uma pessoa se declara vocacionada, tem que estar disponível para responder às solicitações de um público que precisa do seu apoio na prestação de um serviço. A profissão seria exercida como uma função meramente social, exterior ao quadro que determina a teoria económica do utilitarismo.

Parsons, na sua perspectiva funcionalista enfatiza nas profissões as suas características altruístas, orientadas para o serviço à colectividade e para o bem-estar dos clientes, subestimando o interesse próprio. Do seu ponto de vista, os profissionais existem para servir, colocando o conhecimento ao serviço da sociedade que os reconhece como profissionais, em detrimento de uma lógica economicista das profissões, defendida pela corrente interaccionista.

Reportando-nos às raízes etimológicas da palavra, profissão, deriva do latim *professione*, do verbo *profiteri*, que significa confessar publicamente, testemunhar ou declarar abertamente. A palavra nasce, portanto, ligada a um modo de vida assumido em cerimónia pública e assim reconhecido: uma vocação.

São exemplo, os primeiros professores das universidades, membros do Clero, a quem era exigido que fizessem uma profissão de fé, numa cerimónia pública, envolta em rituais adequados ao momento.

Deste modo, profissão opunha-se a ofício, porque enquanto a profissão assumia um saber reconhecido e confessado em público, o ofício, ligado à ideia de manufactura,

⁴⁷ Carr-Saunders, A. M., e P. A. Wilson (1934), “*Professions*”, *Encyclopaedia of Social Sciences*, vol. 12, Londres, Macmillan.

comércio, sugeria um conhecimento mais restrito, mais secreto, revelado apenas aos de dentro, ou seja, aos aprendizes dos artesãos.

No entanto, de acordo com Dubar, "... "ofícios" e "profissionais" participam do mesmo "modelo" de origem: as corporações, isto é, "corpos confrarias e comunidades" no seio dos quais os membros estavam unidos por laços morais e por um respeito às regulamentações pormenorizadas dos seus "estatutos" ..." (Dubar, 1997:124).

Nesta perspectiva, a figura do profissional aparece como "alternativa a empresários motivados exclusivamente por ganhos financeiros"⁴⁸, como encarna um "ideal de serviço" fundado sobre uma competência, representando o progresso da *expertise* ao serviço da democracia" (Rodrigues, 2002: 8).

Parsons (1939) na sua reflexão sobre esta temática argumenta que as profissões são motivadas por razões altruísticas e não por motivos economicistas, uma vez que:

"... em contraste com os "negócios", nesta interpretação a profissão é caracterizada pelo "desprendimento". Não encara o profissional como apostado apenas em conseguir lucros pessoais, mas, sim, em prestar serviços aos seus pacientes ou clientes ou a valores impessoais como seja o avanço da ciência. [...] o estudo das profissões, pela eliminação do elemento "interesse próprio" no sentido vulgar, parecia proporcionar uma abordagem favorável para análise da [sociedade moderna]", (1939:458, citado por Rodrigues, 2002:8-9)⁴⁹.

Para melhor compreender o fenómeno das profissões Parsons faz a analogia entre médico e doente e transpõe esta semelhança para as outras profissões. Assim, a relação entre os profissionais e os clientes assenta numa base de reciprocidade assimétrica, caracterizada pelo conhecimento *versus* ignorância o que possibilita a sua institucionalização fundamentada no princípio da autoridade *versus* confiança. Adverte no entanto, que esta assimetria comporta um potencial risco de exploração, que por sua vez motivam um sistema de controlo social sustentado pelo idealismo e pela "mística do

⁴⁸ Num estudo de 1939, Parsons problematiza a contradição existente entre a ideia de altruísmo das profissões, defendida pelas teorias funcionalistas e a corrente veiculada pela teoria económica e do utilitarismo que advoga "que todo o comportamento é interesseiro" (Freidson, 1998: 34).

⁴⁹ Parsons, T. (1939), "The professional and social structure" *Social Forces*, 17 (4).

profissionalismo”. Neste processo, como salienta Rodrigues, o papel do profissional assenta na articulação entre normas sociais e valores culturais, das quais se destacam:

- “dupla competência, pela articulação do saber prático fundado na experiência ou na ciência aplicada com o saber teórico adquirido durante uma formação longa e sancionada”;
- “competência especializada, fundada numa especialização técnica que limita a autoridade do profissional, unicamente, a um domínio legítimo da sua actividade”;
- “desinteresse ou desprendimento, pela articulação da norma da neutralidade afectiva com o valor da orientação para os outros, do interesse empático para com o cliente”, (Rodrigues, 2002: 10).

2.4 Da perspectiva Interaccionista: a profissão como processo

À análise funcionalista seguiram-se os contributos da corrente interaccionista, através dos paradigmas sociológicos da Escola de Chicago e embora a produção teórica de cariz interaccionista não apresente por vezes um *corpus* coeso e bem articulado, são relevantes as perspectivas teóricas produzidas por alguns autores, como Howard Becker, E. Hughes, Anselm Strauss, G. Mead, e E. Goffman, H. Blumer, entre outros.

De um modo geral, os interaccionistas simbólicos concentram a sua atenção na forma como os actores interagem no quotidiano, no modo como constroem a realidade social, privilegiando a observação *in situ*, valorizando o “mundo vivido” em contexto de trabalho, seguindo a tradição da Escola de Chicago, há sempre um jogo de expectativas que interessa identificar, em que os actores constroem e reconstroem os seus papéis sociais. Os autores desta corrente, não estão preocupados em colocar os actores em posições sociais. Embora existam pluralidades nos seguidores desta escola, tanto Howard Becker como Anselm Strauss seguem de perto as linhas teóricas e metodológicas do interaccionismo simbólico⁵⁰.

⁵⁰ O termo “interaccionismo simbólico” foi usado pela primeira vez, em 1937 por Herbert Blumer (Freidson, 1998: 27-28).

Contrariamente à perspectiva funcionalista, os interaccionistas não estão interessados em estabelecer um modelo profissional, nem tão pouco estabelecem uma diferença conceptual nítida entre profissão e ocupação. Para os interaccionistas a análise das profissões é processual, preferem contar a história das profissões, saber quando apareceram e identificar o processo social da sua construção.

Nesta linha de pensamento e especialmente para Strauss, o que importa é partir dos conflitos e das disputas para observar a construção social das profissões. Conflitos interprofissionais, muitas vezes devido às “fronteiras” entre profissões, conflitos entre leigos (profanos) e profissionais (sagrados) e conflitos entre os profissionais e o Estado. Na corrente interaccionista, o contexto profissional é formado por uma ordem negocial, não se trata de um dado natural, mas é, uma forma de representar a realidade social. Os interaccionistas valorizam toda a forma de categorização e de classificação, que consideram mecanismos de representação da realidade, produzidos em contextos interactivos.

Estes autores não se interessam pela análise dos atributos, o estatuto dos profissionais ou a posição na hierarquia, preocupam-se antes em identificar as condições do exercício profissional, baseados na divisão do trabalho.

Daí que, Hughes identifique três conceitos: o conceito de licença, o conceito de mandato e o conceito de carreira.

No pensamento de Hughes, mais importante que a definição do conceito de profissão, é conhecer as condições em que as ocupações se transformam em profissões, reservando para estas, a “existência de autorização e mandato sobre saberes ”sagrados” e secretos, confiados pela autoridade; existência de instituições destinadas a proteger o diploma e a manter o mandato, intermediárias entre o Estado e os profissionais e entre estes e o público” (Rodrigues, 2002:16).

Ao contrário da corrente funcionalista, para os interaccionistas os códigos deontológicos são suportes que permitem a credibilidade pública, face ao Estado e aos clientes, embora tal postura não impeça que, no processo social da construção das profissões, os profissionais exijam uma autorização para o exercício profissional, concedida pela licença. Esta licença faz a mediação entre o Estado e os profissionais.

Para os interaccionistas, as profissões vão-se segmentando, especializando cada vez mais, o que contribui para o seu fraccionamento interno e desenvolve conflitos

intraprofissionais. É aqui que reside uma diferença importante, entre as duas correntes: funcionalista e interaccionista.

A corrente interaccionista analisa a forma como os profissionais representam subjectivamente a profissão, não considera que os profissionais partilhem na totalidade os mesmos valores, as mesmas formas de apresentar a actividade profissional, porque não existe um modelo formal, que possa ser copiado. Existe clivagem, o que leva Anselm Strauss a falar de segmentação, segmentos esses que são concorrenciais entre si, existem disputas internas e os actores em disputa, tentam maximizar ganhos do ponto de vista jurídico, de modo que o Estado dê mais valor a um segmento, que a outro. O conceito de “mundo social” é utilizado principalmente por Howard Becker e Anselm Strauss. Becker introduz o conceito em estudos relacionados com a actividade artística. Para Strauss, um mundo social é uma forma convencional de interagir, que se prolonga ao longo do tempo, na vida dos profissionais. Estes mundos ligam-se suportados pela linguagem, as representações e as crenças dos profissionais. Mas eles estão também ancorados a instituições e redes de recursos ligados a contextos, lugares e objectos, a que os profissionais recorrem nos seus processos de identificação.

Maria de Lurdes Rodrigues (2002), na sua análise à obra de Hughes, salienta que não existe no autor, a preocupação de enunciar uma teoria das profissões, o seu contributo centra-se mais no quadro sociológico da divisão do trabalho social.

A divisão do trabalho tem implícita a hierarquização de funções e faz a separação entre funções sagradas e profanas, recorrendo a dois instrumentos selectivos dos profissionais: a licença e o mandato.

Como foi dito, esta corrente centra as suas preocupações na forma como os actores interagem no quotidiano e não está muito preocupada em criar previamente um modelo profissional, como refere Lurdes Rodrigues:

“Segundo a perspectiva interaccionista, a divisão do trabalho resulta de interacções e processos de construção social, ao contrário da perspectiva funcionalista que tem implícita uma visão naturalista do fenómeno, isto é, a divisão do trabalho como resultado da capacidade técnica de responder a necessidades sociais” (Rodrigues, 2002:15).

Neste sentido, para os interaccionistas a análise sobre as profissões é processual, interessando identificar o processo social da construção das profissões, saber quando apareceram e estudar o processo da sua constituição, mas não fazendo uma diferença conceptual nítida entre profissão e ocupação. Ou seja, esta corrente analisa a forma como os profissionais representam subjectivamente a profissão mas não consideram que todos os profissionais partilhem na totalidade os mesmos valores ou as mesmas formas de apresentar a actividade profissional. Daí que alguns autores falem em segmentação profissional. Os segmentos são concorrenciais, disputam entre si a autoridade da sua área de actuação e pretendem que o Estado dê mais importância a um segmento do que a outro. Segundo Freidson, estes segmentos internos são, constituídos quer por aqueles que praticam as profissões, quer pelos administradores, quer ainda pelos intelectuais.

Os praticantes exercem a sua influência sobre os clientes, os administradores orientam os mecanismos de exercício da actividade e os intelectuais, são os que possuem o conhecimento formal. De acordo com Freidson, as profissões são fortes ou bem estruturadas, quanto mais equilibrada for a distribuição de poder entre os seus segmentos e afirma que:

“Os administradores condicionam como e onde os praticantes podem exercer poder sobre os clientes. Os praticantes divulgam a profissão e garantem uma clientela, tendo algum poder sobre ela e sobre o trabalho que fazem. Os académicos não têm poder nos locais de trabalho, mas produzem o conhecimento abstracto e formal que dá a autoridade científica da profissão e forma a base para as regras organizacionais e para as decisões de trabalho dos praticantes individuais. Esta divisão interna das profissões gera uma tensão no relacionamento entre seus distintos segmentos” (Freidson, 1998:25).

O modelo analítico deste autor não contempla uma lógica altruísta das profissões. Freidson inscreve-se antes numa lógica de correlação de forças, configurada numa relação de poder que define uma determinada profissão, como forte ou fraca.

Os contextos profissionais, sendo ordens de interacção, podem ter formas de acção que tenham como finalidade preservar estas formas profissionais da concorrência e inclinam-se a negociar com o Estado mecanismos que tendem a construir fronteiras

profissionais, a exigir um “mandato”⁵¹ para fidelizar a clientela e requerem uma “licença”⁵² para exercer uma actividade profissional.

Os autores deste modelo teórico encaram a profissão como um ciclo de vida, que pode não ter características de perenidade, os profissionais podem reorientar-se noutro sentido e as profissões inscrevem-se num período histórico da sua trajectória, num arco temporal balizado por princípio e fim.

2.5 Da Classificação Nacional das Profissões: CNP - 94

A primeira Classificação Nacional das Profissões (CNP) data dos anos sessenta do século XX e foi usada principalmente para fins estatísticos e de emprego. Publicada em diversos volumes entre 1966 e 1974, foi revista em 1980 e publicada em 1984, registando cerca de 3.800 profissões. Em 1994 é publicada a CNP-94 resultante da revisão e substituição da Classificação Nacional das Profissões de 1980,⁵³ cujo número de profissões registadas, baixou para cerca de 1700. Tal decréscimo, deve-se a motivos relacionados com o próprio processo evolutivo do trabalho, essencialmente devido à crescente propensão para a polivalência da execução de tarefas e uma demarcação mais rigorosa entre “profissão” e “posto de trabalho”.

Os objectivos da CNP são, por um lado, facilitar a comunicação no que respeita às profissões, fornecendo aos estatísticos um instrumento que lhes permite utilizar os dados nacionais sobre profissões, a nível internacional. Por outro lado, permite a comparação dos dados internacionais sobre a matéria, de modo a facilitar a investigação quando estão em causa as profissões.

A nível nacional, destaca-se a importância da CNP, entre outras utilizações, na elaboração de estatísticas, assim como nos Serviços de Formação Profissional.

⁵¹ “Mandato é a obrigação de assegurar uma função específica. Logo que uma ocupação fixa o seu mandato perante a sociedade, nasceu uma profissão, mas tal fixação é o resultado de um processo social e não de traços que testemunham o progresso de uma civilização”, (Rodrigues, 2002:15).

⁵² “Licença é a autorização legal de exercício de certas actividades interditas a outros” (Rodrigues, idem).

⁵³ Esta revisão tem por base a CITP- 88 (Classification Internationale Type des Professions) – Bureau International du Travail, em consonância com as resoluções da 13ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, nomeadamente no que se refere à necessidade das estatísticas da população activa estarem em conformidade com a CITP, a fim de facilitar as comparações internacionais.

Segundo a CNP-94, as Profissões encontram-se administrativamente agrupadas ao nível de agregação mais elevada, em nove “Grandes Grupos”, subdivididos sucessivamente em vinte e sete “Sub Grandes Grupos”, cento e vinte e um “Sub Grupos” e trezentos e cinquenta e cinco “Grupos Base”.

QUADRO Nº 27

Identificação codificada da profissão de Arquitecto Paisagista

Grande Grupo	2
Sub Grande Grupo	2.1
Sub Grupo	2.1.4
Grupo Base	2.1.4.1
Profissão.....	2.1.4.1.15

FONTE: CNP-94, por nós organizado

Uma “Profissão” é identificada por seis dígitos, o “Grupo Base” por quatro, o “Sub Grupo” por três, o “sub Grande Grupo” por dois e o “Grande Grupo” por um dígito, configurando uma estrutura hierárquica piramidal⁵⁴.

Em consonância com a CNP-94, a profissão de arquitecto paisagista, estudada neste trabalho, pode ser representada como figura no Quadro Nº 27.

Tendo em conta as diferentes perspectivas sociológicas da análise das profissões e a partir dos diálogos com os arquitectos paisagistas por nós entrevistados, apercebemo-nos de que efectivamente, as reflexões apresentadas por Abbott, e que seguem uma perspectiva mais interaccionista, mostram-se muito pertinentes para o nosso estudo sobre a profissão de arquitecto paisagista.

⁵⁴ A reedição da CNP-94 inclui ainda “o Grande Grupo 0 - Membros das Forças Armadas [...] englobando as pessoas que servem voluntariamente ou por obrigação nas Forças Armadas e que não estão autorizadas a aceitar um emprego civil, como sejam os membros permanentes do exército, marinha, aviação e outras armas e as pessoas que se encontram temporariamente a prestar serviço militar” (CNP-94; 2ª edição; p. 3).

Nas conversas que tivemos com os profissionais, foram-nos referidas situações menos consensuais no que diz respeito à delimitação de funções e ao espaço de jurisdição desta profissão, como ilustra o breve trecho que se segue:

“Em relação às engenharias a demarcação é clara. Em relação à arquitectura muitas vezes há uma fronteira difusa com sobreposições”(Entrevista nº 10).

Considerando este facto, seguiremos no nosso estudo uma perspectiva interaccionista quanto à nossa forma de olhar as profissões, procurando observar a actividade destes profissionais nas equipas pluridisciplinares em que exercem a sua actividade.

Capítulo III

Enquadramento teórico do estudo: A sociologia dos regimes pragmáticos da acção

A recente legislação⁵⁵ produzida sobre as competências dos Arquitectos Paisagistas, criou mal-estar entre estes profissionais - na figura da sua Associação - e as diferentes instituições que a produziram.

Como podemos ver pelo testemunho que a seguir reproduzimos, esta legislação foi considerada lesiva dos seus interesses e prejudicial ao reconhecimento das suas competências.

“... A Secção II do Capítulo II [da Lei nº 31/2009 de 3 de Julho] tem por título “Arquitectura e paisagismo” logo, depreende-se que nem a designação de Arquitectura e Arquitectura Paisagista merecemos.

Ainda na mesma secção no Artigo 6º define-se “Projectos de paisagismo”. Esta designação já apareceu noutra legislação recentemente publicada (Lei nº 31/2009 de 3 de Julho – art. 10 - 6) que entendi como sendo uma incongruência legislativa já que na Portaria nº 701-H/2008 publicada no Diário da Republica, 1ª série nº 145 de 29 de Julho de 2008 na secção XIII, a designação que aparece relativa aos projectos, que nós Arquitectos paisagistas fazemos, é de Espaços Exteriores e não de Paisagismo (veja-se Anexo II – Classificação das Obras por categorias da mesma portaria).

Mas se a designação de paisagismo é infeliz (e menos inocente do que pode parecer), a gravidade de tudo isto, vai aumentando à medida que lemos a referida Portaria. No Capítulo III, Secção III art. 14º relativo a direcção de obras, verifica-se que não podemos ser directores de qualquer tipo de obras, NEM MESMO AS DE JARDINS!!! Mas podem ser Arquitectos e Engenheiros.

No art. 15º temos uma COISA indicada como “Projecto Ordenador de Paisagismo” onde, com grande benevolência, deixam que o director de obra possa ser “coadjuvado por arquitecto paisagista” (JB, Internet).

⁵⁵ Referimo-nos à Lei 31/2009 de 3 de Julho e à Portaria Nº 1379/2009 de 30 de Outubro, atrás referidas.

Por outro lado, tal legislação, ao permitir que outros técnicos, que não só os arquitectos paisagistas, possam intervir em trabalhos anteriormente considerados por estes últimos como o seu campo de acção, veio igualmente instalar um conflito mais ou menos contido entre estes profissionais e outros membros das equipas de trabalho:

“Acho que esta nova legislação vem retirar o pouco espaço que conseguimos ganhar em termos profissionais no seio das outras profissões técnicas. Se já tínhamos adquirido o direito de participar cada vez mais inicialmente nos processos de alteração do espaço público, esta legislação só vem dizer “vá, os paisagistas até podem colocar couves, mas não os deixem supervisionar as obras que eles não percebem de mais nada”, quando a nossa profissão é bastante abrangente e temos de saber “conversar” com várias especialidades de engenharia” (Entrevista nº 15).

“Por vezes, mas com tendência para diminuir [os conflitos], e refiro-me concretamente, aos arquitectos que em alguns casos ainda nos deixam pouco “espaço de manobra” considerando que os Arq. Paisagistas apenas servem para escolher as “couves” que se vão plantar nos espaços verdes por eles já desenhados. Felizmente a existência de arquitectos paisagistas de grande qualidade e profissionalismo no nosso país tem vindo a reverter esta tendência” (Entrevista nº 14).

“Existem [conflitos] na mesma medida em que os Engenheiros têm atritos com Arquitectos, os Arquitectos com Designers, e assim por diante. Há uma certa tendência, nas formações mais “criativas” para querer estender a criatividade a outras áreas que não a sua, muitas vezes entrando em espaços de acção que não são os seus” (Entrevista nº 13).

Tendo em conta estes diferendos, parece-nos ajustado mobilizar, como suporte à nossa análise, o modelo dos regimes justificativos da acção desenvolvidos por Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991) segundo os quais, “... tendo estes regimes uma validade generalizada são susceptíveis de servir de apoio tanto aos argumentos enunciados de modo crítico, como às justificações desenvolvidas pelas pessoas que foram postas em causa ao responder a essas críticas” (Boltanski, 2001:15).

De facto, foram Boltanski e Thévenot que, através de estudos individuais (Boltanski, 1990; Thévenot, 1985), mas, a partir de determinada altura, em estudos conjuntos (Boltanski, Thévenot, 1991), iniciaram uma análise em profundidade das lógicas de acção dos indivíduos.

3.1 Da Conceptualização dos Regimes Justificativos da Acção - a pluralidade de mundos ou *Cités*

Observando situações concretas, Boltanski e Thévenot criaram um modelo de análise pragmática, baseado na competência do julgamento, capaz de compreender como os actores expressam os seus desacordos sem recurso à violência e justificam as suas pretensões à justiça, ancorados em valores gerais (*cités*) e apoiados em objectos comuns (dispositivos).

Vemos que também nestes autores encontramos o conceito de *mundos* ou *cités* que, no entanto, apresenta uma lógica diferente da lógica dos *mundos* observados em Howard Becker e Anselm Strauss, a que fizemos referência anteriormente.

Podemos verificar, contudo, que existe um denominador comum entre eles: o contexto de Modernidade, constituída por uma multiplicidade de eixos referenciais. Sem pôr em causa a existência de formas de identificação comuns entre profissionais, na sociedade complexa da Modernidade os actores movimentam-se em diferentes cenários, expostos a referências que podendo não ser comuns, podem mesmo, em alguns casos, ser contraditórias. Em caso de conflito de interesses e procurando um consenso, os indivíduos apresentam diferentes tipos de justificação, apoiando-se em diferentes gramáticas conforme os mundos ou *cités* em que se insere o seu regime de justificação.

Como nos diz Nachi, estes autores: “... retomaram o problema, central nas ciências sociais, das formas de legitimidade em que as pessoas se podem apoiar para justificar as suas acções, julgamentos e acordos.” (Nachi, 2006:79). Segundo a sociologia dos regimes pragmáticos, as pessoas são capazes de mobilizar o regime de acção que lhes convém em função da situação em que se encontram envolvidas e que constituem realidades complexas e múltiplas.

Deste modo, torna-se evidente que os próprios regimes de acção são múltiplos e reversíveis, uma vez que, a fim de coordenarem a sua acção, as pessoas passam de um regime de acção a outro, conforme as suas conveniências e de acordo com a lógica da interacção. Depreende-se, pois, que cada regime apresente características específicas quanto às lógicas dos discursos proferidos pelos actores, relacionados com o contexto da acção: “O regime deixa entrever a existência de regras observáveis no modo de funcionamento das interacções na vida social.” (Nachi, 2006:80).

A complexidade da interacção social exige um quadro de análise igualmente pluralista a fim de que as diferentes formas de do acordo entre coordenação das actividades e dos acordos estabelecidos possam ser plenamente reconhecidas. Esse quadro faz parte de um modelo criado por Boltanski e Thévenot e que os autores apelidaram das *Economias de Grandeza* (EG) (Boltanski e Thévenot, 1991). Esta perspectiva teórica, mas também prática, assenta no princípio da competência crítica dos actores comuns. De acordo com Boltanski:

“... colocámos a crítica no centro das nossas indagações, mas considerando que a crítica, longe de ser apanágio do intelectual ou do sociólogo iluminado, é uma prática corrente das pessoas ditas ‘vulgares’. Considerámos então que a actividade crítica das pessoas constituía um dos objectos privilegiados da sociologia” (Boltanski, 2001:15).

Como declara este autor:

“... em numerosas situações, e nomeadamente, nas situações de incerteza e de disputa, os actores tomam uma postura reflexiva, em relação às suas competências tácitas e às suas competências normativas, como quando eles procuram explicitar as razões dos diferendos que os opõem, quando se entregam à crítica ou se justificam face à crítica.” (Boltanski, 2006:12).

Boltanski e Thévenot pensaram este novo paradigma sociológico a fim de melhor poderem observar as dinâmicas seguidas pelos indivíduos em situações de conflito, assim como as justificações por elas apresentadas quando, em situações de

desigual distribuição do bem comum tornam pública a situação em que se sentem lesadas.

Para tal, debruçaram-se sobre reflexões apresentadas por autores clássicos da filosofia política recuperando de cada um deles as ideias essenciais para o que consideravam poder ser uma sociedade mais justa. Reconheceram que esses autores clássicos, em diferentes contextos, sistematizaram com as suas reflexões diferentes concepções de justiça que se encontram na vida quotidiana.

“Estes autores não “inventaram” esses registos, mas são considerados como *gramáticos* do vínculo político, ou seja, supõe-se que eles hajam sistematizado e explicitado concepções da justiça que se encontram presentes na vida quotidiana de modo mais implícito”(Corcuff, 1997: 128).

Cada um dos filósofos, a que Boltanski e Thévenot recorreram, em dado momento da sua reflexão, apresentou um princípio em que baseou uma ordem justa, princípio que poderia funcionar como uma gramática das relações políticas. A partir dessa análise, Boltanski e Thévenot verificaram que em situações de disputa, os indivíduos modernos revelam juízos críticos assentes em princípios de justiça, que se inserem em mundos justificativos de acção ou argumentação, denominados pelos autores como *cités*.

Como assinala Nachi: “É porque eles pressupõem a existência dessa *competência comum* aos actores, que Boltanski e Thévenot elaboram um *modelo comum*, designado como modelo de *cité*, [e, citando os autores] “que torna explícitas as exigências que devem satisfazer um *princípio superior comum* a fim de apoiar as *justificações*” (Boltanski e Thévenot: 1991:86, citado por Nachi, 2006:45)

“Escolhemos obras clássicas de filosofia política que propunham expressões sistemáticas das formas de bem comum às quais é feita vulgarmente referência hoje, na nossa sociedade. Estes sistemas, que podemos encarar como gramáticas de laços políticos, servem para justificar apreciações sobre o carácter justo ou injusto de uma situação quando, não podendo as partes transigir, a concórdia não se encontra já à descrição das pessoas presentes.” (Boltanski e Thévenot: 1991:87)

No seu modelo conceptual, Boltanski e Thévenot (1991) assinalaram, então, 6 *cités*⁵⁶ (1991, 107-157) a partir das quais os indivíduos justificam as suas acções. Cada um destes mundos (*cités*) configura uma forma de bem comum que o sustenta e no qual, mediante a convocação de objectos ou argumentos pertinentes, bem como através da apresentação de provas, pode ser estabelecido o acordo e a hierarquia em cada situação.

São eles, de uma forma resumida:

1. A *cité* ou mundo inspirado, pensada por Stº Agostinho através da sua obra *Cité de Dieu* (426) que, enquanto um guia da criatividade, se baseia na criatividade, na estética e no saber. “Na *cité* inspirada a grandeza é a do santo que atinge um estado de graça ou a do artista que recebe inspiração. Revela-se no corpo puro, preparado pelo ascetismo, cujas manifestações (santidade, criatividade, sentido artístico, autenticidade...) constituem a forma privilegiada de expressão” (Boltanski, 2001:16).
2. A *cité* ou mundo doméstico, a partir da obra de Bossuet (1709) *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture sainte*, enquanto guia do saber viver, que se baseia nas relações familiares e de protecção quando há uma dimensão relacional. “Na *cité* doméstica, a grandeza das pessoas depende da sua posição hierárquica numa cadeia de dependências pessoais” (idem).
3. A *cité* ou mundo de opinião (ou do renome), criada a partir da obra de Hobbes (1651) *Le Léviathan* que se apresenta como um guia das relações públicas baseando-se no reconhecimento dos outros. “Na *cité* do renome, a grandeza depende exclusivamente da opinião dos outros, isto é, do número de pessoas que concedem o seu valor e estima” (idem).
4. A *cité* ou mundo cívico, a partir da obra *Le contrat social* de Rousseau (1762), que se apresenta como um guia associativo, sindical, baseando-se na vontade colectiva, na

⁵⁶ Mais recentemente foram sistematizadas duas novas *cités*: a *cité* de projecto formulada por Luc Boltanski e Ève Chiapelo na obra *Le nouvel esprit du capitalisme* (1999) (Boltanski, 2001:20-26) e a *cité* ecológica, formulada por Laurent Thévenot e Claudette Lafaye, no artigo “Une justification écologique? Conflits dans l'aménagement de la nature”, publicado na *Revue Française de Sociologie*, Vol.34, nº 4, Oct.-Déc, 1993” (Corcuff, 1997, 131).

igualdade e na reivindicação. “O “grande” da *cité* cívica é o representante de um colectivo, que exprime a vontade geral” (Boltanski, 2001:16).

5. A *cité* ou mundo industrial, que tem como base as *  uvres* de Saint-Simon (1821), particularmente *Du syst  me industriel* que se apresenta como um guia de produtividade e que se baseia na competência e “na eficácia e determina uma escala de capacidades profissionais” (idem, 17).
6. A *cité* ou mundo mercantil que tem como referência a obra de Adam Smith, *The Wealth of Nations* (1776) que, enquanto guia do êxito negocial, se baseia no mercado, na capacidade de apresentar produtos muito procurados e cobiçados, porque neste “mundo” o que conta é a capacidade de gerar lucro. “Na *cité* mercantil, o “grande” é aquele que enriquece apresentando mercadorias muito cobiçadas num mercado concorrencial, não desperdiçando ali as oportunidades” (idem).

Da leitura das entrevistas, há mais um aspecto a que decidimos fazer uma curta referência neste ponto do trabalho. Trata-se de declarações contidas no discurso dos arquitectos paisagistas por nós entrevistados, que julgamos enquadrar-se numa *cité* ecológica.

A *cité* ecológica foi criada a partir da reflexão de Chiapello e Boltanski saída na sua obra conjunta: *Le nouvel esprit du Capitalisme* (1999). Percorrendo uma série de aspectos que se relacionam com as múltiplas questões da vida social que se associam de perto com os efeitos do desenvolvimento acelerado da sociedade industrial, Chiapello e Boltanski reflectem sobre a forma como o capitalismo se mant  m e se apresenta nos dias de hoje.

Como tal, a questão ecológica não podia deixar de ser analisada. E, como se interrogam Lafaye e Thévenot (1993): “As coisas da natureza, a causa da natureza, são cada vez mais invocadas nas relações entre os seres humanos. Quais são as consequências da convocação desses seres naturais sobre o comércio dos seres humanos na sociedade?” (1993, 495-6).

De facto, há décadas que se faz ouvir uma ideologia ecologista que não só se rebela contra os alimentos “plastificados” (*fast food*) prejudiciais à saúde, que a indústria alimentar apoiada em campanhas de *marketing* e publicidade vai lançando para o mercado, mas igualmente face às agressões ao ambiente, seja pela onda crescente da urbanização e consequente impermeabilização do solo, seja pela morte e maus tratos à vida animal selvagem. De imediato, e como reacção ao *marketing* que promove o “consumismo verde”, o capitalismo adaptou-se à nova moda, tentando fazer reverter a situação em seu favor, como explicam Chiapello e Boltanski:

“O Marketing ecológico desenvolveu-se em diversas direcções. Uma primeira direcção consistiu em patrocinar campanhas para a protecção do ambiente e a divulgá-las através de uma etiqueta (um mecenato ecológico). Mas era tentador apelar também a uma publicidade ecológica que pusesse o acento nos esforços feitos, fosse para tornar os produtos menos poluentes e menos nocivos, fosse para melhorar a sua produção no sentido de haver um maior respeito pelo ambiente...” (Chiapello; Boltanski, 1993:543).

Contudo, não se deixando enganar pela publicidade do mercado, os ideais ecologistas mais ou menos puros, mais ou menos radicais mantêm-se e, no nosso estudo, sobre a profissão de arquitecto paisagista que prima pela arte, a beleza da paisagem e protecção do ambiente, profissão do nosso tempo, consciente e conhecedora destas questões, a crítica coloca-se com frequência, como veremos mais à frente na nossa análise, e que julgamos poder inserir numa *cit*é ecológica.

Retomando o modelo conceptual a que vimos fazendo referência, sublinhamos que este modelo analítico tem como propósito, determinar onde se encaixa uma crítica fundamentada, permitindo assim classificar uma justificação, dado que “a propriedade fundamental do modelo *cit*é é assegurar a todos os seus membros um poder idêntico de acesso a todos os estados, o que faz pesar sobre a medida das grandezas uma certa incerteza que se torna no ponto de litígio, uma vez que a disputa se inscreve numa *cit*é.”, (Boltanski e Thévenot, 1991:164).

O quadro conceptual de Boltanski e Thévenot é atravessado por dois constrangimentos: o primeiro é a pertença a uma *humanidade comum*, o que indica que se reconhece aos membros de um grupo uma qualidade humana comum; o segundo

constrangimento é a *ordem* em que se organiza a humanidade, traduzida numa hierarquia não permanente, sujeita a provas de grandeza. Como nos dizem os autores: “... uma vez que um estado de grandeza não pode ser atribuído de forma duradoura a partir de características pessoais, em virtude da exigência de uma dignidade comum impedir o apego permanente de um estado a uma pessoa” (idem), o que, por sua vez, exprime a hierarquia em cada situação.

Nos mundos plurais, existem formas singulares de avaliação da grandeza dos actores, estando todos, grandes e pequenos, abrangidos pelo mesmo princípio de equivalência. Como tal, uma hierarquia só faz sentido quando quem está no estado de grande serve o bem comum e a justiça da sua *cité*. Como nos diz Thévenot, o princípio de grandeza estabelece, assim, uma equivalência entre as pessoas e as coisas face às quais têm de tomar uma decisão (Thévenot, 2002: 11); este princípio de equivalência funciona, pois, como uma espécie de medida, de padrão, que permite aproximar as pessoas e as coisas para as avaliar (Boltanski, 2004: 4).

“A propriedade fundamental do modelo *cité* é assegurar a todos os seus membros um poder idêntico de acesso a todos os estados, o que faz pesar sobre a medida das grandezas uma certa incerteza que se torna no ponto de litígio, uma vez que a disputa se inscreve numa *cité*. A concessão de um estado pode estar sempre recolocada em jogo, e a realização da *cité* assenta nas provas de grandeza que permitem atribuir esses estados” (Boltanski e Thévenot, 1991:164).

Deste modo, quando os actores sentem que existe uma distribuição injusta de um bem comum, e que o acesso a esse bem comum não é igualmente distribuído por todos, surge a crítica e a denúncia, de acordo com a *cité* em que baseiam a sua justificação, bem como utilizando uma gramática que, funcionando como um conjunto de regras previamente conhecidas, permite que os indivíduos em conflito se apercebam da forma de agir que aos olhos de todos seja suficientemente correcta (Lemieux, 2000:110).

Efectivamente, tal como diz Boltanski: “Todos os actores dispõem, com efeito, de capacidades críticas e podem mobilizar, apesar de tal se fazer de forma desigual

segundo a situação, recursos críticos que põem em prática no decurso das suas actividades quotidianas” (Boltanski, 1990:280-281).

Porque se dá a palavra aos actores, ouvindo-se as justificações sobre as suas próprias práticas, a este modelo teórico mas também prático, dá-se o nome de sociologia da crítica. “... o género de avaliação positiva e negativa que as pessoas fazem, desde os julgamentos políticos e morais até às apreciações de envergadura mais limitada.” (Thévenot, 1999:76). Esta preocupação afasta-se da chamada sociologia crítica em que a reflexão depende da visão que o sociólogo tem do mundo que estuda. Segundo Boltanski o seu propósito era:

“... sair da sociologia crítica, deixar de lado a posição crítica do sociólogo – não por razões políticas, mas por razões metodológicas -, a fim de conseguirmos os meios de capturar a actividade crítica desenvolvida pelas pessoas comuns, como objecto de uma sociologia. Queríamos construir uma sociologia das competências críticas que as pessoas aplicam na sua vida quotidiana.” (Boltanski, 2004, Internet).

A este propósito, o autor alerta ainda para a inutilidade da justificação quando não existe crítica, porque, “... a justificação é uma resposta à crítica. Mas é também na medida em que a justificação pode parecer insuficiente que existe a possibilidade de uma renovação da crítica” (Boltanski, 2001:15).

Neste sentido é porque nos apercebemos de um conflito latente no descontentamento dos arquitectos paisagistas quando das entrevistas por nós efectuadas, procurámos nesta investigação, identificar e tipificar as gramáticas justificativas empregues por estes actores, nas suas práticas discursivas quando convocados a pronunciar-se acerca da sua categoria profissional. Será, pois, segundo este modelo de análise assente nos regimes justificativos de acção que iremos basear a análise das informações recolhidas na fase empírica do trabalho.

Segunda Parte

Aplicação empírica

Capítulo IV – Metodologia

4.1 Métodos e Técnicas de Observação

Uma vez delimitado o tema da nossa investigação e definido o nosso Universo – Os Arquitectos Paisagistas - impunha-se a escolha da metodologia e das técnicas de observação, uma etapa incontornável à realização de qualquer estudo, uma vez que, “...uma investigação social não é uma sucessão de métodos e técnicas estereotipadas que bastaria aplicar tal qual se apresentam, numa ordem imutável. A escolha, a elaboração e a organização dos processos de trabalho variam com cada investigação específica” (Quivy e Campenhoudt, 1998:18).

Neste sentido, as “ferramentas” utilizadas pelo investigador têm como propósito analisar, compreender e explicar uma dada realidade, com a maior objectividade possível, pelo que, “para cada investigação, os métodos devem ser escolhidos e utilizados com flexibilidade, em função dos seus objectivos próprios, do seu modelo de análise e das suas hipóteses. Por conseguinte, não existe um método ideal que seja, em si mesmo, superior a todos os outros” (idem:233).

Desta forma, procurámos utilizar na presente investigação a metodologia que, dentro do possível, nos pareceu mais adequada ao nosso objecto de estudo, no intuito de compreendermos e explicarmos a realidade observada, apresentando o resultado interpretativo das entrevistas efectuadas, procurando nelas os elementos que traduzem as competências dos profissionais, assim como os julgamentos construídos em torno dos desacordos com as atribuições concedidas pelo Estado, que coloca estes profissionais numa situação de fragilidade, relativamente a Arquitectos e Engenheiros.

Utilizámos como métodos de investigação, a Observação Documental e a Entrevista.

A observação documental incidiu sobre diversas publicações e documentos referidos na bibliografia, assim como na leitura de documentação *on line* que nos foi abrindo horizontes sobre vários aspectos da profissão em estudo e a formação destes profissionais.

Dada a dificuldade em encontrar Arquitectos Paisagistas, naturalmente dispostos a ser entrevistados, decidimo-nos pela amostra “bola de neve” em que a única condição era que, todos os indivíduos entrevistados fossem arquitectos/as paisagistas.

Optámos pela realização de um guião semi-estruturado, propício à realização de entrevistas flexíveis, relativamente abertas, permitindo assim, uma melhor captação de conteúdo espontâneo, que aplicámos a sete entrevistas exploratórias. Este guião foi sofrendo alguns ajustes, à medida que ia surgindo nova informação através das entrevistas e diálogos ocasionais com os profissionais. Após este trabalho exploratório, procedemos à reestruturação do guião, com perguntas seleccionadas e mais dirigidas aos tópicos que pretendíamos explorar, com vista à obtenção de respostas às nossas questões iniciais.

Enquanto decorreu o período das entrevistas, continuámos as leituras de textos seleccionados e outros que, entretanto, fomos descobrindo, pois como nos dizem Quivy e Campenhoudt “... é vital para a investigação fecundar as entrevistas com leituras e vice-versa, dado que é da sua interacção que resultará a problemática de investigação” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 81)

A partir da transcrição e leitura das primeiras entrevistas exploratórias, elaborámos grelhas de análise e fomos ajustando o guião; verificámos os pontos mais fortemente reproduzidos pelos arquitectos paisagistas, descobrimos críticas, controvérsias, denúncias e justificações, a partir das quais elaborámos o novo guião que aplicámos a mais oito entrevistados, tendo no total obtido 15 entrevistas.

Das entrevistas obtidas, seleccionámos alguns excertos reveladores de aspectos que nos pareceram pertinentes ao estudo da profissão, tendo sido a partir desta escolha que efectuámos a análise de conteúdo, porque “... a construção do “discurso” e o seu desenvolvimento são fontes de informações a partir das quais o investigador tenta construir um conhecimento” (idem:226).

4.2 A organização do trabalho de investigação

No momento em que decidimos iniciar este estudo, o nosso conhecimento sobre o corpo profissional dos arquitectos paisagistas, era quase nulo, pelo que, a etapa de

ruptura com o senso comum, foi facilmente ultrapassada, visto estarmos praticamente imunes à ilusão de transparência⁵⁷. Sabíamos que eram pessoas licenciadas, que faziam projectos de jardins e pouco mais.

Iniciámos a pesquisa, através da Internet, tivemos assim acesso a alguma informação que nos levou a procurar bibliografia, tendo encontrado alguns textos da autoria de arquitectos paisagistas, incluindo o fundador da Arquitectura Paisagista em Portugal, o Arquitecto Paisagista, Prof. Francisco Caldeira Cabral.

Procurando dar resposta às nossas interrogações, desenvolvemos diligências no sentido de encontrar informação a fim de nos documentarmos com o material necessário sobre a génese desta categoria socioprofissional assim como do trabalho que desenvolve.

Tentámos descortinar o estado da arte, porém, não encontrámos nenhum trabalho específico sobre esta profissão⁵⁸, encontrámos sim, livros, brochuras, *sites* e outro material disperso, que nos foi elucidando sobre o nosso objecto de estudo, assim como alguns trabalhos no âmbito da Sociologia das Profissões.

Reunimos assim, diverso material, sobre o qual fomos fazendo leitura flutuante, procurámos informação em Bibliotecas e fomos falando informalmente com alguns profissionais. Procedemos ao mesmo tempo à ordenação da informação à medida que fomos lendo com mais atenção, sublinhando, ou fazendo anotações sobre o *corpus* entretanto recolhido.

Contactámos os estabelecimentos de ensino, em que, entretanto, soubemos que o curso era ministrado, no sentido de pedir informação sobre o número de licenciados por ano e por género, desde que o curso foi criado.

⁵⁷ Como nos diz Durkheim “Para que uma ideia suscite correctamente as acções que a natureza de uma coisa reclama não é necessário que exprima fielmente essa natureza; basta que nos faça sentir o que essa coisa tem de útil ou de prejudicial, como nos pode servir, como nos pode contrariar. E para mais, estas noções assim formadas apresentam esta justeza prática de um modo apenas aproximado e somente na generalidade dos casos. Quantas vezes são tão perigosas como inadequadas! Não é, portanto, elaborando-as, seja de que modo for, que se conseguirá jamais descobrir as leis da realidade. Pelo contrário, são um véu que se interpõe entre nós e as coisas e as esconde, tanto mais quanto mais acreditamos na sua transparência” (Durkheim, 2001:50).

⁵⁸ De notar que só em 2010 foi efectuado um estudo de caracterização do corpo profissional constituído pelos Arquitectos Paisagistas, produzido pelo CEAP, a que fazemos referência neste trabalho, ou seja, muito depois de termos iniciado a nossa pesquisa.

Destes contactos, apenas a Universidade de Évora respondeu prontamente, enviando os dados disponíveis desde a criação do curso, referindo que os dados dos primeiros anos não estão informatizados, pelo que, só podiam fornecer o número total de licenciados por ano lectivo, sem a distribuição por género, desde o ano lectivo 1980-1981, até ao ano lectivo 1991-1992⁵⁹.

A partir do ano lectivo 1992-93, já estava disponível a informação por género, tal como tinha sido solicitada.

Depois de reiterada insistência, o Instituto Superior de Agronomia (ISA), também enviou os dados que tinha informatizados, o que se verifica pela primeira vez, em 1994. Não nos foi possível saber quantos se licenciaram até esse ano, embora nos tivéssemos disponibilizado para consultar os Arquivos, mas tal não nos foi autorizado, alegando a nossa interlocutora, que assim, teríamos acesso a dados confidenciais dos alunos.

A Universidade do Algarve, também enviou alguns dados posteriormente, embora sem a diferenciação que tínhamos pedido.

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Universidade do Porto, até ao momento, ainda não atenderam a nossa solicitação.

Por este motivo, contactámos o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), através do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), onde obtivemos os dados que apresentamos no estudo, mas apenas desde o ano lectivo 2002-2003, até 2008-2009.

Contactámos a Associação dos Arquitectos Paisagistas (APAP), através de e-mail dirigido ao então Presidente, ao qual não obtivemos resposta.

Sabendo, entretanto, que a Presidência da APAP tinha mudado, fizemos nova insistência junto da nova Presidente, que prontamente respondeu e facultou gentilmente informação relevante.

Na tentativa de melhor nos informarmos sobre o número de arquitectos paisagistas que existem em Portugal, contactámos o Instituto Nacional de Estatística (INE), que informou não ser detentor desses dados e nos remeteu ao GPEARI. Contudo,

⁵⁹ Desde o ano lectivo 1980-1981 até ao ano lectivo 1991-1992, foram licenciados na Universidade de Évora, um total de 111 arquitectos paisagistas (informação cedida pela Universidade de Évora).

já anteriormente tínhamos feito esse contacto, sem que tivéssemos obtido essa informação específica.

Abordámos também o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), solicitando informação sobre o número de arquitectos paisagistas desempregados, inscritos nos Centros Territoriais de Emprego (CTE), informação que nos foi prontamente facultada de acordo com os registos da Instituição.

Enquanto decorriam estas tentativas de recolha de informação, fomos pensando em profissionais da área, a quem pudéssemos pedir uma entrevista.

Paralelamente fomos fazendo um levantamento bibliográfico para clarificação de conceitos e a formulação do problema de investigação e consultámos obras de referência da Sociologia das profissões.

Ao longo da nossa caminhada por algumas bibliotecas, maioritariamente municipais, mas também do Instituto Superior de Agronomia, fomos descobrindo autores que invariavelmente eram citados em artigos científicos encontrados, no âmbito da Sociologia das Profissões. Considerando que estes seriam referências importantes para o desenvolvimento do presente estudo, iniciámos a recolha a partir de publicações nacionais e algumas estrangeiras, que permitiu a elaboração de um primeiro esboço do quadro teórico, bem como a obtenção de algumas pistas para a construção da presente investigação. Terminada a recolha e após a classificação do material bibliográfico seleccionado, procedemos à análise dos documentos, tentando verificar a relação efectiva do arquitecto paisagista com o território, assim como recortes em que a disputa e controvérsia fossem mais evidentes.

Tendo por base os modelos justificativos da acção, desenvolvidos por Luc Boltanski e Laurent Thévenot, fomos assim constituindo, a espinha dorsal do nosso trabalho.

A recolha da informação decorreu entre 2008 e 2010, com períodos de suspensão intercalados, no arco temporal da investigação.

Inicialmente pensámos que a melhor forma de chegar ao nosso público-alvo, seria através da Associação dos Arquitectos Paisagistas, pedindo entrevistas a profissionais que ali encontrássemos ou, melhor ainda, se conseguíssemos obter uma listagem de contactos que funcionaria como a nossa base de sondagem.

Com este plano, apenas conseguimos uma entrevista. Sem base de sondagem e sem profissionais para entrevistar, mudámos de estratégia e iniciámos os nossos contactos. Primeiro face a face, depois por e-mail ou via telefónica, com alguns profissionais do sector indicados por aqueles que, entretanto, iam colaborando, dando-lhes a conhecer o nosso projecto académico e solicitando a sua colaboração para a realização das nossas entrevistas.

A maior dificuldade com que nos deparámos foi precisamente conseguirmos efectuar esta parte do nosso estudo. No entanto, de todos os profissionais contactados, apenas um, se mostrou indisponível, alegando que o trabalho que fazia não se encontrava relacionado com a área por nós estudada. Apesar da aparente disponibilidade e interesse demonstrado pelos restantes, a realidade é que a adesão foi bastante fraca. Nos contactos efectuados, a certa altura, foi-nos proposto que enviássemos o guião por e-mail e as respostas seriam enviadas igualmente por essa via, visto ser uma tecnologia hoje disponível e mais acessível, eliminando à partida as dificuldades de conciliação de horários para a entrevista gravada. Por esse motivo optámos por recorrer a novas formas de mobilização, através de e-mail enviado a colegas e pessoas amigas que actuaram como mediadores. Assim, o nosso plano de amostragem recaiu na “amostra bola de neve” e conseguimos finalmente realizar *quinze entrevistas*, o que ficou muito aquém das nossas expectativas, pois as dificuldades com que nos deparámos, acabou por reduzir a amostra, uma vez que nos tínhamos proposto inicialmente, realizar um número substancialmente superior de inquirições.

Optámos, então, por fazer perguntas semi-abertas, orientadas de modo a que permitissem recolher o máximo de informação sobre a profissão, ao mesmo tempo que conduzissem o entrevistado a revelar a sua opinião sobre eventuais controvérsias, presentes em torno do exercício da actividade.

O guião das entrevistas foi por nós elaborado e por três vezes alterado, à medida que fomos ajustando questões pertinentes ao objecto de estudo.

O inquérito por entrevista, foi efectuado maioritariamente na região de Lisboa.

4.3 Os diferentes níveis de orientação da análise de conteúdo

A partir das respostas às questões colocadas aos inquiridos, obtivemos o material a que iremos aplicar uma análise de conteúdo que incidirá sobre os aspectos seguintes:

- A pluralidade de actividades dos Arquitectos Paisagistas;
- A (in)definição das fronteiras de competência dos Arquitectos paisagistas;
- Reflexos de uma “identidade magoada”⁶⁰ por parte dos Arquitectos Paisagistas;
- Os regimes justificativos de acção presentes nos discursos.

⁶⁰ Conceito apresentado por Michael Pollak em diferentes contextos, mas que tem sempre a ver com a mágoa sentida pelos indivíduos quando a sua identidade individual ou colectiva (construção nunca acabada, sempre frágil, em equilíbrio instável), se encontra ameaçada ou ferida, dando origem a um mal-estar identitário.

Capítulo V - Análise e discussão dos resultados

Na análise das entrevistas, no que se refere às questões em que estão presentes situações de disputa, tivemos em consideração os princípios em que assenta a sociologia da crítica, base do modelo conceptual desenvolvido pela sociologia pragmática.

Neste sentido, optámos pela análise do discurso directo dos Arquitectos Paisagistas entrevistados, seleccionando os excertos que melhor evidenciassem as respostas às nossas questões, mas também os excertos das respostas a outras questões que nos pareceram pertinentes, a fim de melhor conhecer a actividade deste grupo profissional.

5.1 A pluralidade de actividades dos Arquitectos Paisagistas

Da análise das respostas à questão colocada sobre o exercício da sua actividade profissional, verificamos que, embora a nossa amostra seja relativamente pequena, os elementos constituintes do nosso universo deram-nos um leque de situações que abrange uma vasta área de actividades, algumas das quais já anteriormente identificadas na nossa pesquisa documental como áreas de competência destes profissionais, mas outras que apenas detectámos no decorrer das entrevistas.

“No período de 5 anos, comecei por trabalhar em estudos de impacto ambiental, em apoio a um projecto com implementação a nível nacional, coordenado por uma empresa de referência na respectiva área de conhecimento (2005). Logo depois, fiz um estágio profissional ligado ao IEFM numa Câmara Municipal tendo recolhido experiência no âmbito de levantamentos e caracterização de situação existente e consequente preparação de documentos relacionados com o planeamento e ordenamento do território, em meio urbano e rural (2006). Depois dessas experiências, retomei a participação em projectos de arquitectura paisagista com encomendas ligadas a processos de licenciamento e Obra de iniciativa privada (2007-2010). Desde o início deste ano de 2010, exploro novas relações / parcerias profissionais com empresas de decoração de interiores (e exteriores) e de construção de jardins” (Entrevista nº 9).

“Como Arquitecto Paisagista elaboro projectos, participo em planos de ordenamento, acompanho obras. Neste momento, como dirigente da CML tenho uma actividade mais abrangente de gestão dos meios e do pessoal da Divisão de [...]” (Entrevista nº 10).

“Trabalho na elaboração de relatórios sobre Paisagem, uso do solo e ordenamento do território, a integrar em Estudos de Impacte Ambiental (EIA); participo em Planos de Ordenamento (PO), como especialista em Paisagem e em Vegetação; ocasionalmente faço projecto de espaços exteriores, em conjunto com uma colega” (Entrevista nº 11).

“Quando comecei, estive no CNIG – Centro Nacional de Informação Geográfica, em sistemas de informação geográfica, quando ainda muito poucas pessoas trabalhavam nesta área e muito menos arquitectos paisagistas. No entanto e se estava a trabalhar em *software* que começava a deixar de ser novidade, o trabalho que desempenhava, resumia-se a foto-interpretação, que se no início era interessante depois, passado um ano era fastidioso. Fiquei cerca de 15 meses, no período de Julho de 1998 a Setembro de 1999. No ano 2000 trabalhei com um ex-professor meu, na elaboração do descritor de paisagem para um Estudo de Impacte Ambiental (EIA). Não participei na elaboração dos textos. Estive a fazer trabalho de foto-interpretação e produção de cartografia. No ano de 2001, começo por acaso a trabalhar em *atelier*, pois estava prestes a começar a trabalhar em qualquer outra coisa... Estive durante 5 anos na elaboração de projectos de Arquitectura Paisagista para loteamentos, quer fase de Licenciamento quer fase de Projecto de Execução. A somar aos últimos 5 anos, estive mais 4 anos, no mesmo *atelier* mas com trabalhos francamente menores e por incompatibilização com a abordagem ao projecto e que se agravou ainda mais com a entrada de menos projectos. [...] Acabei por ter que sair... e neste momento desde Julho de 2009 faço a avaliação do descritor de Paisagem de EIA's de vários projectos, integrando as Comissões de Avaliação. Agora na qualidade de bolseiro e cuja bolsa termina em Outubro, aguardando... talvez a sua renovação! Por fim, nesses 4 anos mais conturbados tentei, criar em paralelo com mais 4 pessoas (2 arquitectos e 2 AP's) um espaço para desenvolver a actividade, mas por várias razões o projecto morreu. A oportunidade era boa, mas um rol de acontecimentos na vida de cada um de nós, não permitiu avançar-se. A ideia não está totalmente abandonada, mas para já está fora do horizonte. Tenho ainda a ideia de sair do país, mas também continua em 'banho-maria'!” (Entrevista nº 12).

“Em regra, sou contactada por empresas ou privados para propor soluções para os seus espaços exteriores, já que trabalho maioritariamente com projecto de exteriores” (Entrevista nº 13).

“Trabalho há cerca de 13 anos num atelier de arquitectura paisagista e consultoria ambiental, onde comecei por desenvolver projectos de espaços exteriores e de recuperação/ integração de áreas degradadas - pedreiras, infra-estruturas rodoviárias, etc. – passando depois a colaborar na realização de trabalhos na área da consultoria ambiental - Estudos de Impacte Ambiental, Relatórios de Conformidade Ambiental de Projectos de Execução, Estudos de Incidências Ambientais, etc. – actividade onde assumo actualmente a função de coordenadora” (Entrevista nº 14).

“Sou trabalhadora independente. Na minha actividade desempenho funções de projectista, realizando projecto de execução, bem como colaboro em estudos de ordenamento do território” (Entrevista nº 15).

Da análise das entrevistas verifica-se que a maior parte dos inquiridos trabalha ou já trabalhou em Projecto, registando-se os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Planeamento e Ordenamento do Território (PO) em 2ª posição. Não obstante, encontrámos referências relativas a “construção de jardins”, “acompanhamento de obras”, “trabalhador independente”, “cargo de chefia” “cargo de coordenação”, “informação geográfica, foto interpretação e produção de cartografia” ou “membro de comissões de avaliação de Estudos de Impacte Ambiental”.

5.2 As origens do conflito

Como referimos anteriormente, foi a aprovação da Lei nº 31/2009 de 3 de Julho e da Portaria nº 1379/2009 de 30 de Outubro estabelecendo atribuições e competências, que desencadeou o mal-estar reinante no seio dos arquitectos paisagistas dando origem às mais variadas reacções quer por parte dos arquitectos paisagistas a título individual, quer por parte da sua Associação profissional a APAP, como podemos verificar através dos seguintes depoimentos:

“Todas as mudanças geram controvérsias. A polémica mais recente derivou da aprovação da Portaria nº 1379/2009 de 30 de Outubro de 2009 que define que os Arquitectos

Paisagistas não poderão, por si só, dirigir obras – nem mesmo as exclusivamente de jardins – cabendo esta a arquitectos e engenheiros.

Trata-se de um atentado à integridade profissional pelas competências que não nos reconhecem apesar da formação que temos.

“Justificação para a aprovação desta legislação penso que não seja nenhuma – talvez a ignorância do legislador – uma vez que se somos responsáveis pelos projectos que fazemos, deveríamos sê-lo também em obra” (Entrevista nº 13).

“É vista [a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho e Portaria nº 1379/2009 de 30 de Outubro] como um verdadeiro insulto à profissão, atribuindo ao arquitecto paisagista um reduzido peso de decisão, mesmo tratando-se de obras de espaços exteriores” (Entrevista nº 14).

“[A legislação]Suscitou grande indignação no nosso meio começando logo por atribuir designações aos projectos que desenvolvemos pouco meritórias como projecto ordenador de paisagismo. No entanto a grande agressão prende-se com o facto de não podermos ser directores de obras de espaços exteriores, mas poderem sê-lo arquitectos e engenheiros, permitindo-nos benevolmente assessorar estes profissionais, e muito menos de jardins históricos!” (Entrevista nº 14).

“Sim, são legítimas [as denúncias]. Esta legislação vem denegrir a nossa profissão colocando o arquitecto paisagista como um profissional minoritário” (Entrevista nº 14).

“... o arquitecto paisagista tem, demasiadas vezes, de esclarecer o âmbito da sua profissão e de se impor para que as suas ideias sejam valorizadas” (Entrevista nº 8).

“... esta situação vai-nos retirando “protagonismo”, reduz-nos o campo de acção e vai-nos cada vez mais deixando numa posição de fragilidade perante as outras especialidades, que continuam a olhar para nós como os “homens/mulheres das couves!” (Entrevista nº 12).

5.3 A (in)definição das fronteiras de competência dos Arquitectos Paisagistas como origem de mal-estar

Quando inquiridos sobre a existência de uma clara definição de fronteiras das suas competências quando em trabalhos de equipa com profissionais de outras áreas de formação, verificámos, após análise das respostas, que o “não” supera os outros tipos de

resposta, tendo nós considerado, nesta categoria, as respostas que explícita ou implicitamente denotam que “nem sempre estão bem definidas” ou que as fronteiras “se encontram mais ou menos definidas”, como podemos ver pelos depoimentos recolhidos:

“[fronteiras bem definidas?] Não! Não está bem definido até... justamente é isso que está agora em causa uma recente legislação que saiu que é exactamente o que qualifica os profissionais das diversas áreas para assinar os vários projectos” (Entrevista nº 1).

“[fronteiras bem definidas?] ... neste momento há alguma dificuldade em saber onde é que estão os limites ...” (Entrevista nº 3).

“Não. As competências nem sempre se encontram bem definidas, especialmente com os arquitectos e profissionais de jardinagem” (Entrevista nº 8).

“[fronteiras bem definidas?] Não. De facto, com as equipas com quem já trabalhei, existem sempre muitas certezas por parte dos profissionais de outras áreas, sobre os elementos que devem integrar o meu trabalho. Têm sempre opinião a dar, sugestões, e até imposições, quando, por vezes, tecnicamente, as opções não são as mais correctas, mas têm de prevalecer as opiniões deles, porque as profissões deles são mais “importantes” (principalmente arquitectos)” (Entrevista nº 15).

“[demarcação de fronteiras] Depende das áreas. Em relação às Engenharias a demarcação é clara. Em relação à Arquitectura muitas vezes há uma fronteira difusa com sobreposições” (Entrevista nº 10).

“[fronteiras bem definidas?] Em EIA [Estudos de Impacto Ambiental] sim; em PO [Planos de Ordenamento] por vezes; em Projecto não.” (Entrevista nº 11).

“Mais ou menos definidas [as fronteiras]” (Entrevista nº 9).

“Na área em que trabalho actualmente, embora considere que estão relativamente bem definidas as fronteiras, deparo-me por vezes com algumas interferências, ou pelo contrário, em especial no trabalho de coordenação, com lacunas que me vejo obrigada a colmatar, ainda que não me compita a mim fazê-lo” (Entrevista nº 14).

Por sua vez, o depoimento por nós recolhido, do único arquitecto (não paisagista) com quem falámos, refere textualmente que:

“Caberá sempre ao coordenador destas equipas tomar decisões muitas vezes sensíveis e que poderão susceptibilizar alguns especialistas, mas é por isso que acredito que estes coordenadores devem ser profissionais em que o seu campo de actuação envolva todas as áreas relacionadas com a administração e desenho do espaço urbano, só assim as poderá tomar em consideração de todas as ideias apresentadas e defendidas por equipas multidisciplinares” (Entrevista nº 16).

Menos foram os entrevistados que peremptoriamente afirmam, que “as fronteiras estão bem definidas” com apenas três registos:

“Sim. Estão. Eu acho que sim” (Entrevista nº 2)

“Acho as competências do Arquitecto Paisagista bem definidas” (Entrevista nº 6)

“Sim, pois o papel do arquitecto paisagista é subalterno aos outros, mesmo em projecto de espaços verdes!...” (Entrevista nº 7).

Alguns dos nossos entrevistados afirmam que os arquitectos paisagistas estão a par dos seus limites, mas afirmam, contudo, que os técnicos de outras áreas nem sempre os conhecem.

“Os AP’s [arquitectos paisagistas] sabem as fronteiras; os outros, por vezes não” (Entrevista nº 2).

“A mim parecem-me estar definidas as competências dos outros técnicos. Por vezes parece-me é serem os outros técnicos a não saberem bem qual o seu próprio espaço, nem o espaço dos arquitectos paisagistas” (Entrevista nº 13).

“... acho que a sociedade em geral se encontra um pouco mais informada e valoriza mais o papel do arquitecto paisagista, mas os outros grupos profissionais tentam por vezes

passar por cima das competências do arquitecto paisagista devido à falta de trabalho ou outros interesses” (Entrevista nº 8).

“... cada um de nós, nós paisagistas achamos que o nosso caso, o nosso âmbito está muito bem definido, mas tem havido sempre uma luta, uma luta no sentido metafórico, sobretudo entre os Arquitectos e os Arquitectos Paisagistas. O que não acontece com a Engenharia, nem acontece com os Agrónomos, [...], pois os Agrónomos, podem saber de vegetação, mas não entram nunca, como não fazem Projecto não entram nunca em concorrência com os Arquitectos Paisagistas...” (Entrevista nº 4).

Na análise das inquirições, registámos ainda uma resposta no sentido de tais fronteiras não deverem sequer ser definidas, assim como duas respostas que nos dizem que leva algum tempo a perceber:

“Não acho que devam ser definidos. Acho que o que deve ser claramente definida é a necessidade da existência dos Projectos de Arquitectura Paisagista ou a necessidade de considerar os aspectos Paisagísticos e Ecosistémicos nas opções para o território. Agora quem o faz... não me parece importante. Não vivemos ou não deveríamos viver numa sociedade corporativa” (Entrevista nº 5).

“Quando se começa a trabalhar a sério, leva algum tempo a perceber as fronteiras, mas com a continuação começam a delinear-se esses limites e a percepcionarem-se e a interiorizarem-se.” (Entrevista nº 12).

Quando inquiridos, no sentido de sabermos se existem atritos entre os arquitectos paisagistas e outros grupos profissionais e, caso houvessem, quais seriam esses grupos em que os conflitos seriam mais prováveis, as respostas obtidas vêm no sentido de que os atritos, as disputas, são frequentes, sendo o grupo mais referido o dos Arquitectos (não paisagistas), seguido do grupo dos Engenheiros.

“... muitas vezes [há conflitos] com engenheiros, às vezes também, mas menos talvez, com arquitectos...” (Entrevista nº 3).

“[Com] Arquitectos.” (Entrevista nº 4).

“[Com] Arquitectos, Engenheiros, Geógrafos, Economistas, Políticos, Organizações de Cidadãos, Arqueólogos, Promotores Imobiliários / Turísticos, Conservacionistas” (Entrevista nº 5).

“Principalmente [com] Engenheiros e Arquitectos” (Entrevista nº 6).

“Principalmente [com] o [grupo] dos arquitectos e engenheiros civis” (Entrevista nº 7).

“Não lhe chamaria atritos, mas o arquitecto paisagista tem, demasiadas vezes, de esclarecer o âmbito da sua profissão e de se impor para que as suas ideias sejam valorizadas” (Entrevista nº 8).

“...[conflitos] especialmente com os arquitectos e profissionais de jardinagem” (Entrevista nº 8).

“Por vezes com os arquitectos, precisamente por essas fronteiras serem difusas. Por outro lado, por vezes surgem também conflitos com as profissões mais relacionadas com a gestão dos espaços projectados pelos arquitectos paisagistas, quando existem visões diferentes de sustentabilidade, etc.” (Entrevista nº 10)

“Por vezes, com Arquitectos; porque alguns não encaram a Arquitectura Paisagista como uma área autónoma e com características específicas.” (Entrevista nº 11).

“... da Arquitectura e da Engenharia” (Entrevista nº 12).

“Existem [conflitos] na mesma medida em que os Engenheiros têm atritos com Arquitectos, os Arquitectos com Designers, e assim por diante. Há uma certa tendência, nas formações mais “criativas” para querer estender a criatividade a outras áreas que não a sua, muitas vezes entrando em espaços de acção que não são os seus” (Entrevista nº 13).

A única arquitecta “não paisagista” que entrevistámos, corroborou a existência de conflitos associando esta ocorrência ao contexto pluridisciplinar em que se desenvolve o trabalho:

“Claro que neste trabalho de equipas multidisciplinares, os conflitos surgem. A perspectiva de um Arquitecto paisagista será certamente diferente da de um Arquitecto ou de um Engenheiro. Muito se afirma que os Arquitectos e com mais veemência os

Engenheiros preterem muitas vezes as ideias dos paisagistas em detrimento de soluções “menos verdes” [...] Enquanto Arquitecta e Urbanista, muito tenho discutido ao longo da minha carreira com Arquitectos Paisagistas, Engenheiros, Economistas, entre outros.” (Entrevista nº16).

5.4 Dos Arquitectos Paisagistas: indícios de uma “identidade magoada”

Para além dos atritos que temos testemunhado, foi com frequência que verificámos, nas entrevistas por nós efectuadas, uma certa *identidade magoada* por parte dos arquitectos paisagistas; não apenas pela interferência de outros profissionais nos processos de sua competência, mas essencialmente, pela representação, por alguns veiculada, no sentido da menorização dessas competências.

“O maior esforço tem sido no sentido da afirmação destes profissionais. Mas não se pode dizer que esse reconhecimento exista. Em muitos casos são quase vistos como radicais ecologistas, até como forma de não encetar o debate de ideias. Neste, a razão traria ao de cima aspectos que a nossa sociedade muitas vezes reconhece mas prefere esquecer, na maior parte dos casos por uma questão de insustentabilidade das decisões ou por serem colocados em primeiro plano outros interesses que não aqueles que tecnicamente estariam correctos” (Entrevista nº 5).

De facto, foi frequentemente referida a existência de conflitos entre os técnicos de diferentes formações que são chamados a formar equipas pluridisciplinares:

“Por vezes, [existem conflitos] mas com tendência para diminuírem, e refiro-me concretamente, aos arquitectos que em alguns casos ainda nos deixam pouco “espaço de manobra” considerando que os Arquitectos Paisagistas apenas servem para escolher as “couves” que se vão plantar nos espaços verdes por eles já desenhados. Felizmente a existência de arquitectos paisagistas de grande qualidade e profissionalismo no nosso País tem vindo a reverter esta tendência” (Entrevista nº 14).

“Sim, existem [conflitos]. Porque acham que a nossa profissão é só colocar “couves” no projecto. Acham que o nosso trabalho não tem valor, qualquer um faz a nossa parte, desde que se conheça umas plantas... Existem atritos com Arquitectos, porque eles acham que só eles é que sabem “programar” o espaço exterior, eles é que sabem idealizar o conceito de espaço, e nós depois pomos as “couves”. Existiam atritos com os Engenheiros, pois eles querem fazer com que as infra-estruturas funcionem, sem pensarem na estética dos espaços. Felizmente hoje, as coisas já estão a mudar e muito, e há uma preocupação maior com a estética do espaço, por parte destes técnicos” (Entrevista nº 15).

Quando interrogados sobre se as mudanças nas competências atribuídas pelo Estado, ao longo da história da profissão, geraram controvérsias e que justificações e críticas foram apresentadas, alguns dos nossos entrevistados, declararam desconhecê-las:

“Desconheço as mudanças, as controvérsias, as críticas e justificações apresentadas” (E9), ou simplesmente, “Não sei” (Entrevista nº 11).

Registámos porém, uma resposta, em que a pessoa inquirida declara:

“Não tenho muito ou pouco a noção do que está para trás e conseqüentemente se se gerou, em dado momento ou não, controvérsia. No entanto, talvez porque os primeiros Arquitectos Paisagistas, que tinham uma forte e sólida formação técnica (em rega, drenagem, fertilização, construções agrícolas, dimensionamento de barragens, etc...) porque se tinham formado antes, como Engenheiros Agrónomos e porque eram uma “dúzia” de arquitectos que desempenhavam esta profissão, devido ao seu estatuto e reconhecimento social de alguns deles e dado o meio social em que também se moviam, era talvez suficiente para serem reconhecidos e serem respeitados perante as restantes classes e daí talvez, digo eu, não se ter feito sentir grande interferência no desempenho da profissão, nas eventuais leis que possam ter sido emanadas e que possam ter criado dificuldades. No entanto, e actualmente, grande parte das obras e em grande parte dos municípios é exigido o Projecto de Arquitectura, quando existem espaços exteriores/públicos a criar. Sendo exigido o seu licenciamento. Penso que isso por si só é revelador de um progresso” (Entrevista nº 12).

No entanto, há também quem declare, que:

“O que senti mais positivo na minha profissão, ao longo dos anos, é que a legislação obriga à participação do Arquitecto Paisagista em muito mais tipologias de intervenção no espaço público e ordenamento do território. Apesar desta situação, a nossa participação, a nível do ordenamento do território, é muito ao nível descritivo e analítico, sendo que em termos decisivos as questões são analisadas por outros técnicos” (Entrevista nº 15).

Porém, há quem distribua a responsabilidade também pela própria classe de profissionais Arquitectos Paisagistas:

“O Estado tem-se mostrado pouco activo na definição das competências do Arquitecto Paisagista. No entanto, não acho isso errado, não é ao Estado que compete defender a classe mas sim a ela própria, através da qualidade do trabalho apresentado à sociedade e do seu papel interventivo, enquanto grupo organizado que tenta contribuir para a melhoria da relação do homem com a paisagem” (Entrevista nº 8).

“A controvérsia é natural numa profissão que ainda está em fase de afirmação. A responsabilidade/responsabilização atribuída ao Arquitecto Paisagista é dúbia à luz da lei. Isso também deriva da diversidade que existe nos currículos dos vários cursos existentes. A existência de uma Ordem poderia clarificar esta situação” (Entrevista nº 10).

“O maior esforço tem sido no sentido da afirmação destes profissionais. Mas não se pode dizer que esse reconhecimento exista. Em muitos casos são quase vistos como radicais ecologistas, até como forma de não encetar o debate de ideias. Neste, a razão traria ao de cima aspectos que a nossa sociedade muitas vezes reconhece mas prefere esquecer, na maior parte dos casos por uma questão de insustentabilidade das decisões ou por serem colocados em primeiro plano outros interesses que não aqueles que tecnicamente estariam correctos” (Entrevista nº 5).

5.5 Os regimes justificativos de acção presentes nos discursos

No presente ponto, passamos à análise das entrevistas efectuadas à luz dos regimes justificativos da acção, propostos por Boltanski e Thévenot. De facto, consideramos que esta abordagem sociológica é a que melhor nos ajuda a compreender qual o regime justificativo que apresenta uma maior grandeza, na situação de conflito

que se estabeleceu entre o grupo profissional dos arquitectos paisagistas e a legislação que regula a sua actividade.

Perante a situação de conflito que temos vindo a referir, desencadeado pela criação de diplomas legislativos que os arquitectos paisagistas reconhecem como afectando os seus interesses de classe, estes reagiram como grupo profissional em torno da Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas, na defesa do bem comum objectivado na legislação que regulamenta as suas competências profissionais.

Deste modo, analisaremos as controvérsias presentes nos discursos, a fim de encontrarmos as justificações que os profissionais apresentam na tentativa de inverterem uma situação por eles considerada injusta.

Como vimos, em presença das disputas e litígios que envolvem os actores, Boltanski e Thévenot centram o seu modelo nas diversas situações de discórdia observadas, nas quais a grandeza relativa dos indivíduos é publicamente posta em causa, dado que “A atribuição de um valor faz com que os objectos [diplomas] adquiram uma determinada grandeza e simultaneamente se apresentem como prova nos actos de justificação avançados pelos indivíduos nas situações em que se encontram comprometidos” (Resende, 2003:205).

Da análise efectuada, quer ao discurso directo dos actores, quer ao *corpus* documental reunido, foram encontrados diferentes regimes justificativos da acção face ao mal-estar manifestado pelos arquitectos paisagistas pela pretensa intromissão de outros técnicos naquela que afirmam ser a sua área de intervenção laboral.

Esta análise centrar-se-á nas diferentes situações não consensuais que originam e agravam o mal-estar denunciado quer pela Direcção da APAP, quer pelos arquitectos paisagistas a cujos depoimentos tivemos acesso e que têm como ponto forte da discórdia a Lei 31/2009 de 3 de Julho e a portaria 1379/2009 de 30 de Outubro.

Neste conflito, observámos os regimes justificativos da acção que passamos a desenvolver:

5.5.1 O regime justificativo de acção que se insere na *cité industrial*

Foi através das entrevistas exploratórias que tomámos conhecimento da legislação atrás referida que, estabelecendo competências a diferentes técnicos, agitou alguns Arquitectos Paisagistas e a Associação que os representa, por se sentirem diminuídos na atribuição das suas áreas de acção, comparativamente com técnicos de outras formações, no âmbito do exercício da actividade profissional.

De facto, estes profissionais colocam em causa o conteúdo de dois dispositivos legais: a Lei 31/2009 de 3 de Julho, que “Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis...” (*Diário da República*, 1.  série — N.é 127 — 3 de Julho de 2009), bem como a portaria 1379/2009 de 30 de Outubro que estabelece a qualificação exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela direcção de obras e pela sua fiscalização (Artigo 2  da portaria acima referida saída em *Diário da República*, 1.  série — N.é 211— 30 de Outubro de 2009).

A atribuição de competências aos arquitectos paisagistas, por parte do Governo, insere-se numa *cité industrial* que, como atrás foi dito, se baseia na competência e “na eficácia e determina uma escala de capacidades profissionais” (Boltanski, 2001:17). Contudo, tanto por parte da APAP, como nos discursos individuais mas des-singularizados, dos arquitectos paisagistas, encontrámos igualmente depoimentos que contra-argumentam a legislação, utilizando eles próprios justificações desse mundo industrial.

Assim, podemos observar nos depoimentos que se seguem, algumas críticas de arquitectos paisagistas que, explicitamente deixam a marca das suas competências profissionais, que consideram mais adequadas ao exercício da sua actividade comparativamente às de outros técnicos, numa argumentação nitidamente industrial.

“... isto só diz respeito ao arquitecto paisagista [...], o arquitecto paisagista, e isso é reconhecido por as outras profissões, tem qualificações que as outras profissões não têm, nomeadamente na área [...] do ambiente e ecologia, na área de pressupostos ecológicos,

conceitos ecológicos nas quais a profissão do arquitecto paisagista é pioneira a introduzi-las [...] no mercado de trabalho, portanto, a introduzi-las no projecto e na obra em si.” (Entrevista nº 1).

“Trata-se de um atentado à integridade profissional pelas competências que não nos reconhecem apesar da formação que temos [...].

Justificação para a aprovação desta legislação penso que não seja nenhuma – talvez a ignorância do legislador – uma vez que se somos responsáveis pelos projectos que fazemos, deveríamos sê-lo também em obra” (Entrevista nº 13).

“... os arquitectos paisagistas têm assumido uma função cada vez mais relevante no desenho da cidade, com a exigência da sua participação em diversos projectos, bem como na protecção da paisagem/ambiente sendo chamados a participar em diversos estudos de carácter ambiental. [...] este assumir crescente de competências tem sido genericamente bem aceite dada a consciencialização, quer de profissionais, quer da sociedade civil para a importância da conservação, preservação ou requalificação da paisagem urbana e rural para a qualidade de vida das populações” (Entrevista nº 14).

“A qualificação de uma profissão não se faz por decreto, mas pela sua prática e pela competência e carisma dos seus profissionais” (Entrevista nº 10).

Reforçando as críticas expressas pelos profissionais, ao tomar conhecimento da legislação atrás referida, a APAP, em carta dirigida ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, manifestou, junto destes organismos estatais, a sua profunda indignação, no que respeita ao processo de aprovação e respectivos conteúdos finais dos referidos diplomas.

“A Portaria nº 1379/2009 viola a Lei nº 31/2009 por não ter havido audição da APAP; por não considerar o trabalho em equipa e redefinir os campos de intervenção, minorizando a Arquitectura Paisagista e reforçando outras profissões em áreas para as quais não estão habilitadas; por não reconhecer competências profissionais que estão desde há muito consagradas na formação e ensino superior de Arquitectura Paisagista; e ainda por impedir o cabal desempenho e responsabilização dos Arquitectos Paisagistas na direcção e fiscalização de obras relativas a projectos da sua especialidade, como sejam os de

espaços exteriores, jardins e sítios históricos, para as quais os Engenheiros e Arquitectos não têm formação adequada” (APAP, 2009).

Nessa carta, a APAP afirma também que mostrou continuamente à Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações a sua disponibilidade para “contribuir na regulamentação destas matérias” (idem) e declara ter contribuído de forma positiva, quando solicitada.

Num segundo ponto, a APAP refere que emitiu parecer sobre as versões de Novembro de 2006 e Abril de 2008, tendo solicitado esclarecimento sobre a proposta em curso no início de 2009, reinterando a sua disponibilidade para colaborar; no entanto, em Maio seguinte estava em apreciação na Assembleia da República uma nova versão, segundo a APAP, com erros graves nas definições e qualificações profissionais, tendo por isso alertado de imediato todos os grupos parlamentares para o que “considera constituir uma limitação no exercício da profissão, uma arbitrariedade e violação do princípio da igualdade” (idem).

5.5.2 O regime justificativo de acção que se insere na *cité inspirada*

Observámos igualmente, a partir das entrevistas realizadas, alguns excertos que na nossa interpretação se identificam com o mundo inspirado, pensada por St   Agostinho através da sua obra *Cité de Dieu* (426) como atrás exposto, que faz referência à criatividade,    estética e ao saber. Segundo Boltanski, “Na *cité inspirada* a grandeza é a do santo que atinge um estado de graça ou a do artista que recebe inspiração.” (Boltanski, 2001:16).

Deste modo, a Arquitectura Paisagista é reconhecida por alguns autores como uma arte e, de acordo com alguns depoimentos recolhidos, houve Arquitectos Paisagistas que foram vistos como artistas, segundo afirma Ribeiro Telles:

“A arquitectura paisagista é essencialmente uma arte e quem a pratica é um artista, pelo que na formação deste deve ser desenvolvido o sentido da proporção e do equilíbrio que conduzem, através da criatividade, ao belo. Bela arte, fundamentalmente social, porque se destina a ser vivida intrinsecamente pelas pessoas a quem se dirige e a ser, sobretudo,

concretizada pelo uso. A arquitectura paisagista deve ter da paisagem que cria ou transforma uma concepção no espaço e no tempo, porque estando sujeita à dinâmica da vida, nunca está terminada.” (Telles, 1993:18).

Mas também alguns dos nossos entrevistados, inseriram igualmente o seu discurso numa *cité* inspirada:

“Ao que parece, os primeiros paisagistas eram “Pintores de Paisagens” e Jardineiros. Trabalhava-se com as plantas e com a terra, ou trabalhava-se com pincel e óleo. Durante o século XX tornaram-se Arquitectos: usar o papel, o vegetal, a caneta de tinta-da-china, a aguarela, o lápis de cera e o de pastel. [...] foram vistos como artistas, outros como paisagistas, outros como biofísicos, outros como arquitectos, outros como técnicos de planeamento, outros como gestores do território...” (Entrevista nº 5).

Outra opinião apresenta o seguinte entrevistado que, reconhecendo essa inspiração de artista pensa, contudo que actualmente a situação mudou:

“... eu acho que, já lá vai o tempo que a obra era quase como uma obra de autor, uma obra que... quase um quadro que se pintava e acho que esse tempo já lá vai ...” (Entrevista nº 1).

5.5.3 O regime justificativo de acção que se insere na *cité* mercantil

A *cité* ou mundo mercantil tem, como atrás foi dito, a sua referência na obra de

Adam Smith, *The Wealth of Nations* (1776) guia do êxito negocial, baseada no mercado, na capacidade de apresentar produtos muito procurados e cobiçados, porque neste “mundo” o que conta é a capacidade de gerar lucro. “Na *cité* mercantil, o “grande” é aquele que enriquece apresentando mercadorias muito cobiçadas num mercado concorrencial, não desperdiçando ali as oportunidades” (Boltanski, 2001:17).

Na análise dos discursos emitidos pelos Arquitectos Paisagistas entrevistados, encontrámos alguns fragmentos que na nossa opinião podem ser enquadrados numa *cité*

mercantil, na medida em que os inquiridos criticam a ocupação que por vezes se faz do solo, segundo objectivos mais rentáveis do que a implantação de um jardim apesar de, na sua óptica, o jardim ser a utilização mais apropriada àquele espaço. Isto quer dizer que os arquitectos paisagistas são os melhores guardiões de uma não excessiva mercantilização do solo, que é considerado um bem comum.

“Invariavelmente tem havido pressões para que todo o solo seja considerado urbano ou urbanizável, porque, como é sabido, o solo agrícola tem muito pouco valor quando comparado com a perspectiva de ganho potencial que o solo urbano pode apresentar” (Entrevista nº 13).

“... muitas vezes as áreas atribuídas para estes fins [áreas verdes/permeáveis] não podem ser modificadas e vêm definidas da autarquia que aprovou o loteamento e que deixou construir até ao limite máximo permitido. Portanto, não há interesse por parte do promotor, uma vez que o “verde” é bem menos rentável, nem espaço de manobra por parte da autarquia” (Entrevista nº 13).

“ Antes de mais a especulação imobiliária é a causa oficial para a não implementação efectiva de acções de planeamento, previamente concertadas. Depois, a ausência de técnicos e massa crítica de qualidade razoável, nas estâncias de decisão (de planeamento e ordenamento do território), imune a influências políticas e outros interesses de cariz local e/ou imediato conduz a uma lista de causas intermináveis quanto a disputas de uso a dar ao solo” (Entrevista nº 9).

“Evidentemente! Muitas [disputas sobre o uso a dar ao solo]. Desde logo construção versus espaço livre. Essa é a principal, porque o solo para construção é valorizado pela sociedade e tem uma mais valia para o proprietário e o solo “livre” – espaços verdes, protecção, etc. – embora tenha também uma valorização crescente pela sociedade, é uma menos valia para o proprietário, que normalmente só tem incómodos e nenhuns proveitos directos. Veja-se os habitantes das áreas protegidas, que normalmente odeiam essa situação porque apenas lhes cerceia a actividade...” (Entrevista nº 10).

“Ainda continuamos a fazer uma Arquitectura Paisagista de “quintais”, limitada pela propriedade privada, a uma escala mínima, limitada pelos interesses particulares.

O contributo pleno só seria possível de alcançar com uma modificação de mentalidades – uma visão de ambiente de conjunto, uma perspectiva de espaço público - PÚBLICO – de todos, em que todos participam e todos são responsáveis. Uma utopia, especialmente num país de mentalidades pequenas como o nosso, onde as pessoas procuram ligações, lobbies, lucros fáceis e a desresponsabilização” (Entrevista nº 13).

“A questão não se coloca desse modo tão claro e a suposta crítica é sempre vista como ingénua/inocente. Basta referir que muitas vezes as pessoas trocam, um parque público ao ar livre por um espaço de comércio fechado, com a demagógica justificação da criação de emprego ou, um jardim infantil para as suas crianças por um parque de estacionamento para o seu automóvel. A denúncia desses interesses imobiliários é sempre escudado em algo mais definido que um mero interesse do ‘pato bravo da construção civil” (Entrevista nº 9).

5.5.4 Uma aproximação à *cit*é ecológica

Como podemos observar nos excertos que de seguida apresentamos, o discurso dos nossos entrevistados, também tende a aproximar-se de uma *cit*é ecológica, quando apresentam a sua crítica àquilo que apelidam de más opções quanto à gestão do solo.

“... numa primeira abordagem podemos ser levados a pensar que um espaço verde é bom, por causa da poluição e permite às pessoas terem um momento de maior contacto com a natureza, etc. e tal. [...] Mas, se formos mais reservados nesta questão, vemos, que alguns desses espaços verdes se situam em áreas que não os tornam sustentáveis.... e que significam custos de manutenção brutais, consumos de água potável escandalosos, longe do centro, o que obriga as pessoas a fazerem-se transportar em carros... quando os parques urbanos [...] são bem localizados, nomeadamente em zonas de leito de cheia e ao longo de linhas de água (rios, ribeiras/os), poderão efectivamente constituir uma mais valia ambiental, social e psicológica, porque asseguram toda uma conservação quer do solo, quer da água e os custos de manutenção são francamente inferiores e não se fazem sentir no erário público. O equilíbrio ambiental não pode ser obtido à custa da transmissão/propaganda para o público e da venda da ideia, de que um parque urbano em tal sítio resolve e satisfaz as necessidades ecológicas e ambientais, etc. O que interessa num espaço urbano, maior ou menor, são áreas verdes com uma dimensão

sustentável, sendo ideal que se conectem, mas que acima de tudo jogue com o princípio da proximidade, de forma a que esteja a x metros ou y minutos **a pé**⁶¹ da escola, do lar, do centro de dia, do Hospital, etc. Assim, acredito que contribua de forma mais real para o equilíbrio ambiental e de todos nós, de outra forma muito honestamente, nem é motivo de conversa para mim” (Entrevista nº 12).

“O arquitecto paisagista, tal como eu lhe referi é se calhar a profissão pioneira em termos de implementação de pressupostos ecológicos, não só a nível de ordenamento, como a nível de projecto mesmo. E isso verifica-se a nível nacional pois a...gerações mais antigas de arquitectos paisagistas, foram as primeiras pessoas a lutar para que esses pressupostos e esses conceitos fossem a ...integrados até mesmo na legislação não só a Lei de Bases do Ambiente, a própria REN e a RAN, portanto, são tudo coisas, ó de origem de arquitectos paisagistas ou com imensos contributos de arquitectos paisagistas. Portanto, a maioria destas coisas, não são públicas, são Leis e não se sabe quem é que [...] contribuiu para elas, mas é um facto que muitos da geração não só do Prof. Ribeiro Teles, como da sua geração e gerações seguintes, contribuíram para muita da legislação da área que existe hoje em dia.” (Entrevista nº 1).

“Logo na definição das actividades para cada espaço, de acordo com as suas aptidões, [o arquitecto paisagista] está a defender o ambiente, porque por exemplo, em zonas de encostas muito escarpadas não se pode construir, são zonas protegidas, são zonas facilmente erosionadas, a erosão do solo já sabemos, traz problemas para o ambiente, vai arrastar terrenos para zonas que não devia, vai estragar os solos aráveis, isto depois é um circuito que está tudo ligado, não é, nós ao intervirmos ao nível do território com a melhor solução para aquele espaço, estamos a cuidar, estamos a proteger as zonas agrícolas, estamos a proteger as linhas de água, estamos a evitar as cheias, isto, o nosso mundo é só um, nós quando estamos a intervir no território, temos que ver a melhor função para esse território, para não termos problemas no futuro. [...] temos mesmo disciplinas de ecologia, tínhamos, eu agora não sei bem como é que está, mas de certeza que têm, porque é fundamental, não pode ser só desenho, porque trabalhar com território tem que se conhecer o meio, não é, em que nós estamos a mexer.” (Entrevista nº 3).

⁶¹ Destacado pelo autor.

“Os saberes trazidos por estes profissionais [os arquitectos paisagista] são imprescindíveis e insubstituíveis. Os aspectos mais importantes são a abordagem ecológica aos problemas humanos: a visão ecossistémica da cidade.” (Entrevista nº 5).

5.5.5 O regime justificativo de acção que se insere numa *cité* cívica

Como referimos anteriormente, ao inserirem-se numa *cité* cívica as pessoas ascendem ao estado de *grandes* pondo de parte os seus interesses pessoais, des-singularizando-se para servir o interesse de todos. A grandeza desta *cité* encontra-se na convergência de todos face a uma vontade geral que é vulgarmente expressa através de uma associação que representa os seus constituintes colectivizados, como   o caso da Associação que representa os arquitectos paisagistas, a APAP, que temos vindo a referir.

De facto, tomámos conhecimento de que esta Associação manifestou já, “... a sua profunda indignação quanto ao processo de aprovação e conteúdo final...” (APAP, 2009) presente na Lei n  31/2009 de 3 de Julho e na Portaria n  1379/2009 de 30 de Outubro:

“A Lei n  31/2009 exclui os Arquitectos Paisagistas da direcção de obra e da participação nos diplomas subsequentes. De forma igualmente grave altera o objecto da Arquitectura Paisagista, definido em 2008 como “*Projecto de Espaços Exteriores*” - (conceito já considerado em outra legislação recente) para “*Projecto de Paisagismo*” – conceito sem definição concreta, inexistente nas directivas nacionais e internacionais respeitantes à Arquitectura Paisagista; nunca utilizado nas universidades que ministram Arquitectura Paisagista em Portugal, nem na nomenclatura dos cursos dos diversos ciclos aprovados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; sendo ainda um termo conotado com uma corrente da pintura e da jardinagem” (idem).

Reafirmando a sua apreciação crítica face à Portaria n  1379/2009, a APAP sublinha:

“Pelo exposto, a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas vem solicitar a V. Ex a a suspensão da portaria n  1379/2009 de 30 de Outubro, e exigir a sua participação em todas as actuações que tenham como objectivo a implementação de legislação relativa à

qualificação dos técnicos responsáveis pela elaboração de projectos, direcção e fiscalização de obras – sempre no espírito de promover a qualidade das intervenções no território, a responsabilização dos profissionais e a clarificação das qualificações e especializações adequadas às diferentes classes profissionais, com reconhecimento das formações específicas, das competências próprias e da experiência acumulada” (APAP, 2009).

Juntam-se a estes argumentos contrários às decisões legislativas alguns discursos que, embora obtidos individualmente, e por vezes em outro registo, se inserem igualmente numa justificação cívica:

“A Secção II do Capítulo II [Portaria nº 1379/2009 de 30 de Outubro] tem por título “Arquitectura e paisagismo” logo, depreende-se que nem a designação de Arquitectura e Arquitectura Paisagista merecemos.

Ainda na mesma secção no Artigo 6º define-se “Projectos de paisagismo” [Portaria nº 1379/2009 de 30 de Outubro]. Esta designação já apareceu noutra legislação recentemente publicada (Lei nº 31/2009 de 3 de Julho – art. 10 - 6) que entendi como sendo uma incongruência legislativa já que na Portaria nº 701-H/2008 publicada no Diário da Republica, 1ª série nº 145 de 29 de Julho de 2008 na secção XIII, a designação que aparece relativa aos projectos, que nós Arquitectos paisagistas fazemos, é de Espaços Exteriores e não de Paisagismo (veja-se Anexo II – Classificação das Obras por categorias da mesma portaria)

Mas se a designação de paisagismo é infeliz (e menos inocente do que pode parecer), a gravidade de tudo isto, vai aumentando à medida que lemos a referida Portaria. No Capítulo III, Secção III art. 14º relativo a direcção de obras, verifica-se que não podemos ser directores de qualquer tipo de obras, NEM MESMO AS DE JARDINS!!! Mas podem ser Arquitectos e Engenheiros.

No art. 15º temos uma COISA indicada como “Projecto Ordenador de Paisagismo” onde, com grande benevolência, deixam que o director de obra possa ser “coadjuvado por arquitecto paisagista” (JB, Internet).

“É vista como um verdadeiro insulto à profissão [Lei 31/2009 e portaria nº 1379/2009], atribuindo ao arquitecto paisagista um reduzido peso de decisão, mesmo tratando-se de obras de espaços exteriores” (Entrevista nº 14).

“O Estado tem-se mostrado pouco activo na definição das competências do arquitecto paisagista. No entanto não acho isso errado, não é ao Estado que compete defender a classe mas sim a ela própria, através da qualidade do trabalho apresentado à sociedade e do seu papel interventivo, enquanto grupo organizado que tenta contribuir para a melhoria da relação do homem com a paisagem” (Entrevista nº 8).

“... acho que seria necessário dar mais campo de acção aos arquitectos paisagistas. No entanto, acho que mais do que uma questão técnica esta é uma questão política. São também os políticos que têm de dar mais valor aos arquitectos paisagistas e ao seu trabalho” (Entrevista nº 8).

Embora na *citée* cívica os indivíduos se encontrem colectivizados na defesa de um bem comum (o interesse profissional da classe), foram múltiplos os depoimentos que apresentaram críticas à Associação que os representa, a APAP, considerando que nem sempre esta Associação tudo tem feito neste sentido.

“A alternativa seria, vincular uma opinião crítica à Associação Profissional e, contar com as suas (supostas e constantes) *démarches* de sensibilização a instituições públicas e contacto com a sociedade civil no terreno. A partir dessas se descobre o historial, os possíveis atropelos, as eventuais (i)legalidades” (Entrevista nº 9).

O descontentamento instalado entre estes arquitectos levou à ideia da criação da Ordem dos Arquitectos Paisagistas como uma medida a impulsionar pela APAP, no sentido de dar mais força à classe:

“Estamos organizados numa Associação de Arquitectos Paisagistas – APAP – e queríamos passar a Ordem. Aquilo tem sido uma luta de anos, uma luta, e há grupos que não querem... eu por exemplo não me importava nada de estar ligada à Ordem dos Arquitectos, dar-nos-ia força [...] se houvesse uma legislação específica para não haver interferências, eu pessoalmente não me incomodaria de estar associada à Ordem dos Arquitectos, até porque nos daria muito mais força [...] ” (Entrevista nº 4).

“É uma Associação de colegas, que tentam no fundo, gerir a nossa representação em vários sítios, em vários Colóquios, tentar difundir um pouco aquilo que nós fazemos, tentam reunir alguns dos trabalhos mais importantes também para dar a conhecer e tentam defender-nos em situações como esta da legislação, eles estão a tentar organizar-se para contestar duma forma mais sistemática, no entanto para termos mais representatividade, estão a tentar constituir uma Ordem, dos Arquitectos Paisagistas” (Entrevista nº 3).

“Penso que sim. A criação da ordem poderá contribuir para nos darem maior relevância, para sermos ouvidos de forma igualitária relativamente a outras profissões, como os arquitectos e engenheiros, veja-se o que aconteceu com a aprovação da recente legislação para a qual a APAP pouco ou nada contribuiu, não por falta de empenho, mas por não ser chamada a participar nas alturas devidas” (Entrevista nº 14).

“Acho que devíamos ter uma instituição que representasse os Arquitectos Paisagistas. Que desse visibilidade e credibilidade à classe. Que fosse participativa e interventiva. Só nesta perspectiva é que penso que uma Ordem faça sentido” (Entrevista nº 13).

“... a nível nacional a única entidade que reconhece profissionais arquitectos paisagistas é a APAP, é a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas... é neste momento uma associação com reconhecimento de utilidade pública, não é uma Associação Pública, ou seja, não é uma Ordem Profissional, portanto, não existe obrigatoriedade de qualquer profissional se inscrever nesta associação para poder exercer; no entanto, a... na maioria, na prática, falemos assim, ou seja, Câmaras Municipais, ou outros organismos que lancem por exemplo concursos, exigem que exista um comprovativo que esse arquitecto paisagista está inscrito numa associação profissional, ou seja, que exista o reconhecimento que ele é realmente um profissional que exerce com esse direito. A... neste momento a única entidade em Portugal que passa esses comprovativos que são essas declarações, é exactamente a APAP. A ... em termos de outros organismos, existe o que transcende o nível nacional, exactamente aos internacionais, existe a EFLA, portanto, que rege ao nível europeu as várias Associações a... existentes de arquitectura paisagista; e existe a nível internacional a IFLA que faz, no fundo, o mesmo trabalho a nível, portanto, mundial. E... instituições, portanto, que de alguma forma nos tapam a nós, são exactamente estas, é a APAP a nível nacional, a EFLA a nível europeu e a IFLA a nível internacional. A APAP faz parte de ambas as organizações, da EFLA e da IFLA e tem representantes lá e vai a reuniões e a Conferências e Congressos; tem tido uma participação bastante activa a nível europeu e internacional” (Entrevista nº 1).

Contudo, nem todos os arquitectos crêem que a “Ordem”, se seguir os passos da APAP, sirva melhor os seus interesses profissionais:

”Se for para continuar tudo como até aqui não vejo grandes vantagens, acho que vai ser mais do mesmo. Não tenho tido grande contacto com a APAP nos últimos tempos mas parece-me que a associação se encontra muito fechada para ela própria e para as suas questões internas. Precisa de renovação e de pessoas com uma visão mais abrangente das questões” (Entrevista nº 8).

“Não sei que vantagens poderá a Associação recolher com essa mudança. Depois, creio que a mudança de representação, hoje, não faz sentido em se colocar. Para esse objectivo ser ponderado, antes, a referida Associação Profissional deve gozar de um mínimo campo de intervenção e reconhecimento social/profissional, por parte da sociedade civil. Esta situação não acontece, de facto. Hoje, a APAP [...] é reconhecida apenas ao nível de um reduzido corpo técnico e administrativo de entidades públicas, Câmaras, CCDR’S e/ou ICN” (Entrevista nº 9).

“Se, como Associação, não se tem conseguido impor por vários motivos de relacionamento entre pessoas, o que acontecerá quando tiver mais peso? Vamos andar ao sabor do capricho de cada um, que acha que tem uma ideia melhor que o seu antecessor? Vão impor exames de admissão? Com que critérios? Se a formação académica tem falhas, como se resolve esta *décalage*? Favorecimentos? Não sei! Se por um lado sou levado a simpatizar com a ideia, com base nos pressupostos que acima enunciei, por outro tenho muitas reservas, pois não sinto que sejam as causas e o bem comum que move estas intenções. E não estando nesta linha, não me interessa tomar partido. Haverá seguramente pessoas capazes e com as melhores intenções, e que algumas delas se têm batido há largos anos, mas esse trabalho é por vezes fruto da excepcionalidade da pessoa que granjeou mérito junto dos outros, pelo que construiu, defendeu e acreditou ao longo da sua vida e que, de certa forma, não deve nada a ninguém. Quanto aos demais, e que por vezes os rodeiam, não sei” (Entrevista nº 12).

“Não. O actual estatuto das Ordens (pertencem à Ordem dos Engenheiros) é o último estertor do Corporativismo. Todas as associações obrigatórias não são associações. O exercício profissional deve ser exercido por quem o faz bem feito e não por quem pertence a uma corporação” (Entrevista nº 5).

E, numa tentativa de aprofundar a questão, em pesquisa *on-line* sobre esta problemática, encontrámos sinais de constrangimento e crítica, em vários testemunhos de profissionais que não se conformam com o que consideram ser uma invasão do seu território, ao serem dados poderes a outros profissionais para intervir numa área que consideram pertencer à sua esfera de acção, como ilustramos com os seguintes parágrafos, extraídos de algumas das contestações:

“Cada Ordem/Associação deveria dizer os tipos de obras que ficavam qualificados a elaborar/fiscalizar/dirigir e as habilitações/experiência mínima que cada técnico deveria ter. É claro que a Ordem dos Arquitectos, sabe-se lá porquê e como, conseguiu que os Arquitectos pudessem também ser directores de obra e fiscalizar obras de jardins e sítios históricos.

Esta portaria não deixa de ser preocupante, por vermos mais uma vez os Arquitectos a entrarem em “terreno” dos Arquitectos Paisagistas, e a APAP a mais uma vez não tomar uma posição. Penso que é lamentável o trabalho da APAP. Para que serve? Nunca toma uma posição” (Silveira, Internet).

“Mas acima de tudo o que é lamentável é a posição (ou falta dela...) da APAP. Mais do que uma Ordem [...], queremos a defesa da nossa posição profissional no mercado de trabalho, situação que não se verificou nos últimos anos (não podemos limitar a responsabilidade a esta última direcção). E de quem é a responsabilidade agora? Quem é que vai nos representar na contestação que esta Portaria? A APAP? Muito sinceramente não acredito... O crédito da APAP (e mais uma vez não apenas desta última direcção, mas de todas no global) é praticamente nulo. Ou há um movimento de fundo por parte dos seus associados para uma mudança de comportamento da associação ou estas violações à nossa classe profissional vão continuar a ocorrer em benefício de outras classes muito mais bem representadas (reparem que é quando a arquitectura paisagista começa verdadeiramente a ganhar alguma importância que sai esta portaria "mágica" e vem redefinir todo o enquadramento legal vigente... coincidências...). Não podemos exigir que a legislação nos defenda quando não há ninguém que represente as nossas posições!!! (Indscp, Internet).

Capítulo VI – CONCLUSÃO

Concluído o projecto de análise a que nos propusemos no início deste estudo, sustentados no modelo teórico e no plano metodológico adoptado, julgamos ter reunidas as condições necessárias ao momento de apresentarmos a síntese explicativa que resulta como conclusão deste trabalho de investigação sobre os arquitectos paisagistas.

A nossa proposta inicial apresentou-se apoiada em quatro questões principais a partir das quais fomos, progressivamente, construindo a nossa problemática.

Assim, interessava-nos conhecer quais os requisitos necessários ao exercício da profissão de arquitecto paisagista? Como se encontram definidas as competências desta profissão relativamente a profissionais de outras áreas com quem interagem em contexto de trabalho? Como decorre a prática profissional numa área em que os arquitectos paisagistas cotejam e partilham tarefas e decisões com outros profissionais? Havendo conflitos inter-profissionais, em que tipo de regime se inserem as suas justificações?

Baseados na análise da documentação seleccionada, descobrimos que a designação que dá nome à profissão estudada, aparece pela primeira vez, em 1828, no título de um livro de um autor escocês, intitulado, “*A arquitectura paisagista dos grandes pintores italianos*”, terminologia posteriormente adoptada à designação desta área do saber que evoluiu, casando a componente científica com a prática demonstrada no exercício da jardinagem. Deste modo, a origem da profissão assenta as suas raízes no ofício de jardineiro e nas escolas de horticultura e jardinagem do início do Séc. XIX, ainda que a formação académica só se tenha iniciado em 1899 nos Estados Unidos da América e a sua institucionalização na Europa se tenha concretizado na segunda década do Séc. XX, mais precisamente, em 1929 em Inglaterra, a que se seguiu a Alemanha um ou dois anos mais tarde.

A Arquitectura Paisagista é assim, uma profissão da Modernidade, enquadrada nas profissões associadas à Revolução Industrial. O rápido crescimento urbano *versus* abandono rural trouxeram novas necessidades e, a par destas, surgiram também novas oportunidades, particularmente, na transição do séc. XIX para o séc. XX.

Enquanto prática exercida no âmbito da paisagem, executada por jardineiros e trabalhadores rurais, a arquitectura paisagista pode considerar-se anterior à Revolução Industrial; no entanto, foi este o marco histórico que impulsionou a necessidade de criar a

profissão, para dar resposta aos novos desafios desencadeados pela onda crescente da industrialização, que trouxe transformações profundas no domínio da paisagem. Segundo declarações do Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista, que apresentámos na primeira parte do trabalho, esta profissão emergiu mesmo para resolver problemas sociais uma vez que, pela sua vocação, se preocupava pela relação entre os valores estéticos e ambientais, mas também sociais e éticos, sendo orientada para o interesse público e como tal aplicando metodologias muito específicas, diferentes das práticas profissionais tradicionais da arquitectura.

A abrangência de conhecimentos adquiridos, através da estrutura curricular da sua formação académica, em áreas tão diversificadas como a técnica, a artística, a científica, as Humanidades, a inter-disciplinaridade e a Arquitectura Paisagista, propriamente dita, permite que a esfera de acção da actividade destes profissionais se alargue a uma vasta área de contextos de trabalho. Assim, os arquitectos paisagistas deixam a sua assinatura em áreas como o Ordenamento do Território, o Planeamento, o Projecto de parques, jardins ou cemitérios, na requalificação de áreas expectantes e logradouros, entre outras, o que permite o exercício da actividade ligado à construção e manutenção de espaços verdes no sector público ou privado ou como profissionais liberais.

Em Portugal, o ensino da Arquitectura Paisagista teve o seu início em 1941 no Instituto Superior de Agronomia e foi introduzido por um jovem Engenheiro Agrónomo, formado nesse Instituto que, após ter sido convidado para desempenhar funções na Repartição de Arborização e Jardinagem da Câmara Municipal de Lisboa, teve conhecimento, através da leitura de uma revista inglesa, que já existiam escolas no estrangeiro que ministravam esse tipo de ensino. Foi então que optou por ir estudar para a Alemanha, onde se formou em Arquitectura Paisagista, após o que voltou para Portugal, com um sonho: ensinar a Arquitectura Paisagista na Universidade, onde três anos antes se havia formado em Agronomia. Falamos de Francisco Caldeira Cabral, o pai da Arquitectura Paisagista em Portugal, que em 1941 foi autorizado a iniciar a título experimental o “Curso Livre de Arquitectura Paisagista”, que viria a ser aprovado pelo Ministério da Educação Nacional em 1942 e do qual saíram os primeiros alunos formados, em 1946.

O Curso Livre de Arquitectura Paisagista, era um curso de quatro anos e nele podiam entrar os estudantes do 2º ano das áreas de Engenharia Agronómica ou Silvícola. Porém, a partir de 1966 passaram a ingressar alunos inscritos apenas no curso de arquitectura paisagista, diligência efectuada pelo Prof. Caldeira Cabral, que acreditava ser esta situação favorável ao processo de negociação com o Ministério da Educação Nacional, no sentido da passagem do Curso Livre a curso de Licenciatura. Apesar dos esforços desenvolvidos, a Licenciatura no Instituto Superior de Agronomia foi criada apenas em 1981, pelo Decreto nº 128/81, de 21 de Outubro, embora o Curso Livre tenha funcionado até essa altura sem interrupção e dele tenham saído nomes ilustres como, por exemplo, o Arq. Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles.

Actualmente, no nosso País, a licenciatura em Arquitectura Paisagista é ministrada em cinco estabelecimentos de ensino público e um estabelecimento de ensino particular; no entanto, na altura em que realizámos a pesquisa, a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, não aceitava como sócios os diplomados por esta última escola, por a estrutura curricular do curso não cumprir os requisitos exigidos por aquela Associação.

Estes estabelecimentos de ensino público são: o Instituto Superior de Agronomia, a Universidade de Évora, a Universidade do Algarve, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Universidade do Porto.

Embora o Plano de Estudos em Arquitectura Paisagista apresente diferenças entre os vários estabelecimentos de ensino superior, existe sempre uma relação entre a valorização dada aos conteúdos científicos, as disciplinas de formação de base e as disciplinas específicas da arquitectura paisagista.

Segundo o estudo realizado pelo Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista “Prof. Caldeira Cabral” quantificaram 1385 arquitectos paisagistas, embora, como refere este Centro de Estudos, tenham a noção de que este número será inferior ao real.

No que se refere à morfologia do corpo constituído pelos arquitectos paisagistas em Portugal, verificámos a forte tendência de feminização da profissão. Recordemos que os primeiros alunos do Curso Livre eram todos do género masculino, tendência que se revela claramente alterada no futuro da profissão como observámos comparando os dados entre o ano lectivo 2002-2003 e 2008-2009, em qualquer das Universidades onde o curso é ministrado.

Dada a relevância económica e emocional dos níveis do desemprego em Portugal, decidimos investigar também esta vertente no que se refere aos arquitectos paisagistas, tendo confirmado que esta profissão não é excepção relativamente a tantas outras. De acordo com os dados disponíveis no Instituto do Emprego e Formação Profissional, foi analisado o período compreendido entre 1997 e 2009, cujos dados se referem ao número de inscritos no mês de Dezembro de cada ano e verifica-se uma subida do número de inscrições, de 1997 para 1998; o ano de 1999 regista um decréscimo do número de inscritos, no entanto, os números confirmam nova subida até 2003, registando o ano de 2004 uma ligeira descida relativamente ao ano anterior, após o que os números continuam sempre a subir até 2009.

Segundo a mesma fonte, concluímos que o escalão etário que apresenta maior número de inscritos em qualquer um dos anos analisados é o grupo etário “25-34 anos”, e que prevalecem os indivíduos do género feminino, o que poderá estar, eventualmente, relacionado com o número superior de mulheres na profissão. Contudo, não temos dados que confirmem ou infirmem, esta hipótese.

Analisadas as cinco regiões do País (Alentejo, Algarve, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Norte), relativamente ao nº de desempregados inscritos, verifica-se que a região de Lisboa e Vale do Tejo é aquela que apresenta maior número de inscritos em qualquer dos anos analisados, o que explica o maior número de registos no somatório dos anos observados, seguindo-se por ordem decrescente, a Região Norte, a Região Centro, a Região do Algarve e por último, a Região do Alentejo.

Como qualquer profissão, os arquitectos paisagistas sentiram a necessidade de se organizarem do ponto de vista profissional, pois só assim podiam dar visibilidade à profissão e lutar de uma forma concertada pelos interesses da classe.

Assim, as diversas associações profissionais entretanto criadas em diferentes países, impulsionadas pela necessidade de conjugar esforços no sentido de promover a profissão, criaram a *International Federation of Landscape Architects*, fundada em 1948 e da qual a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas também faz parte.

A nível Europeu, o organismo que representa estes profissionais é a *European Federation of Landscape*, constituída em Bruxelas em 1989, através das organizações de arquitectos paisagistas de diversos países e alargada actualmente a todos os países da

Comunidade Económica Europeia, da qual a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas é membro fundador.

Em Portugal a única organização que representa os arquitectos paisagistas é, pois, esta última Associação, fundada em 1976 e, embora a inscrição como sócio não seja obrigatória, apenas os profissionais inscritos podem assinar os projectos de espaços exteriores por si realizados.

Há já algum tempo que a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas luta pela criação de uma Ordem Profissional; no entanto, durante o período em que decorreu a pesquisa para a realização deste trabalho, tal desiderato ainda não tinha sido conseguido, apesar de a Associação considerar que reúne as condições necessárias à realização desse objectivo.

Nas entrevistas efectuadas registámos depoimentos pró e contra a criação da Ordem, no entanto, a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas continua a envidar esforços nesse sentido tendo, para o efeito, solicitado ao Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista, em 2010, o estudo de *Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal* por nós várias vezes referido neste trabalho.

Das diversas variáveis consideradas no estudo realizado pelo Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista optámos inicialmente por analisar apenas os resultados que, para o nosso trabalho, nos pareceram mais pertinentes. Contudo, e embora algumas das variáveis não estejam relacionadas com as respostas às nossas questões de partida, pareceu-nos interessante observá-las, na medida em que nos permitem um conhecimento mais aprofundado do corpo profissional sobre o qual nos debruçamos neste estudo.

Deste modo, o estudo reforça os indicadores já obtidos, assinalando uma população jovem onde cerca de 72% dos arquitectos paisagistas apresentam uma idade inferior a 40 anos. Aquele estudo reforça igualmente a prevalência do sexo feminino que constitui 67% do total de arquitectos.

Relativamente aos resultados obtidos quanto à “evolução do número de diplomados”, apenas no quinquénio 1990-1995 se registou um decréscimo de 2% relativamente ao período 1985-1990, verificando-se um aumento do número de alunos graduados, em todos os outros quinquénios observados.

Quanto à média final obtida na licenciatura pré Bolonha, verificámos que 1% dos licenciados apresentou uma média de classificação entre “10-11 valores”, tendo 48% obtido uma média final de classificação mais elevada entre “14-16 valores”, enquadrando-se 46% na classificação entre “12-13 valores”.

Na observação do “nível académico dos inquiridos”, o estudo regista 7% com grau de doutoramento, 71% com grau de licenciatura pré Bolonha, 11% detentores de mestrado pré Bolonha. Apenas 1% possui o grau de mestrado Bolonha e 9% possuem uma pós graduação.

Setenta e cinco por cento dos licenciados esperam até 6 meses pelo primeiro emprego, mas 17% esperam mais que 6 meses para iniciarem a actividade profissional.

Quanto à situação profissional, o estudo que referimos verificou que 90% dos arquitectos paisagistas se encontravam empregados havendo, contudo, 3% destes que, apesar de exercerem uma actividade profissional, não recebiam qualquer remuneração. O total dos desempregados atingia os 8%.

No que se refere ao regime contratual no emprego, 56% possuem um Contrato de trabalho e se 20% afirmam trabalhar por conta própria, já 8% dizem encontrar-se contratados como prestadores de serviços, registando-se outras situações como os arquitectos paisagistas que referem encontrar-se em estágio ou serem bolseiros de investigação, havendo respectivamente 2% em cada uma destas situações.

Relativamente à “situação de desemprego segundo o género”, no momento do inquérito, o estudo mostra que 81% dos diplomados desempregados são do género feminino e apenas 19% dos desempregados pertencem ao género masculino.

O maior número de desempregados insere-se no escalão etário entre os 25 e os 30 anos em que encontramos 54% dos licenciados, seguidos pelos que se inserem no escalão etário entre os 30 e 35 anos com 23% dos desempregados. Pensamos que a maior percentagem de desempregados no escalão etário mais baixo pode ficar a dever-se à proximidade com o fim da licenciatura e o tempo de espera pelo primeiro emprego.

Quanto ao “tempo de desemprego no momento do inquérito”, 77% situa-se no arco temporal compreendido entre os “0-12 meses” e apenas 23% se situa entre os “12 - 24 meses”.

No referente ao “sector de actividade profissional” prevalece o sector privado, representado por 44% dos arquitectos paisagistas inquiridos, seguido pelo sector público com 34% de respondentes. Onze por cento dizem desenvolver a sua actividade profissional cumulativamente no sector público com o sector privado.

Terminada a síntese respeitante à morfologia do corpo profissional dos arquitectos paisagistas debruçamo-nos sobre a análise da sua actividade profissional e constrangimentos inerentes.

Como vimos, a arquitectura paisagista tem uma vasta amplitude de aplicações. No nosso trabalho de campo encontrámos profissionais a desenvolver a sua actividade em diversas áreas de trabalho, muitas das vezes integrados em equipas pluridisciplinares. Todos reconhecem a importância e mais-valia do trabalho em equipa; no entanto, também observámos situações de mal-estar emocional por vezes atribuídas a defeitos de gestão por parte dos coordenadores dessas mesmas equipas. Também encontrámos profissionais que consideram mal definidas as fronteiras de competências da sua actividade profissional, quando trabalham em equipas multidisciplinares queixando-se da existência de fronteiras por vezes difusas especialmente em trabalhos de equipa com arquitectos, o que pode desencadear constrangimentos na classe.

Segundo os profissionais com quem falámos, a legislação produzida em 2009 (Lei nº 31/2009 de 3 de Julho e portaria nº 1379/2009 de 30 de Outubro, publicada em Diário da República 1ª série nº 211), e que regula a actividade destes profissionais, é sentida por alguns como uma agressão à sua integridade profissional, uma vez que lhes retira competências anteriormente reconhecidas, atribuindo-as a outros profissionais.

Por outro lado, manifestam-se contra a designação de “Projectos de Paisagismo” com a qual não concordam, pois em legislação anterior (Portaria nº 701-H/2008 publicada no Diário da República, 1ª série nº 145 de 29 de Julho, secção XIII) aparece a designação de “Projectos de Espaços Exteriores” que consideram mais apropriada. Na mesma sequência crítica referem-se ao facto de não poderem assumir a direcção de qualquer tipo de obras, bem como de jardins, ficando com um papel subalterno face a arquitectos e engenheiros. Tal situação reforça o desejo de alguns arquitectos paisagistas em defesa da criação de uma Ordem Profissional que melhor os proteja.

Analizando os depoimentos dos nossos entrevistados sobre a sua actividade, à luz da sociologia dos regimes justificativos da acção, encontrámos referências que se

enquadram em diferentes *cités*. Assim, encontrámos depoimentos que exaltando a componente artística da arquitectura paisagista, se inserem numa *cité* inspirada. Por outro lado, registámos declarações que ao defenderem o ambiente através de soluções apropriadas às aptidões do solo, protegendo-o da erosão e defendendo solos aráveis e cursos de água, apontam para uma *cité* ecológica.

No que concerne aos focos de conflito detectados, verificámos que ao se des-singularizarem e colectivizarem numa Associação de classe que os representa defendendo o bem comum, obedecem aos requisitos de uma *cité* cívica, opondo-se à *cité* industrial em que se baseiam os dispositivos legais que limitam a sua actividade enquanto profissionais e não têm em conta as competências pluridisciplinares em que assenta a sua formação. Verificámos que a sua argumentação os coloca, igualmente, em oposição à *cité* mercantil dos que pretendem a rentabilidade económica do solo em detrimento de uma prática sustentável, amiga do ambiente.

Após atendermos às justificações presentes no conflito, inseridos os arquitectos paisagistas numa *cité* cívica, face à *cité* industrial presente na legislação, pudemos observar que esta última vai contra a vontade e o interesse dos primeiros, neste caso, dos arquitectos paisagistas. A ideia que se tem dos magistrados legisladores e outros responsáveis políticos, que criam as leis (administram a *cité*, portanto), é a de que devem ter uma acção isenta, exemplar, não devendo essa acção, a legislação, contribuir para gerar, dar origem a disputas, mas estabelecer políticas de justiça.

A indefinição das atribuições dos arquitectos paisagistas, o atestado de menoridade das suas competências face a outros técnicos, leva-nos a compreender que a acção dos legisladores responsáveis, em vez de estabelecer a concórdia, deu lugar ao estabelecimento da discórdia e de mal-estar no corpo profissional dos arquitectos paisagistas.

Talvez por essa razão, tenhamos encontrado, tanto por parte da Associação que os representa como nos próprios arquitectos paisagistas, individualmente, quando das suas entrevistas, o argumento que assenta igualmente numa *cité* industrial quando exaltam a especificidade da sua formação para a prática da sua actividade profissional em tudo oposta aos ditames da Lei, que em seu entender os menoriza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOTT, Andrew (1988) - *The System of Professions. An Essay on the Division of expert Labor* - Chicago and London, The University of Chicago Press.
- BOLTANSKI, Luc (2006), “Préface” in Mohamed Nachi, *Introduction à la sociologie pragmatique*, Paris, Armand Colin.
- BOLTANSKI, L. (2001) – “A moral da rede ? Críticas e justificações nas evoluções recentes do capitalismo”, in *Fórum Sociológico*, nº 5/6 (IIª Série), Lisboa, IEDS/UNL, p. 13-35.
- BOLTANSKI, L., THÉVENOT, L. (1991) – *De La Justification – Les économies de la grandeur*, Paris, Ed. Gallimard.
- BOLTANSKI, Luc (1990) – *L’amour et la justice comme compétences - Trois essais de sociologie de l’action*, Paris, Éditions Métailié.
- BOSSUET, J. B. (1967) [1709] – *Politique tirée des propres paroles de l’Écriture sainte* – Genève, Droz.
- CABRAL, Francisco Caldeira (1957), *Boletim Agros*, Nº 2:59.
- CABRAL, Francisco Caldeira (1993) - *Fundamentos da Arquitectura Paisagista* – Mem Martins, Instituto da Conservação da Natureza.
- CARR-SAUNDERS e WILSON (1933), *The Professions*, London, Oxford University Press.
- CARR-SAUNDERS, A. M., e WILSON, P. A. (1934), “Professions”, *Encyclopaedia of Social Sciences*, vol. 12, Londres, Macmillan.
- CHIAPELLO, Ève, BOLTANSKI, Luc (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard.
- CORCUFF, P. (1997) – *As Novas Sociologias* – Lisboa, VRAL.
- DUBAR, Claude (1997) - *A Socialização - Construção das Identidades Sociais e Profissionais* – Porto, Porto Editora, Lda.
- DURKHEIM, Émile (2001) – *As Regras do Método Sociológico* – Lisboa, 8ª edição Editorial Presença.

- FREIDSON, Eliot [1994] (1998) - *Renascimento do Profissionalismo: Teoria, Profecia e Política* – São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- FREIRE, João (org.) (2004) - *Associações Profissionais em Portugal* – Oeiras, Celta Editora.
- GIDDENS, A. (2005) - *As Consequências da Modernidade* – Oeiras, 4^a edição, Celta Editora.
- GIDDENS, A., (2002) - *Sociologia* – Lisboa, 3^a edição, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GIDDENS, A., (2001) - *Modernidade e Identidade Pessoal* – Oeiras, 2^a edição, Celta Editora.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (1998) - *Emergência e consolidação dos economistas em Portugal* - Dissertação de Doutoramento em Sociologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- LAFAYE, Claudette; THÉVENOT, Laurent (1993), “Une justification écologique? Conflits dans l’aménagement de la nature”, in *Revue française de sociologie*, XXXIV, 495-524.
- LEMIEUX, Cyril (2000) : *Mauvaise Presse : Une sociologie compréhensive du travail journalistique et de ses critiques*. Paris: Éditions Métailié.
- MANSO, Álvaro (2009) – *Fotografias e Projectos de Arquitectura Paisagista* – brochura s/l e s/data, disponível nas Bibliotecas Municipais da Câmara Municipal de Lisboa.
- MARINHO, H.T. (2007) APAP, Catálogo
- NACHI, Mohamed (2006) *Introduction à la sociologie pragmatique*, Paris, Armand Colin.
- POLLAK, M. (1993): *Une identité blessée. Études de sociologie et d’histoire*. Paris: Métailié.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. C. (1998) - *Manual de Investigação em Ciências Sociais* – 2^a edição, Lisboa: Gradiva – Publicações, Lda.
- RESENDE, J.M. (2003) – *O Engrandecimento de uma Profissão: Os Professores do Ensino Secundário Público no Estado Novo* – Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- RODRIGUES, M. de Lurdes (2002) - *Sociologia das Profissões* – 2ª edição, Oeiras, Celta Editora.
- ROUSSEAU, J-J (1964 [1762]) – *Du contrat social* – Paris, Gallimard, Pleiade.
- SAINT – SIMON, C.-H. (1869 [1821]) *Œuvres* – Paris, E. Dentu.
- SAINT AGUSTIN (426) – *La Cité de Dieu* – s/l e s/editor.
- SMITH, Adam (1982) [1776], *The Wealth of Nations* – London, Penguin Books.
- SARAIVA, A. M. de Paula (2005) - *Princípios de Arquitectura Paisagista e de Ordenamento do Território* – Mirandela, João Azevedo, Editor.
- TELLES, Gonçalo Ribeiro (1993), “Prefácio” in Caldeira Cabral (1993), *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, 1ª edição.
- THÉVENOT, Laurent (2002) – “Conventions of Co-ordination and the Framing of Uncertainty” in Edward Fullbrook ed., *Intersubjectivity in Economics*. London: Routledge, pp. 181-197.
- THÉVENOT, Laurent (1999) – “Faire entendre une voix. Régimes d’engagement dans les mouvements sociaux”, in *Mouvements*, nº 3, mars-avril, pp.73-82.
- THÉVENOT, Laurent. (1984): “Investisment in forms”. *In Social Sciences Information*, vol.23, nº1, pp.1-45.

DOCUMENTOS CITADOS

- APAP – Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (2009) *Francisco Caldeira Cabral – Memórias do Mestre – no centenário do seu nascimento* – Lisboa, Argumentum, Edições, Estudos e Realizações.
- APAP – Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas - *Ordem dos Arquitectos Paisagistas* - Proposta de Criação (2008).
- APAP – Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas – *O Arquitecto Paisagista - Conceito e Obra* – Exposição Itinerante 2007–2008, (catálogo).

CEAP – Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista “Prof. Caldeira Cabral” (2010),
“Caracterização da Arquitectura Paisagista em Portugal” - Lisboa.

Carta da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, datada de 16 de Novembro
de 2009, dirigida ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e
ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ref. 2003/2009.

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional – *Classificação Nacional das
Profissões* – Versão 1994, 2ª Edição, Lisboa, Agosto 2001.

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional – *Profissões – Guia de
Caracterização Profissional* (1999) - Vol. I.

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional – *Profissões, Guia de
Caracterização Profissional* – Vol. I – Edição Actualizada 1999.

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional - Direcção de Serviços de
Avaliação - *Certificação, e Classificação Nacional das Profissões* - Lisboa.
(Setembro/1994).

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional – *As Classificações de
Profissões e o Censo/91* – Novembro 1991.

CONSULTAS NA INTERNET:

ANDRESEN, Teresa (Internet), “O Estádio Nacional e a polémica que envolveu este
projecto”, consultado em 12/01/2009: [http://proffrancicccaldeiracabral.portal
dojardim.com/projectos/o-estadio-nacional-e-a-polemica-que-envolveu-estes-projecto](http://proffrancicccaldeiracabral.portaldojardim.com/projectos/o-estadio-nacional-e-a-polemica-que-envolveu-estes-projecto)

APAP, <http://www.apap.pt/Default.aspx?Module=Artigo&Cod=Fap> consultado em 25/04/2007
<http://www.apap.pt/default.aspx?Module=Newsletter&ID=2>

BOLTANSKI, Luc (2004): “Entretien avec Luc Boltanski: Une sociologie toujours
mise à l’épreuve”, in Cécile Blondeau e Jean-Christophe Sevin (ed.),
ethnographiques.org, nº 5, (Abril, 2004), consultado em 20/05/2008:
<http://www.ethnographiques.org/documents/article/ArBoltanski.html>

CUNHA, Miriam Vieira da; “o Profissional da Informação e o Sistema das Profissões:
Um Olhar Sobre Competências” (2009), in PontodeAcesso, Salvador, v. 3, n. 2,
p. 94-108, consultado a 20/02/2010: www.pontodeacesso.ici.ufba.br

EFLA, <http://.www.efla.org>

GALDO, Alessandra – Resenha: ABBOTT, *The system of professions* – Document Transcript, consultado em 20/02/2010: <http://slideshare.net/alegaldo/resenha-abbott>

GPEARI, <http://www.gpearl.mctes.pt>

IFCH, http://www.ifch.unicamp.br/pos/cursos/2004/ementas_2s/hs.394.html em 25/04/007.

LNDSCP, consultado em 12/09/2010: <http://land4usforum.forumeiros.com/temas-varios-de-arquitectura-paisagista-f18/ainda-a-portaria-n-1379-2009-t664-prev.htm>

JB, consultado em 12/09/2010: <http://land4usforum.forumeiros.com/temas-varios-de-arquitectura-paisagista-f18/ainda-a-portaria-n-1379-2009-t664-prev.htm>

MARINHO, Henrique Tato, consultado em 02/04/2009: http://app.parlamento.pt/forum/pub/VisualizacaoIntervencao.aspx?ID=50&ID_Intervencao=651

PORTAL DO JARDIM, “Francisco Caldeira Cabral (1908-1992) Notas Biográficas”, consultado em 12/01/2009: <http://proffranciscocaldeiracabral.portaldojardim.com/biografia>

SILVEIRA, consultado em 12/09/2010: <http://land4usforum.forumeiros.com/temas-varios-de-arquitectura-paisagista-f18/ainda-a-portaria-n-1379-2009-t664-prev.htm>

THE INTERNATIONAL FEDERATION of LANDSCAPE ARCHITECTS (IFLA), consultado em 12/01/2009: www.iflaonline.org

UTAD-sapo on line

WIKIPEDIA, <http://pt.wikipedia.org/wiki/Paisagismo> consultado em 10/12/2007.

ANEXOS:

Nº 1 - GUIÃO (aplicado às entrevistas Nº 1, 3 e 4)

Nº 2 – GUIÃO (aplicado à entrevista Nº 2)

Nº 3 - GUIÃO (aplicado à entrevista Nº 5)

Nº 4 - GUIÃO DEFINITIVO (aplicado a partir da entrevista Nº 8, inclusive)

ANEXO Nº 1

ENTREVISTA – GUIÃO (aplicado às entrevistas Nº 1, 3 e 4)

I

1. O que faz, objectivamente o Arquitecto Paisagista?

- a) O seu centro de interesse profissional colide com outros centros de interesse de outros profissionais?
- b) Quais são esses grupos profissionais?
- c) Há alguma jurisdição que define o mandato da sua actividade profissional?
- d) Há alguma mudança nesse mandato ao longo da história desta profissão?
- e) Qual/quais? Como conseguiram essas mudanças?
- f) Considera essas mudanças positivas, porque:
 - Qualificaram melhor a profissão?
 - Definiram/delimitaram melhor as fronteiras profissionais desta profissão, relativamente a outras profissões concorrentes?

II

2. Quais as formas de organização deste grupo profissional e os modos de exercício da profissão ao longo da sua história?

- a) Que mudanças mais significativas é que pode apontar nas formas de organização e os modos de exercício profissional?

- b)** Estes profissionais mostram ou expressam um reconhecimento de que pertencem a um grupo profissional singular face a outros que lhes são próximos?
- c)** Há manifestações hoje e ontem dos membros deste grupo profissional na defesa do seu mandato?
- d)** Considera mal definidas, as fronteiras de competências dos Arquitectos Paisagistas?

III

3. É ou não frequente o trabalho destes profissionais se desenvolver em equipa, com profissionais de outras áreas do conhecimento?

- a)** Se sim, há ou não conflito, com esses profissionais?
- b)** Existem áreas de especialização, na formação do Arquitecto Paisagista?
- c)** Os saberes profissionais apresentam especificidades que se distinguem de outros saberes de grupos profissionais próximos deste?
- d)** A delegação de competências é conferida pela formação universitária?

IV

4. Esta formação tem sofrido transformações?

- a)** Quais são as fontes destas mudanças: a natureza do seu centro de interesse; a pressão dos profissionais; as alterações das políticas urbanas, rurais, do ordenamento do território, do ambiente, ou outras?

b) Como evoluiu esta profissão e os métodos de trabalho utilizados ao longo da sua história?

V

5. Qual a acção do Arquitecto Paisagista, no Ordenamento do Território e na Defesa do Ambiente?

a) Quais as acções desenvolvidas pelos Arquitectos Paisagistas em contexto urbano, visando o equilíbrio sócio ambiental das cidades, com repercussão na qualidade de vida dos seus habitantes?

b) Como se define como Arquitecta/Arquitecto Paisagista?

ANEXO Nº 2

GUIÃO (aplicado à entrevista Nº 2)

P1.

O que era o Curso Livre de Arquitectura Paisagista?

P2.

Que requisitos eram necessários para o poder frequentar?

P3.

Até 1983, quando foi criada a Licenciatura, que designação tinham estes profissionais?

P4.

Quem projectava os Parques e Jardins anteriormente à existência desta profissão?

P5.

No início da profissão em Portugal, houve dificuldades na integração destes profissionais no mercado de trabalho?

P6.

Actualmente, quais os requisitos necessários ao exercício da profissão?

P7.

Acha que estão bem definidas as fronteiras desta profissão, relativamente a outros profissionais com quem possam trabalhar em equipa?

P8.

Qual a função da AP no Ordenamento do Território?

P9.

O que pode fazer, a AP pela defesa dos riscos ambientais?

P10.

Quais as razões que impulsionaram a fundação da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (APAP)?

ANEXO Nº 3

GUIÃO (aplicado à entrevista Nº 5)

P1.

Em que consiste a actividade profissional do Arquitecto Paisagista?

- a) Considera que no exercício da profissão, os seus pontos de interesse chocam com os pontos de interesse de profissionais de outras áreas?
- b) Quais são esses grupos profissionais?
- c) Há alguma jurisdição, que define o mandato da actividade profissional ?
- d) Houve alguma mudança nesse mandato ao longo da história desta profissão?
- e) Como conseguiram essas mudanças?
- f) Considera que essas mudanças qualificaram melhor a profissão definindo melhor as fronteiras profissionais, relativamente a outras profissões concorrentes?

II

P1.

Quais as formas de organização deste grupo profissional?

- a) Que mudanças mais significativas pode apontar nas formas de organização destes profissionais?
- b) Há manifestações dos membros deste grupo profissional na defesa do seu mandato?

- c) Considera mal definidas as fronteiras de competências profissionais dos Arquitectos Paisagistas?
- d) Um dos objectivos da APAP é a criação da Ordem dos Arquitectos Paisagistas. Vê vantagens nessa mudança? Pode apontar algumas?
- e) Qual a sua opinião sobre a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho e Portaria nº 1379/2009 de 30 de Outubro (Legislação que estabelece as qualificações exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projectos, direcção e fiscalização de obras)?

III

P1.

É frequente o trabalho destes profissionais se desenvolver em equipa, com profissionais de outras áreas do conhecimento?

- a) Há ou não conflito com esses profissionais?
- b) Existem áreas de especialização, na formação do Arquitecto Paisagista?
- c) Os saberes profissionais do Arquitecto Paisagista, apresentam especificidades bem distintas do saber de grupos profissionais próximos deste?
- d) Como evoluiu esta profissão e os métodos de trabalho utilizados, ao longo da sua história?

IV

P1.

Qual a esfera de acção dos Arquitectos Paisagistas, no Ordenamento do Território?

- a) O que pode fazer o Arquitecto Paisagista no que se refere a Planeamento?
- b) Que contributos pode trazer a Arquitectura Paisagista ao equilíbrio ambiental das cidades?

V

P1.

Qual o estabelecimento de ensino em que concluiu a licenciatura em Arquitectura Paisagista?

ANEXO Nº 4

GUIÃO DEFINITIVO (aplicado a partir da entrevista nº 8, inclusive)

I

1. Pode descrever resumidamente a sua actividade profissional como Arquitecto /a Paisagista?
2. Quando trabalha em equipa com profissionais de outras áreas, considera bem definidas as fronteiras de competência de cada uma dessas áreas?
3. Existem atritos, entre os Arquitectos Paisagistas e outros grupos profissionais? Quais e porquê?
4. Houve mudança nas competências atribuídas pelo Estado, ao longo da história desta profissão. Esse facto gerou controvérsia? Que críticas e justificações foram apresentadas?

Considera que essas mudanças foram qualificando melhor a profissão, ou sente que tem vindo a ser desvalorizada?

Como é vista pela classe a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho e Portaria nº 1379/2009 de 30 de Outubro (Legislação que estabelece as qualificações exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projectos, direcção e fiscalização de obras)?

Suscitou controvérsia? Quais são as maiores críticas que esta legislação originou?

Concorda com as denúncias feitas? Porquê?

II

1. Quando se faz planeamento, existem disputas sobre o uso a dar ao solo? Quais?
2. Quando os interesses imobiliários ou outros, se sobrepõem à necessidade de construção de um jardim ou parque público, denunciam criticamente esse facto?
3. Acha que as cidades modernas usufruem plenamente do contributo da Arquitectura Paisagista no equilíbrio ambiental? Porquê?

III

Um dos objectivos da APAP é a criação da Ordem dos Arquitectos Paisagistas.

Vê vantagens nessa mudança? Pode apontar algumas?